

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO
MESTRADO ACADÊMICO
LINHA DE PESQUISA: TRABALHO, ESTADO E MUNDIALIZAÇÃO

TALYSSON BENILSON GONÇALVES BASTOS

**O PROCESSO DE ADESÃO DA GRÉCIA À COMUNIDADE ECONÔMICA
EUROPEIA (1969-2001)**

SÃO LUÍS

2019

TALYSSON BENILSON GONÇALVES BASTOS

**O PROCESSO DE ADESÃO DA GRÉCIA À COMUNIDADE ECONÔMICA
EUROPEIA (1969-2001)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientador (a): Prof. Dr. Maria de Fátima Silva do Carmo Previdelli.

SÃO LUÍS

2019

TALYSSON BENILSON GONÇALVES BASTOS

**O PROCESSO DE ADESÃO DA GRÉCIA À COMUNIDADE ECONÔMICA
EUROPEIA (1969-2001)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientador (a): Prof. Dr. Maria de Fátima Silva do Carmo Previdelli.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Maria de Fátima Silva do Carmo Previdelli – Orientadora
(PPGDSE-UFMA)

Prof. Dr. Luiz Simões de Souza – Examinador
(PPGDSE-UFMA)

Prof. Dr. Victor de Oliveira Pinto Coelho – Examinador Externo
(PPGHis-UFMA)

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Gonçalves Bastos, Talysson Benilson.

O PROCESSO DE ADESÃO DA GRÉCIA À COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPEIA 1969-2001 / Talysson Benilson Gonçalves Bastos. - 2019.

156 f.

Orientador(a): Maria de Fátima Silva do Carmo Previdelli.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento SocioEconomico/CCSO, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

1. Comunidade Econômica Europeia. 2. Economia Internacional. 3. Grécia.
4. História Econômica.

I. Previdelli, Maria de Fátima Silva do Carmo.

II. Título.

*Dedico à minha mãe, Maria José Gonçalves
Bastos.*

*“Desconfiai do mais trivial,
Na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente:
Não aceiteis o que é de hábito
Como coisa natural,
Pois em tempo de desordem sangrenta,
De confusão organizada,
De arbitrariedade consciente,
De humanidade desumanizada,
Nada deve parecer natural
Nada deve parecer impossível de mudar”
- Bertold Brecht*

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi analisar o processo de adesão da Grécia à Comunidade Econômica Europeia, observando as alterações que foram feitas na política econômica do país ao longo do período de ajustes para integração. O intuito foi diagnosticar se esta estratégia do ponto de vista da inserção e modernização das estruturas econômicas do país em um contexto de economias com relações internacionais cada vez mais interligadas foi benéfica para o objetivo do desenvolvimento econômico e social de maneira isonômica e horizontal. Utilizamos o método da História Econômica aplicado à documentação primária e dados estatísticos. Assim foi possível investigar as transformações humanas se atentando para as questões materiais através do desempenho das variáveis macroeconômicas.

Palavras-chave: História econômica. Economia internacional. Comunidade Econômica Europeia. Grécia.

ABSTRACT

The main objective of this study was to analyze the process of Greece's accession to the European Economic Community, observing the changes that were made in the country's economic policy throughout the adjustment period for integration. The purpose of this dissertation thesis was to identify whether this strategy, from the point of view of the insertion and modernization of the country's economic structures in a context of economies with increasingly interconnected international relations, was beneficial to the objective of economic and social development in an isonomic and horizontal manner as proposed in the official treaties of integration. Therefore we used the method of economic history applied to primary documentation and statistical data. Thus, it was possible to investigate human transformations by looking at material issues through the performance of macroeconomic variables.

Keywords: Economic History. International Economy. European Economic Community. Greece.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Ator egocêntrico e ramificações de influência.....	34
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 4.1 – Desempenho isolado das variáveis.....	128
Gráfico 4.2 – Função de Regressão Linear $Y(X)=\beta_1 + \beta_2 * X$	128

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1: Resultados eleitorais com base nos principais grupos políticos ao longo do período de 1946 a 1964. (Votos válidos).....	62
Tabela 2.2: Índice de Preços ao Consumidor (IPC), variação anual (%), países selecionados da CEE e da OCDE, 1961-1971.....	72
Tabela 2.3: Índice de Preços ao Consumidor (IPC), variação anual (%), países selecionados da CEE e da OCDE, 1971-1981.....	72
Tabela 2.4: Produto Nacional Bruto (PNB), Taxa de variação do PIB anual, 1968-1975. (alguns números são estimativas).....	73
Tabela 2.5: Balança Comercial grega, 1960 a 1977, em milhões de dólares.....	76
Tabela 3.1: Composição da Assembleia da CEE em 1981.....	85
Tabela 3.2: Peso dos votos qualificados do Conselho da CEE, 1986.....	85
Tabela 3.3: Composição do Comitê Econômico e Social da CEE 1981.....	86
Tabela 3.4: Progressão da redução da tarifa aduaneira sobre o comércio de produtos gregos, em %, 1981.....	87
Tabela 3.5: Cotas de exportação e importação, produtos selecionados.....	88
Tabela 3.6: Redução da taxa de pagamentos em cima dos produtos gregos, CEE, 1981.....	88
Tabela 3.7a Cálculo de ajustes para produtos agrícolas: Vegetais, frutas, processados de vegetais e frutas, CEE, 1981.....	92
Tabela 3.7b: Cálculo de ajustes para produtos agrícolas: Vegetais, frutas, processados de vegetais e frutas, CEE, 1981.....	93

Tabela 3.8: Contribuição para o fundo proporcional do Banco Europeu de Investimentos (BEI).....	96
Tabela 3.9: Composição do Conselho Administrativo do Banco Europeu de Investimentos (BEI), 1981.....	97
Tabela 3.10: Situação geral das decisões PIM em 31 de dezembro de 1989, dados selecionados.....	103
Tabela 3.11: Contribuição orçamental por órgão, 1989 em Mio ECU.....	106
Tabela 3.12: Evolução das autorizações dos fundos estruturais. Índice 1985= 100.....	107
Tabela 3.13 Repasses financeiros por órgão, 1989 em Mil ECU.....	108
Tabela 4.1: Composição setorial do PIB em % do total, 1969 a 1978.....	121
Tabela 4.2: Composição setorial do PIB em % do total, 1979 a 1982.....	123
Tabela 4.3: Composição setorial do PIB em % do total, 1984 a 1991.....	123
Tabela 4.4: Composição setorial do PIB em (%) do total, 1993 a 2001.....	123
Tabela 4.5: Média da composição setorial no PIB da Grécia, por período, 1969-2001, em % do total.....	124
Tabela 4.6: Formação Bruta de Capital Fixo (Investimento líquido) em (%) do PIB e crescimento do PIB (%) na Grécia , 1969-2002.....	126
Tabela 4.7: Evolução do Comércio Externo Grego, média história, valores absolutos em bilhões de dólares.....	129
Tabela 4.8: Evolução do Comércio Externo Grego, média histórica, proporção do PIB (%)	129
Tabela 4.9: Composição da Pauta de Exportações da Grécia por tipo de produto, períodos selecionados em dólares.....	132
Tabela 4.10: Composição da Pauta de Importações da Grécia por tipo de produto, períodos selecionados em (%) do total.....	133
Tabela 4.11: Taxa de variação do volume exportado por país de destino, países selecionados, 1969-2001.....	134
Tabela 4.12: Taxa de variação do volume importado por país de origem, países selecionados, 1969-2001.....	134
Tabela 4.13: Emprego e desemprego na Grécia e UE-15 (%), de 1993 a 2001.....	136
Tabela 4.14: Evolução do PIB per capita da Grécia e UE-15, em milhares de euros, 1990-2001.....	137

LISTA DE SIGLAS

ΣΕΒΒ	Federação das Indústrias e do Artesanato Grego
BCE	Banco Central Europeu
BCG	Banco Central da Grécia
BEI	Banco Europeu de Investimento
BM	Banco Mundial
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CEE	Comunidade Económica Europeia
CEEA	Comunidade Europeia de Energia Atômica
CIA	Central de Inteligência dos EUA
DR	Dracma
EAM-ELAS	Movimento da Resistência Armada Contra a Ocupação das Potências do Eixo
EAO	Organização Nacional Anticomunista
EASAD	Associação Nacional Agrícola de Ação Anticomunista
ECONFIN	Conselho dos Ministros das Finanças
ECU	Unidade de Conta Europeia
EDES	Liga Nacional Republicana Grega
ELAIS	Empresa do setor de óleos vegetais e margarina
ELAS	Exército Popular de Libertação
ELMA	Empresa do setor de óleos vegetais e margarina
EUA	Estados Unidos da América
EUROSTAT	Estatísticas Europeias
EΣEA	COMITÊ PARA A COORDENAÇÃO DA Luta Nacional
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento
FEOGA	Fundo Europeu de Operação e Garantia Agrícola
FBKF	Formação Bruta de Capital Fixo
GATT	Acordo Geral das Tarifas e Comércio
IDEA	IΕΡΌS DESMOS ELLĒNΌN AXÍOMATIKΌN/ União Sagrada dos Oficiais Gregos
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
IME	Instituto Monetário Europeu
INP	Instituto Nacional de Pesquisa

KKE	Partido Comunista Grego
KKE <i>Esoterikou</i>	Partido Comunista Grego do Interior
KODROS	Grupo KODROS
KYP	KENTRIKE YPERESIA PLEROPHORION
LIT	Libra Italiana
ND	Nova Democracia
NWC	Escola de Guerra dos EUA
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unida
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAC	Política Agrícola Comum
PASOK	Partido Socialista Grego
PATHE	Rodovia Patra-Athenas-Thessanoliki-Evzoni
PEC	Pacto de Estabilidade e Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
PIM	Programa Integrado do Mediterrâneo
PNB	Produto Nacional Bruto
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
RFA	República Federal da Alemanha
SCN	Sistema de Contas Nacionais
SME	Sistema Monetário Europeu
SMI	Sistema Monetário Internacional
TEE	Câmara Técnica da Grécia
UE	União Europeia
UEM	União Econômica Europeia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZE	Zona do Euro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS.....	25
1.1 História Econômica e metodologia da História.....	25
1.2 Poder e território como <i>locus</i> de poder.....	31
1.3 Integração Regional.....	37
1.4 Comércio Internacional e Desenvolvimento Econômico.....	41
1.5 A teoria da integração e da interdependência no âmbito europeu.....	48
2 OS ANTECEDENTES DO PROCESSO DE ADESÃO À COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPEIA (1944-1981).....	52
2.1 O período de ocupação e as táticas da elite empresarial grega (1941-1944).....	54
2.2 Características da configuração política grega (1940-1960).....	61
2.3 As décadas de 1950 e 1960 e a “era de ouro” do dracma grego.....	63
2.4 O processo ditatorial grego e o marco de ruptura: Uma abordagem historiográfica (1967-1974).....	67
2.5 A conjuntura econômica ao longo do golpe (1967-1974).....	71
2.6 PIB e a composição setorial ao longo do golpe (1968-1975).....	73
2.7 O desfecho do processo ditatorial e o realinhamento com a CEE	77
3 A ADESÃO À COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPEIA (CEE) E A PRIMEIRA DÉCADA DE 1981-1991.....	82
3.1 Análise do tratado de adesão à CEE.....	82
3.2 Política Agrícola Comum.....	91
3.3 A Política Econômica.....	95
3.4 Os Programas Integrados do Mediterrâneo 1985-1992.....	90
4 ANÁLISE DOS INDICADORES ECONÔMICOS DA GRÉCIA, 1969-2001.....	113
4.1 Antecedentes e o Processo de Adesão, algumas considerações.....	113
4.2 Contextualização do Período de 1991-2001.....	118
4.3 Análise de Indicadores no Período de 1969-2001.....	120

4.4 Emprego e Desemprego.....	136
4.5 Distribuição de renda e indicadores sociais.....	136
4.6 Algumas considerações.....	137
CONCLUSÃO.....	140
REFERÊNCIAS.....	145

INTRODUÇÃO

A história do processo de integração dos países da Europa ocidental¹ tem por cerne o esforço de agentes sociais personalizados nos líderes dos países fundadores do que hoje conhecemos como União Europeia. Atribui-se à relativa estabilidade diplomática entre as fronteiras dos países integrados esse objetivo inicial de construção de uma Europa pacífica, unida e próspera onde o ambiente de paz e coerência múltipla seria incentivado.

Todavia, as personalidades que protagonizaram a assinatura dos primeiros tratados de fundação não participaram desse processo sozinhos, há de se destacar que o projeto europeu foi trabalhado (e continua sendo) de forma contínua e progressiva.

A busca por uma Europa pacífica foi pensada com o intuito de findar as frequentes guerras sangrentas entre os países vizinhos. A História europeia foi grandemente marcada por conflitos, destes, talvez os mais conhecidos sejam a Primeira e a Segunda Grande Guerras.

Chama-se a atenção para o momento do pós-guerra que vai de 1945 a 1973, onde a situação do antigo continente à época, era de economias devastadas e ainda buscando uma reestruturação, populações abaladas mental e socialmente pela experiência do período de conflito entre as potências europeias. Pode-se dizer que o final da Segunda Guerra provocou uma descontinuidade nos valores, hábitos e comportamentos dos indivíduos em sociedade em especial na forma como estes lidavam com a vida material.

Com o fim do conflito, a nova ordem mundial assistiu a um processo de bipolarização, um equilíbrio geopolítico tênue, apresentando de um lado os Estados Unidos e do outro a União Soviética. A Europa, então foi repartida entre os dois extremos, do lado ocidental a influência norte-americana do sistema econômico de livre mercado imperou, não por mera causalidade, mas por um intenso trabalho e articulação entre seguimentos empresariais e institucionais que visaram salvaguardar o modelo de sustentação da produção capitalista. Do lado oriental europeu, a tendência foi o alinhamento ao bloco Socialista Soviético.

Nesse contexto, as antigas potências centrais da Europa ocidental buscaram uma estratégia em meio aos rearranjos de integração das nações. Objetivando a reestruturação do continente devastado pelas duas Grandes Guerras, não somente pela busca de facilitação da

¹ A divisão da Europa entre uma parte Ocidental e uma Oriental foi realizada no período imediato ao final da Segunda Grande Guerra, 1945, em uma perspectiva geopolítica buscando delimitar os países alinhados ao bloco capitalista e os pertencentes ao bloco de países socialistas. Essa divisão leva em consideração muito mais aspectos políticos e econômicos do que propriamente territórios geográficos exatos.

circulação dos fluxos de capital, mas com o emprego de planos de desenvolvimento econômico e intensificação do comércio exterior.

Logo, uma das razões que ficariam mais claramente perceptíveis ao longo dos procedimentos de amadurecimento da integração, seriam os esforços no âmbito de uma formalização comum no setor produtivo, com regulamentações de equivalência de exportação, articulação de preços, planejamento dos direcionamentos econômicos, etc.

Além desses processos, Previdelli (2015, p. 45) aponta que o fruto da dinâmica de integração se deu de maneira alinhada aos interesses dos EUA, uma vez que o processo de unificação se mostrou como uma defesa rápida e eficiente de qualquer movimento do bloco soviético no sentido de uma possível tentativa de ampliação da sua influência. Para a autora, o processo de integração europeu é filho da Guerra Fria.

O plano de financiamento da reconstrução dos países do ocidente europeu demonstrou uma clara influência da atuação da economia estadunidense que buscou fortalecer parcerias ao mesmo tempo que impulsionava os países europeus a uma situação de submissão.

A partir do Plano Marshall, a Europa ocidental pôde começar a dar os primeiros passos em busca da formalização do seu processo de integração. No ano de 1951 foi assinado em Paris o tratado que criou a Comunidade Europeia do Carvão e Aço (CECA). Os seis países fundadores foram a República Federal da Alemanha, a Bélgica, a França, a Itália, Luxemburgo e os Países Baixos.

A criação de um bloco econômico segue uma série de ordenamentos visando a articulação política, econômica, identitária e cultural entre os países europeus, e foi um mecanismo pensado para que este continente voltasse a ter a sua antiga representatividade mundial frente ao contexto bipartido.

Já com a formulação da CECA havia um incentivo ao âmbito produtivo com a introdução de cotas e a estipulação de preços nas relações comerciais entre os países-membros, tal como a expansão da produção industrial destes, como forma de aquecer a economia, gerar empregos e consequentemente aumentar o padrão de vida e os níveis de consumo necessários a recuperação da economia dos países fundadores.

A consequência foi um salto na produtividade de 1952 a 1962 que, inicialmente, registrou um aumento de ferro produzido de 62 milhões de toneladas para 92 milhões em uma década (PREVIDELLI, 2015, p. 53). Nesse período, a indústria do carvão e aço, ou seja, componentes do segundo setor, representavam expressivas cifras na produção de riqueza dos países-membros, movimento que foi redirecionado nas décadas subsequentes.

A partir da CECA e dos demais tratados assinados temos a estrutura oficiosa do que conhecemos atualmente como União Europeia (UE). A União Europeia² foi criada com três objetivos aparentes distintos: a) De por fim às frequentes guerras sangrentas entre países vizinhos que culminaram na Segunda Grande Guerra. A partir de 1950, a Comunidade Europeia do Carvão e Aço (CECA) começou a unir econômica e politicamente os países europeus tendo em vista assegurar uma paz duradoura; b) Reconstrução e recuperação econômica; c) Assegurar uma Europa ocidental capitalista.

A CEE foi criada com o intuito inicial de incentivar a cooperação econômica, formulando relações comerciais entre os participantes, com o objetivo de tornarem-se países economicamente dependentes uns dos outros, reduzindo assim os riscos de conflitos internos. O mercado único é o principal motor da economia europeia, permitindo livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais (EUROSTAT, 2016).

A criação de uma moeda sem Estado se deu a partir da criação do euro e da assinatura do Tratado de Maastricht em 1992, no entanto,

(...) isso não se deu unicamente por pragmatismo, mas também porque esse arranjo institucional foi concebido no final dos anos 1980 e início dos 1990, num momento em que se imaginava que os bancos centrais teriam a função de única de manter a inflação baixa (PIKETTY, 2014, p. 678).

As contribuições financeiras dos Estados-Membros para o orçamento europeu foram divididas de forma assimétrica. Quanto maior a economia em um país, maior a sua contribuição e vice-versa. Isso se reflete também no poder de deliberação das decisões de “grupo”, ou seja, quanto mais rico foi um país, maior seu poder de decisão intrabloco. O orçamento europeu não tem como objetivo a redistribuição de riquezas, mas responder às necessidades dos europeus em um âmbito conjunto (EUROSTAT, 2016).

A Grécia, país formado por várias centenas de ilhas nos mares Egeu, Jônico e Mediterrâneo situadas ao sul da Europa, tem a sua localização em meio a uma encruzilhada complexa de conflitos regionais e intercâmbios culturais. Conhecida desde a Antiguidade como um “grande caldeirão de cultura”, a região do Mediterrâneo fez do país um espaço de embate de influências do leste e do oeste e estabeleceu para os helenos a necessidade constante de defesa da sua personalidade, valores, e da sua identidade cultural.

² Em 1956, na Conferência de Bruxelas, se deu o início da elaboração dos textos do tratado da Comunidade Econômica Europeia (CEE), para o estabelecimento de uma zona de livre comércio. Em março do ano seguinte realizou-se a assinatura, em Roma, dos tratados que instituíram a CEE. No ano de 1984, aprovou-se o projeto do tratado que instituiu a União Europeia, em janeiro de 1986 houve a assinatura do Ato Único Europeu, que estabeleceu o cronograma para o início do funcionamento dos termos do mercado interno, que se deu em 1993 com a entrada em vigor do Mercado Único.

Uma história reiterada desde a conquista de Alexandre, O Grande, somando quase três milênios de confrontos com Persas, Romanos, Francos, Venezianos, Genoveses, Turcos, Germânicos e Britânicos.

Desde 1952, o país vinha implementando ações que visavam um maior afinamento com os interesses da Europa Ocidental, buscando se definir enquanto participante desse sistema. Nesse mesmo ano se tornou membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e, logo após, em 1961 passou a integrar a Associação de Acordo com a Comunidade Econômica Europeia (CEE), em 9 de julho de 1961, porém esse movimento articulatório foi barrado a partir do final da década de 1960 até meados da década seguinte, sendo retomado com o fim do período ditatorial.

Após o período ditatorial grego, o segundo mandato do Primeiro-Ministro Konstantine Karamanlis (1974-1980) esteve ligado ao referendo que restaurou a República Helênica. Ao seu governo foi atribuído um processo de consolidação das instituições democráticas, legalização do partido comunista, dando fim à política discriminatória de Estado contra a esquerda e resolvendo a “questão da linguagem”, legalizando o uso do Demotike³ misto nos ambientes educacionais e administrativos, ações que impulsionaram uma certa modernização (S. PETMEZAS, 2002, p. 42).

O processo de expansão da CEE (a sul) foi conhecido como o momento de integração da Grécia, Espanha e Portugal em 1986, ocorrido logo após o processo de expansão ao norte. No caso da Grécia os trâmites de negociação para a adesão à CEE se deram a partir de 12 de julho de 1975.

No âmbito econômico, a integração dos países do cone sul se deparou com um contexto de pobreza. Esses países possuíam um produto nacional modesto, salários baixos, alta taxa de inflação, moedas fracas. A ajuda financeira a esses países seria indispensável.

Adicionalmente, impulsionar investimentos em obras de infraestrutura, desenvolvimento de um parque fabril competitivo tal qual o estímulo na otimização dos produtos tradicionais de cada país poderiam ser ações que alavancassem o crescimento. Mas isso interessaria aos dirigentes do bloco?

Há um ponto interessante. No bloco econômico europeu, uma coisa que deveria ser priorizada seria o equilíbrio competitivo entre as nações. No âmbito das relações comerciais, Grécia, Espanha e Portugal eram países que ofereciam vantagens por serem importadores de

³ “Dimotikí glóssa”, ou linguagem do “povo” é um dialeto que compõe a língua grega moderna e se refere particularmente a uma forma de linguagem que tem raízes no grego antigo.

carne e de laticínios. No entanto, suscitavam o inconveniente de possuírem produções agrícolas competitivas como vinhos, frutas e legumes e tabaco (SILVA, 2010, p. 162).

Esse tipo de produção era especialidade dos países do norte e incomodava principalmente a França e a Itália, que também produziam esses produtos, o efeito seria uma pressão para a redução no preço e na quantidade dos produtos, desmontando conseqüentemente a estrutura de produção dos países do sul, em particular a Grécia.

A resolução para a França e a Itália foi a imposição da Política Agrícola Comum (PAC), para acomodar as referidas produções e prevenir os efeitos prejudiciais às suas margens de ganhos (SILVA, 2010, p.162).

Se, por um lado, o setor primário seria problemático para a concorrência, no contexto industrial a Grécia não foi um país candidato que se mostrou concorrente preocupante, afinal, seu parque fabril possuía uma estrutura modesta e uma dimensão produtiva restrita e com pouca complexidade com foco inicial na indústria de tabaco e vestuário esta precisaria de uma reestruturação ampla e um incentivo em pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

A adesão da Grécia não suscitou objeções irreversíveis, era um país que já possuía um acordo com as comunidades desde 1961 — essa condição foi interrompida pela ditadura dos coronéis, mas retomada após o término desta. A Grécia possuía também apoio político britânico e despertava interesse econômico alemão. Além disso, havia uma questão muito importante. O país está situado estrategicamente na parte noroeste do Mediterrâneo, uma das rotas de acesso mais antigas ao continente; portanto buscou-se garantir a proteção territorial das potências centrais e, nesse sentido, assegurar o controle do território grego interessava muito.

A presente pesquisa objetiva o estudo do processo de adesão da Grécia à Comunidade Econômica Europeia que se deu em 1981, seus antecedentes, a assinatura do tratado de ajustes e a adequação às exigências para integração total no bloco econômico europeu no século XX, tal como os seus primeiros efeitos. Para tanto, a pesquisa esteve baseada em documentação textual, leitura de bibliografia especializada, análise de tratados e protocolos e análise de dados estatísticos referentes aos indicadores socioeconômicos do país ao longo do período estudado. O recorte temporal engloba 1969 e seus antecedentes e se limita à data de adesão do país à Zona do Euro, em 2001.

Entre tais indicadores, destacamos o Produto Interno Bruto (PIB), sua composição setorial, o nível de investimento, o comércio exterior, os Balanços de Pagamentos, bem como observamos o desempenho dos dados relativos ao emprego, desemprego e segurança social.

Como proposição, esta pesquisa esteve pautada nas seguintes hipóteses:

1. O processo de construção de uma Europa unificada e coerente, do ponto de

vista dos seus valores, territórios e interesses no âmbito das relações internacionais do capitalismo contemporâneo se deu em prol do favorecimento de determinados centros de poder como a Alemanha e a França;

2. A inserção da Grécia, um país com uma economia pautada na exportação de produtos primários, importador de gêneros alimentícios, sem uma indústria competitiva e grandemente marcado por descontroles cambiais, no bloco europeu contribuiu ainda mais para consolidação do seu papel periférico no capitalismo globalizado;
3. A assinatura da Política Agrícola Comum (PAC) engessou quaisquer medidas de cunho nacional que visassem estimular a produção agrícola no país;
4. A continuidade do país no bloco veio acompanhada de uma piora nas condições de vida dos cidadãos gregos.

Refletir sobre a expansão econômica ou o seu inverso, de um determinado país, está estritamente relacionado às consequências para o bem-estar humano, inclusive o caráter desigual próprio do capitalismo e os processos de acumulação do capital em seu estado atual de alta financeirização, onde as atividades produtivas como indústria e agricultura vem perdendo cada vez mais espaço na composição da riqueza dos países.

Verificar a maneira como se processaram as diversas alterações advindas do ingresso no bloco econômico nos permitiu delinear a trajetória e as consequências da adesão de um país subdesenvolvido e que possui historicamente poucas reservas ou recursos naturais, em um ambiente onde o conjunto de países que passaram pelo processo de unificação de suas economias visava crescer economicamente através de medidas políticas.

Acreditamos que este estudo se configura enquanto um tema atual e pertinente às pesquisas sobre o desenvolvimento socioeconômico em um âmbito das relações internacionais e da História Econômica dos processos de formação social.

Como metodologia, nos propomos à análise dos indicadores macroeconômicos que permitirá uma visualização no âmbito socioeconômico ao longo do período determinado (1969-2001), partindo da abordagem direta das variáveis macroeconômicas a partir da perspectiva do Sistema de Contas Nacionais (SCN) da Organização das Nações Unidas (ONU), e do estudo dos diferentes setores econômicos.

Adicionalmente esta pesquisa contou com a análise e interpretação de documentação primária. Os documentos são recursos valiosos e centrais no trabalho de um historiador, através da leitura dos seus dados é possível construir um panorama do conjunto de transformações,

operações ou verificações realizadas a partir dos dados estatísticos, com finalidade de atribuir um grau de verossimilhança mais sólido ao problema que a investigação propõe.

Procedemos com uma divisão histórica usando os seguintes cortes temporais: (1) o período que vai de 1969-1978 marca os antecedentes da adesão grega ao bloco; (2) o período que vai de 1979-1982 marcou o processo de ajustes para adequação às diretrizes de adesão ao bloco; e (3) o período que vai de 1983-2001 marca o período de atuação do país no bloco, este último subdividido em dois momentos que marcam o período de implementação dos Programas Integrados do Mediterrâneo (PIMs) e os antecedentes da adesão à moeda única. Buscou-se observar as transformações na estrutura econômica do país a partir destes três movimentos.

Os dados foram verificados a partir da base de estatísticas conhecida como EUROSTAT que foi criada pelas autoridades do bloco europeu com o intuito de gerar informações estatísticas de qualidade e estão subdivididas em vários conjuntos, cada um abrangendo um domínio específico.

Adicionalmente, utilizamos dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Banco Mundial (BM) e Banco Central da Grécia (BCG).

A partir dessa base foi possível elaborar comparações entre países e regiões que compõem a CEE com o intuito de observar transformações sociais. “As estatísticas internacionais são formas de conhecer ou mensurar os níveis de qualidade de vida em sociedade” (EUROSTAT, 2016).

As contas nacionais possuem importâncias múltiplas, das quais destacamos os indicadores econômicos que serão apresentados ao longo da pesquisa. As contas setoriais são parte das contas nacionais que refletem os fluxos da economia tal como os estoques dos agentes institucionais que recebem a classificação de “setores” de acordo com seu comportamento econômico e sua função na economia. Dessa maneira foi viável entender o comportamento da economia grega e dos integrantes do bloco.

A presente dissertação, que condensa os resultados da pesquisa efetuada, está organizada em quatro capítulos além da presente introdução e de uma conclusão ao seu final. O primeiro capítulo apresenta algumas considerações teóricas que auxiliam a compreensão da estrutura investigativa que norteou a pesquisa.

O segundo capítulo traz o panorama histórico dos antecedentes que levaram a Grécia a optar pelo processo de adesão à CEE, como discurso de modernização das estruturas produtivas no país, que se mostrou de maneira tutelada, tal qual a herança das políticas de condução da

Junta militar, os conflitos territoriais com a Turquia e os efeitos de uma política econômica que resultou no aparelhamento do Estado, bem como o processo de “redemocratização”.

O terceiro capítulo apresenta informações relativas aos ajustes da política econômica que foram efetuados para atender as exigências do bloco europeu para adesão no mesmo. Nos próprios termos do tratado já fica evidente que o papel da Grécia no bloco não seria o de protagonista.

Por fim, o quarto capítulo apresenta um balanço dos dados da economia grega nos trinta e dois anos priorizados. Buscou-se analisar a trajetória do país a partir de uma metodologia que criasse séries para o período de pré adesão, processo de adesão, e continuidade no bloco, assim objetivou-se comparar os efeitos da entrada na CEE/UE e se estes trouxeram aspectos de desenvolvimento social e econômico nos parâmetros estipulados pela teoria econômica.

1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Este capítulo aborda de modo sintético a base teórica que norteou a pesquisa efetuada, passando por conceitos relativos à metodologia da História e da História Econômica, o desenvolvimento econômico, a integração de blocos regionais, entre outros.

1.1 História Econômica e metodologia da História

A História Econômica é, antes de tudo, uma tentativa de explicação das atividades humanas ligadas à vida material. Ela lida com as quantidades que se relacionam no tempo e espaço dos eventos humanos.

Entretanto, há um descompasso entre a aceitabilidade da História acerca de algumas leis de causa e efeito da economia aplicada. A História Econômica não implica desconfiança da teoria econômica como tal, nem busca deslegitimar a sua verossimilhança. O ceticismo dos historiadores em geral se direciona para os pressupostos da teoria neoclássica, pela sua carência de historicidade e muitas vezes realidade, justamente por desconfiar de leis muito restritivas que se propõem a explicar a fenomenologia da complexidade humana (HOBSBAWM, 2000; SOUZA, 2008).

O estudo da vida material dos homens ao longo do tempo e as suas relações construídas com o espaço no qual vivem e transformam, é melhor entendido com o alinhamento de elementos da teoria econômica em cooperação com a habilidade de análise conjuntural da qual dispõe o historiador, buscando a construção de uma metodologia própria (SOUZA, 2008).

Há certos limites de uma narrativa histórica com o pleno uso de dados numéricos não padronizados que são frequentemente atribuídos ao que se chama de um período protoestatístico, e que teve sua origem na formação dos Estados modernos centralizados e seus prolongamentos coloniais.

A partir do século XIX, especificamente no caso da Europa Ocidental, podemos considerar as informações numéricas como plenamente estatísticas. Para a construção histórica, isso foi uma revolução na forma de tratar os dados e explicar as atividades humanas.

De acordo com o historiador Pierre Chaunu (1978), é o período censitário, que se inicia exatamente com a consolidação das primeiras contagens populacionais pelos Estados-nação, que fornece aos historiadores a possibilidade de construir séries históricas.

É o historiador quem deve selecionar, processar e interpretar os documentos usados e os dados dele extraídos. Cabe ao historiador economista confrontar os números e retirar deles as informações pertinentes para a construção do seu texto.

Quanto à natureza qualitativa de certos objetos de estudo, é certo que os progressos da computação tornaram possível o estudo quantitativo de muitos novos tipos de fenômenos históricos e suas respectivas documentações [...] Porém, podemos duvidar que uma focalização totalmente quantitativa de toda a problemática histórica seja possível (CARDOSO & PEREZ, 2002, p. 47).

O historiador social possui ainda limites que precisam ser entendidos e trabalhados a fim de evitar equívocos na interpretação imediata dos números. Como este ramo privilegia o longo prazo e o equilíbrio de um sistema, é possível observar oscilações, crescimento ou retrações. A avaliação qualitativa deve ser empregada pelo historiador, por isso é necessário que este construa sólida formação para lidar com a interpretação dos dados, uma vez que os métodos matemáticos se sustentam.

As séries observadas de uma maneira pueril, sem a leitura crítica ou uma sólida construção fundamentada sobre o contexto no qual o documento ou informação estão inseridas pode ocultar o ponto extremo a partir do qual se verifica alguma transformação na estrutura da temporalidade, e de como essa mudança se deu, ou seja, os números, quando não observados sob uma ótica preocupada, podem enevoar alterações estruturais em toda uma cadeia contínua. Isto sem contar com as armadilhas da contabilidade criativa⁴.

Da mesma forma, é possível que este evento drástico de ruptura não seja quantificável e nem apareça nas séries endógenas do sistema trabalhado. A mudança pode estar condicionada a um fator externo ao nosso sistema.

Ter em mente que o laboratório das Ciências Sociais é a História e o tratamento dado aos objetos (humanos) pode ser complementado a partir do emprego de métodos quantificáveis e que estes ajudam a explicar muito da totalidade, contribui na elaboração de um produto mais factível e sólido.

Na História Econômica — mesmo algumas variáveis que não são passíveis de se mensurar, especificamente pela falta/natureza das fontes e, principalmente, porque a totalidade

⁴ É uma manipulação da realidade patrimonial da entidade, onde os gestores utilizando-se das flexibilidades e omissões existentes nas normas contábeis, alteram propositalmente o processo de elaboração das demonstrações contábeis, alterando significativamente a verdadeira situação patrimonial da entidade

dos fatos de natureza política ou social podem apresentar aleatoriedades, por exemplo — podem ser tratadas a partir de métodos sofisticados como a teoria dos jogos, o equilíbrio de Cournot, e modelos baseados em previsões, tendências e estimativas.

Houve um movimento na Ciência Histórica que buscou envolver diversos campos no âmbito das transformações das sociedades humanas, seja em seu aspecto estritamente material, demográfico, técnico, institucional, religioso, étnico, identitário, político, partidário entre outros.

Há uma urgência para que a História, enquanto saber científico, retome o caráter explicativo na articulação dessas diversas formas de manifestação das ações humanas, logicamente salvaguardando todos e quaisquer limites epistemológicos ou ontológicos do processo de narrativa do historiador.

Esta tendência pode ser observada em obras de análise histórica a partir do período posterior à II Grande Guerra: Emmanuel Ladurie (1966); Fernand Braudel (1959); Pierre Goubert (1961).

Salvo os devidos cuidados que se deve ter com as tendências totalizantes, estas não devem ser afastadas, mas preservadas como horizonte do historiador, a delimitação de um objeto acompanhado da utilização de conceitos e métodos seja da história, seja da economia, são caminhos que devem ser seguidos no âmbito progressista da história enquanto ciência, podendo assim ser legitimada.

Porém, na prática, a tendência crescente empurra a história para um caminho de compartimentalização do seu ofício em áreas cada vez mais especializadas e isoladas. Esse movimento de atomização da ciência atua contra a sua unidade, o seu próprio elo agregativo, impedindo a possibilidade de um diálogo que poderia ser enriquecedor no âmbito das sínteses da pesquisa histórica.

O historiador tem que assumir para si o papel de “especialista” e “generalista”, e isso pode se dar sem o prejuízo da legitimidade do seu lugar de fala enquanto intelectual e produtor de conhecimento científico.

É possível afirmar, além disto, que não se trata de uma opção deixada ao arbítrio de cada pesquisador, mas de uma necessidade intrínseca à própria natureza do objeto de qualquer pesquisa histórica. A explicação dos movimentos e oscilações econômicas de grande duração (ciclos de Konratieff), por exemplo, não pode perder de vista que tais ciclos conjunturais estão ligados “às transformações das estruturas geográficas, econômicas e também políticas, portanto sociais” (CARDOSO & PEREZ, 2002, p.51).

Os dados estatísticos ou econômicos podem contribuir ainda para a elaboração de uma história social, mesmo que esta constitua um campo já bem específico com métodos e técnicas próprias. Acreditamos que toda “boa” História Social precisa de uma observação do campo material. Entretanto, o que há de positivo a destacar, se refere ao caráter de síntese da História que pode se apresentar combinando explicações da História material e de uma História da psicologia ou da mentalidade coletiva.

Um exemplo interessante trazido por Mello (2010) se refere à psicologia de crise e do mundo das finanças. Para entender a dinâmica dos mercados de derivativos, o autor concebe que fatos econômicos são, em muitos casos, menos importantes que os sentimentos e emoções.

No mundo dos mercados de ações, motivos irracionais aparentemente são mais significativos quando se referem ao desejo de “fazer” dinheiro. Nesse sentido, são encontrados os aspectos mais irracionais do comportamento humano, tais como fetiches, desordens de compulsão, obsessões e outras (MELLO, 2010).

Citando David Cohen, Mello (2010) aponta alguns agentes com comportamentos típicos: corretores por convicção, que são fascinados pelo mercado; corretores por tradição familiar; apostadores de ocasião, aqueles que estão em busca de lucros e, portanto, muito influenciados pelas oscilações de mercado; e os preservadores de riquezas que evitam riscos.

Analisando essas diversas mentalidades e se mantendo o mais distante possível do objeto, Cohen concluiu que nenhum dos indivíduos entrevistados esteve consciente objetivamente de seus sentimentos sobre dinheiro e investimento.

O dinheiro pode ter significados que vão além da sua função social e historicamente construída, pode assumir teor sagrado, simbólico ou pessoal.

Todavia, um historiador que busca traçar uma investigação acerca das oscilações e impactos do mercado financeiro na economia real se defrontará com aspectos que não dizem respeito inicialmente a questões econômicas puramente, mas que também influenciam diretamente no descolamento dos movimentos, justamente por tratarem dos comportamentos, crenças e mentalidades dos agentes sociais que conduzem estas ações.

Congregar estes fenômenos em uma visão global da história pode ser um exemplo satisfatório pela defesa do uso de abordagens diversas nomeadamente quando tratamos da história do desenvolvimento social e econômico dos países.

A História Econômica pode ser pensada assim, tendo como referencial as principais escolas de produção, pelo menos a partir de 1960, por dois caminhos originários.

A visão dos especialistas de origem anglo-saxônica estava – a exemplo dos estadunidenses que construíram suas narrativas⁵ – em estrita dependência com os modelos da Ciência Econômica. Objetivamente, no que se relacionava com os procedimentos metodológicos, hipóteses, principais problemáticas e técnicas, dão preferência à aplicação de conceitos matemáticos, em detrimento de qualquer natureza de documentação serial do passado. Esses especialistas não se preocuparam com algo muito caro a qualquer análise que se propunha numericamente histórica, arriscando o pecado do anacronismo.

Como Vilar (1960) apontou, a gênese da ampliação de uma ciência dos homens que busque explicar os lugares, o tempo e a dinâmica do desenvolvimento material precisa caminhar para o esforço de unificar uma tendência mais ampla na construção do pensamento histórico e econômico.

O crescimento humano, seus saltos, suas hesitações, suas desigualdades, seus conflitos urgem por uma análise global, não uma análise estritamente segura de si mesma e que não dá espaço para diálogo no que se refere aos mecanismos econômicos isoladamente (VILAR, 1992, p.26).

Desta forma, a pesquisa que resultou nesta dissertação buscou se inserir em uma segunda perspectiva oriunda dos historiadores da Europa Continental, notadamente a de tradição francesa, uma vez que neste modelo se busca não isolar a análise econômica dos fatores históricos globais e principalmente, da análise social. Intencionando respeitar as diferenciações contextuais que cada época apresenta nos mais diversos sistemas produtivos (CARDOSO & PEREZ, 2002).

A escolha por esta opção se deu por acreditarmos que este é um caminho que possui mais possibilidades de explicar o real de maneira mais honesta, ou pelo menos tentar, pois faz uso de percepções diferentes almejando confrontar a explicação econômica com os possíveis efeitos sociais de médio ou longo prazo, construindo uma narrativa mais rica e sólida. Este tem que ser o compromisso do historiador economista.

A excessiva ênfase dada ao econômico puro e aplicado acaba por criar um monstro invertebrado, pouco atraente e, sobretudo, distante da complexidade inerente à dinâmica da história dos homens.

Quando aplicada de maneira séria e comprometida, a História Econômica tem o poder de “corroer, destruir explicações fantasiosas”. Ela não interessa em uma sociedade de massas controlada pela mídia (BARBOSA, 1988).

⁵ A exemplo da *New Economic History*, advém os trabalhos altamente questionáveis de A. F. Conrad e J. R. Meyer. *The Economics of Slavery in the AnteBellum South*, 1958; Robert Evans Jr., *The Economics of American Negro Slavery*, 1962.

Assim, o desinteresse por essa disciplina independente, pelo menos a partir de 1870-1930, não é inocente. Os dados que Fragoso e Florentino (1997) apontam um inexorável declínio do número de artigos ligados à História Econômica. De 1929-45, 60% dos trabalhos publicados nos *Annales* eram dedicados à História Econômica. De 1946-69, esse número declinou para cerca de 40%. Até 1976, esse número foi para 25%.

Os dados de produção trazidos por Hobsbawm (2000) acerca da escrita de trabalhos de História Econômica ou de História do Pensamento Econômico nos Estados Unidos é de que, no que se refere às dissertações de doutorado entre o primeiro quartel do século XX até a primeira metade dos anos 1970, houve uma diminuição de 13% para 3% (HOBSBAWM, 2000, p. 7).

Como ciência, a História Econômica em sua expressão moderna consolidou-se a partir da primeira publicação do livro “O capital” de Karl Marx (1867). O historiador e filósofo alemão construiu sua metodologia aplicando elementos que a História Econômica faz uso ainda hoje.

O surgimento da História Econômica correspondeu à necessidade de se abandonar o “método sincrônico” utilizado pelos clássicos para expor a formação das categorias da Economia política, e adotar em seu lugar uma “abordagem diacrônica”, “contínua”, das ocorrências econômicas na vida das sociedades (BARBOSA, 1988, p. 4).

Como Barbosa (1988) sintetiza, o método da História Econômica pode ser entendido como: (1) Uma doutrina econômica definida (Economia política, teoria neoclássica, teoria do desenvolvimento econômico, entre outras); (2) Uma doutrina histórica definida (Materialismo histórico, materialismo explicativo, escola dos Annales); (3) A problematização das doutrinas através de um modelo bem específico (seria a questão fundamental que norteia o trabalho científico, o processo de adesão da Grécia à Comunidade Econômica Europeia a partir de 1981, foi uma estratégia de desenvolvimento econômico que se efetivou?); (4) A formulação de hipóteses claras, a partir deste modelo, com vistas a enriquecer ou reformular doutrinas de base.

1.2 Poder e território como *locus* de poder

A) *Poder e poder*

O termo poder possui uma alta carga de significados e usos. Há ambiguidade mesmo em seu emprego na forma escrita. Poder com letra maiúscula postula “como dados iniciais a soberania do Estado, a forma da lei ou de uma unidade global de uma dominação” (FOUCAULT, 1979, p. 121).

No entanto, projetar que o Poder é o Estado significa mascarar o poder com letra minúscula. O poder, nome comum, se esconde atrás do Poder, nome próprio. Esconde-se tanto melhor quanto maior for a sua presença em todos os lugares. Presente em cada relação, na curva de cada ação: insidioso, ele se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem (RAFFESTIN, 1993, p. 52).

A dualidade entre os dois usos do termo mostra que o primeiro é mais facilmente identificável, se apresenta de modo mais explícito, concreto, observável através do intermédio de aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos.

Por outro lado, o poder torna-se perene, não tão visível, mas consubstancial a toda e qualquer relação social. O poder circula e se apresenta enquanto práticas ou relações de poder. O poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. É uma relação disseminada por toda a estrutura social, isso implica que por ter esse caráter relacional as próprias lutas contra seu exercício não podem ser aplicadas de fora do sistema.

Qualquer luta institucional ou política é sempre resistência dentro da própria rede de poder, teia que se alastra por toda a sociedade e que ninguém pode escapar: ele está sempre presente e se exerce como multiplicidade (FOUCAULT, 1979).

O poder não é, por si só, algo destrutivo ou repressivo, o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é que simplesmente ele não pesa só como uma força que diz não, mas que, de fato, dentre todas as outras atribuições, ele produz discursos. O poder pode ser pensado como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social.

Bourdieu (2001) chama a atenção para a sutileza que as formas de poder podem assumir. É importante e não inútil lembrar que a estrutura de poder disperso pode ser menos visível do que este na verdade é. Há, metaforicamente, um círculo cujo centro está em toda a parte e em parte alguma. Nesse sentido o autor evidencia que é preciso descobri-lo onde ele (o poder) é mais completamente ignorado ou naturalizado.

O autor define, portanto, o poder simbólico como um efeito desse poder invisível, o qual tem a sua razão de ser em um sistema simbólico, e que no caso estudado, também assume função política.

Os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social, enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração lógica é a condição de integração moral (BOURDIEU, 2001, p. 10).

As produções simbólicas são instrumentos de dominação. Por trás dessa intencionalidade há um maestro ou um grupo dominante. Estes interesses são, sobretudo, de classe. Nesse sentido, as ideologias se apresentam como opositoras aos mitos, produto coletivo e coletivamente apropriado. Uma ideologia, entretanto, serve a interesses particulares que tendem a se mascarar como interesses universais, comuns ao conjunto dos grupos.

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica) graças ao efeito de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 2001, p. 14-15).

A ideologia de uma Europa unificada e próspera se deu a partir de um projeto de integração real da classe dominante para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, atuado com mecanismos de desmobilização (falsa consciência do cidadão europeu) das classes dominadas, para a legitimação de uma ordem estabelecida hierarquicamente.

B) Território

É preciso diferenciar espaço e território. Estas categorias, apesar de fazerem parte de um mesmo universo, não são termos equivalentes. Antes de tudo, o espaço precede o território. Este último é construído a partir de um espaço e é resultado de uma ação conduzida por um ator determinante (RAFFESTIN, 1993).

Isso pode ser exemplificado por um processo de investimento em infraestrutura na produção de um determinado espaço que, a partir da criação de estradas, canais, rodovias, pode se tornar um território de escoamento de produtos agrícolas, por exemplo.

O território, nesse exemplo, é o espaço que sofreu uma ação intencional de mudança com um interesse de ordem econômica e que revela, por consequência, relações marcadas pelo poder. “O espaço é a prisão original. O território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Raffestin apresenta a ideia de espaço como se este fosse “dado”, comparando-o mesmo a uma matéria-prima. O território, como uma produção intencional do espaço e manifestação da ação do poder, é marcado pelas forças de trabalho e pelas relações de produção logo, condicionado às particularidades dos modos de produção, ou seja, subordinando às “utilidades” sociais desse sistema.

A relação que o território e a ação daqueles que detêm o Poder ao longo da história revela naturezas distintas de dominação. A cartografia euclidiana da Renascença moderna foi um instrumento de poder e Poder na configuração dos Estados modernos, contribuindo diretamente para deformar os comportamentos do poder.

A síntese da idealização desse instrumento mobiliza três elementos fundamentais: a superfície ou o plano, a linha ou a reta e o ponto ou momento do plano (Ibidem, p.145).

As representações do espaço surgem a partir da combinação desses elementos. A eficácia desse sistema reside na preservação dos contatos, trocas, relações. Se apresenta como um jogo estrutural que contem axiomas que governaram o uso do poder no espaço.

A projeção sobre um espaço qualquer E de um sistema α é preciso fazer corresponder a projeção de um sistema de intenções de poder que se molda sobre o primeiro. A delimitação de um território, o controle de pontos, de ilhas, de cidades etc. e o traçado de rodovias, de vias, estes não surgem de uma axiomática euclidiana traduzida em termos de relações de poder? Não somente estamos tentados a dizê-los, como afirmamos! (Ibidem, p. 145)

Os Estados, em busca de uma construção que obedecesse a uma lógica iluminista e civilizatória nos moldes de uma modernização no sentido que Berman (1986) nos apresenta, modularam suas políticas segundo uma axiomática não declarada mas bem objetiva.

Como Raffestin (1993) aponta, desde que o jogo estrutural funcione, ou seja, o sistema de intenção de poder de um ator sobre outro ator que se propõe dominante está inicialmente situado num ponto do espaço em que vai representar o espaço para si, e nesse sentido “territorializar” o espaço.

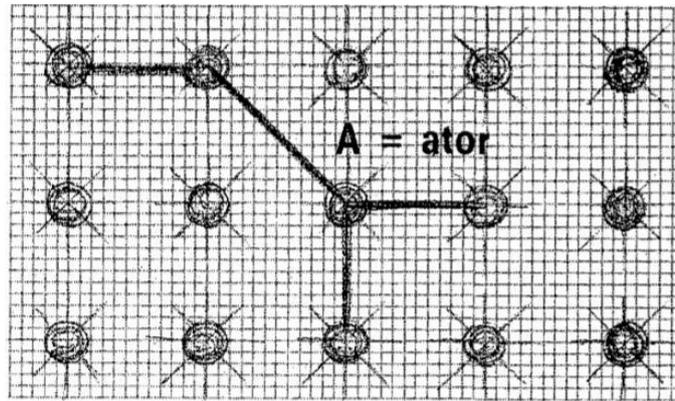
Este determinado ponto não é, entretanto, privilegiado em relação a outros elementos — superfície e linha. Só fornece a origem da representação, isto é, fornece o suporte egocêntrico de representação, pois se mostra sempre como uma manifestação do “eu” em relação ao “não-eu”, o que pode ser entendido como espectro da austeridade, a negação do outro a partir de si, por um dispositivo geográfico (AUGÉ, 1999 ; RAFFESTIN, 1993).

A concepção de espaço em Augé, ou o *Não lugar*, se distingue da de Raffestin justamente pelo primeiro autor ter uma perspectiva dos lugares que não são propostos como elementos de integração identitária através da espacialidade. Para Augé existem lugares que

refletem exatamente o oposto, seriam os espaços de passagem incapazes de criar qualquer laço de identidade.

Esses *Não lugares* se materializam em áreas como aeroportos, vias expressas, salas de espera, estações de metrô, ou seja, lugares de alta circulação de pessoas e bens cuja dinâmica é incapaz de criar laços identitários. Raffestin, por outro lado define toda uma narrativa pra mostrar que os agentes de modificação no espaço refletem criação de laços de pertencimentos.

Figura 1: Ator egocêntrico e ramificações de influência



Fonte: Raffestin (1993, P. 146)

A partir do esquema apresentado na figura 1, Raffestin propõe que esse diagrama pode ser pensado como uma representação de um espaço para o ator A. A representação não se encerra nesse espaço, a partir dele se percebe que essa representação é egocêntrica, nuclear, centralidade de onde emana o Poder. Um outro aspecto a se destacar é que esse espaço construído pelo ator comunica suas posições, intenções e a realidade material que objetiva.

Entretanto, essa representação do sistema não é estável, imóvel. A ruptura, quando ocorre, pode ser resultado de uma relação de poder dissimétrica. Esse primeiro exemplo exposto na figura 1 pode servir para adicionarmos mais hipóteses à explicação do modelo exposto por Raffestin.

A adição de um segundo ator ao esquema, passando agora a termos A e A', aponta para uma instituição de uma relação de poder. Os dois atores podem demonstrar objetivos semelhantes, mas que podem ser diferentes quanto aos modos de intencionalidade dos fins. Poderíamos postular a presença de outros atores adicionais covalentes.

A relação prévia estabelecida entre A e A', o que daria dinâmica ao nosso modelo, traduzindo-o em um jogo multilateral dos diversos atores cada um com intenções e intencionalidades próprias.

A partir dessas explicações poderemos levar o debate mais a fundo explicando o que é o sistema territorial. O poder, ou as relações de poder, constroem malhas nas superfícies do sistema territorial para delimitar campos operatórios (RAFFESTIN, 1993, p. 149).

Desde a Antiguidade, os povos “civilizados” buscaram uma divisão muito bem delimitada tanto do seu território concreto espacial, geográfico, quanto das suas relações de sociabilidade, criando nichos identitários autocentrados que viam o diferente enquanto alguém/algo menor, subjugável, caso do sistema ateniense do VI e V séculos a.C.

Toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma “produção territorial” que faz intervir tessitura⁶, nó⁷ e rede⁸ (Ibidem, p.150).

A ocupação e distribuição de indivíduos e grupos em pontos no espaço pode seguir modelos de ordem aleatória, regular ou concentrada, isso conduz a uma organização a partir do sistema de malhas⁹, de nós e redes que se imprimem no espaço que constituem o território.

Esses sistemas de tessituras, de nós e de redes, organizadas hierarquicamente permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído. Permitem ainda impor e manter uma ou várias ordens. Enfim, permitem realizar a integração e a coesão dos territórios. Esses sistemas constituem o involucro no qual se originaram as relações de poder (Ibidem, 151).

A instrumentalização dessa teoria nos ajuda a entender o formato do processo de criação e unificação dos territórios da Europa Central com o seu processo de expansão para outras regiões do continente, inclusive os Bálcãs, através da ótica da geografia política que explica a construção desses locais de poder que surgem a partir de um ator egocêntrico e aglutinador.

Um local de referência cuja posição pode se delimitar de uma forma absoluta ou relativa nos locais de poder, os pontos se definem melhor em termos relativos do que absolutos. O interesse do ator aglutinador (e dos demais componentes) está em saber onde se situa o outro, aquele que pode prejudicar ou ajudar, o que possui determinado recurso ou vantagem.

Os atores secundarizados não se opõem ao sistema, agem dentro dele, assegurando funções, mantendo relações, se influenciando e mesmo criando redes internas.

O projeto europeu é imbuído de relações de poder entre atores que buscam modificações e intervenções dos espaços em prol dos atores centrais: Alemanha e França, principalmente por

6 Limite

7 Entrave

8 Sistema de linhas que desenham tramas

9 Relação com o espaço que se define na superfície

intermédio de novas ligações que são condicionadas em termos assimétricos aprofundando relações de dependência e que são aceitas com a promessa de alguma vantagem recíproca, o que aparentemente tem falhado em sua assertividade.

O território entendido como lugar de poder implica o poder de uso sobre os recursos materiais de uma determinada área sob jugo. Como Souza (2012) aponta, essa estrutura pode ser entendida em âmbito a) Produtivo; b) Político; e c) Cultural.

No primeiro aspecto, entende-se a relação com o meio no que tange os pormenores da produção e consumo, estabelecendo o que, a partir dos recursos existentes, pode ser considerado útil para o agente egocêntrico. Essa relação não é espontânea, mas advém do resultado das relações sociais de produção, ou seja, o que gera riqueza em uma sociedade.

No âmbito político, as forças sociais são movidas pelo interesse dos quais fazem parte do território em si, tal qual sua denotação material, mas também em seu aspecto representativo no imaginário coletivo. Assim, cada força política corresponde a um projeto político de relação com o território.

Na dimensão cultural, cada sociedade constrói os seus símbolos e interpretações da natureza que são traduzidos na forma como as populações lidam com o ambiente ao seu redor.

As crises afetam de maneiras diferenciadas o território. É preciso considerar os elementos que constituem o ambiente econômico e não encarar as crises enquanto elementos isolados do todo. O estudo das crises como um dos principais eixos da problemática da síntese econômica não pode ser pensada descolando ambiente-espaco-território e as ações humanas.

As crises estão geralmente relacionadas a: (1) Uma retração, estagnação ou crescimento insuficiente do produto; (2) Piora geral ou localizada das condições materiais dos agentes dentro do ambiente econômico; (3) Esgarçamento da ordem social ora estabelecida, muitas vezes acompanhada de esgarçamento de ordem política (SOUZA, 2012, p.60).

Pelo imperativo categórico da escassez dos recursos, os agentes de poder egocêntricos aglutinadores buscaram, historicamente, através do exercício de poder já consolidado, formas de garantir a sua reprodução mediando e impondo relações assimétricas que visassem o seu benefício direto. Isso pode ser traduzido não somente em um espírito colonial, de relações objetivas entre metrópole e colônia no sentido moderno das Américas do século XV, mas pela captação de mercados consumidores através de um constante incentivo para importação dos seus produtos ao longo do desenvolvimento do capitalismo contemporâneo. Isso se torna legítimo mesmo através de teorias que intentam convencer que o comércio internacional é um caminho para o desenvolvimento. Viés altamente questionável.

1.3 Integração Regional

A busca por uma integração europeia não foi algo iniciado com os tratados de formulação da Comunidade Econômica Europeia (CEE). Como bem aponta Souza (2018, p.11), essa intenção e construção de um lugar de poder, “uma unidade territorial que vai da Península Nórdica ao Mar Mediterrâneo, e do oceano Atlântico à Rússia, aos Bálcãs e ao Oriente Médio, tem suscitado várias disposições ao longo da história.” Portanto, não se trata de um processo recente.

Segundo Braudel, a Europa está há muito tempo envolta nas malhas de uma economia unitária, a cada época, sua vida material gira em torno de centros autoritários privilegiados (BRAUDEL, 1989, p. 369).

O autor evidencia algumas construções históricas para demonstrar seus argumentos, citando o início do século XVII onde instauram-se as supremacias mercantis de Amsterdam, até os primeiros anos do século XVIII e depois, as de Londres, que durarão até 1914, ou mesmo até 1939. Assim, na sua concepção, sempre houve uma orquestra e um maestro. (BRAUDEL, 1989, p. 369).

E, se investigarmos mais a fundo, a história aponta outras experiências que deflagraram esse sentido europeu nos dispositivos de integração, ou estaríamos falando de uma atualização dos processos de anexação?

Tais exemplos como Alexandre ou Napoleão, Carlos Magno, Adriano, Bismark ou mesmo a rainha Vitória, vislumbraram, em suas respectivas épocas, a possibilidade de, sob seus planos, projetos e interesses específicos, uma Europa integrada.

Um outro rastreio desses objetivos que buscavam reforçar os laços dentro das elites nobiliárquicas europeias, mas de menor ambição militar, em comparação a atuação dos imperadores e reis já citados, foi a estratégia do conhecido como “sogro da Europa.”

Ao final do século XIX, o Rei da Dinamarca Christian IX e a Rainha Luise conseguiram casar seus seis filhos com membros da realeza que advinham de famílias estrategicamente situadas em cargos de liderança na Europa. O resultado foi a criação de laços parentais entre membros proeminentes por toda a Europa, tais como Margarethe II da Dinamarca, Rainha Elizabeth II do Reino Unido, Rei Philippe da Bélgica, Rei Harald V da Noruega, Rei Felipe VI da Espanha, Grão Duque Henri de Luxemburgo, Príncipe Philip, Duque de Edimburgo (que abdicou do trono na Grécia para se casar com Elizabeth II), Rainha Sofia da Espanha,

Constantino II, Rei da Grécia, Rei Michael I e sua esposa Rainha Anne da Romênia, todos descendentes de Christian IX.

A multiplicidade da geografia do espaço, do elemento humano e das distintas formas culturais específicas da Europa tornou esse desafio de integração algo atraente e tentador (SOUZA, 2018).

Esse projeto, que já se ornamentou com vestes imperiais, sangrentas e centralizadoras teria dado lugar a uma opção estruturante de poder mais disperso entre os seus componentes, passando a uma concepção federativa, com uma participação colegiada e fundamentalmente parlamentar. No entanto, afirmar que esta seria uma forma mais representativa e democrática é outra coisa (SOUZA, 2018, p. 12).

Do ponto de vista epistemológico, a reflexão dos caminhos que no Pós-Guerra levaram à construção histórica da CEE para Souza (2018) está na conciliação de duas vertentes a saber: a supremacista e a integracionista.

A primeira consiste em uma visão eurocêntrica de que os povos que habitam no território europeu possuem a necessidade de domínio de um grupo sobre os demais e nada mais é do que um retorno nostálgico às teses de superioridade de um povo propostas por Maquiavel, e as visões da *realpolitik*.¹⁰

O enfoque integracionista, por sua vez, derivava de uma concepção dupla do cenário europeu (SOUZA, 2018, p. 15). Desde o começo do século XIX apresentava-se como um projeto europeu no sentido de congregação identitária. Frente aos contextos de Pós-Guerra e Guerra Fria houve uma reconstrução assistida em cooperação com os interesses do capital estadunidense e, posteriormente, o estabelecimento de blocos cooperativos entre as nações europeias – o êxito dessas políticas de reconstrução se mostrou como condição objetiva para alicerçar as bases de interesse integracionista, pois resultaram em um ambiente exitoso de formação de economias de bem-estar social naqueles Estados (Inglaterra, França, RFA, principalmente).

Porém, o projeto de integração que culminou na CEE foi erguido sobre uma estrutura baseada em uma relação assimétrica entre os países. Especialmente a partir de 1981, data do ingresso da República Helênica ao bloco.

¹⁰ (do alemão real “realístico”, e Politik, “política”) refere-se à política ou diplomacia baseada principalmente em considerações práticas, em detrimento de noções “ideológicas”, sendo esta própria uma ideologia.

Em toda relação de caráter assimétrico é estabelecido um viés de dominação. Entretanto este só é legítimo se ambas as partes, dominado e dominador, entrarem em algum tipo de acordo ou tratado.

Ainda segundo o autor, “o dominador não subjuga aquilo em que não tem interesse, assim como o dominado não aceita plenamente um jugo no qual não consiga vislumbrar algum tipo de vantagem” (ibid, p.18).

O exemplo da integração europeia e seu conseqüente processo de expansão a partir da década de 1980, mostrou, no âmbito dos jogos de interesses e relações de concessões os ganhos de um lado, notadamente a classe empresarial dos países mais ricos do bloco, no controle dos fluxos de capital pelo continente em sua máxima extensão, objetivando ainda a obtenção de mão de obra barata pela constante pressão de padronização das relações produtivas dos fluxos comerciais engendradas em um plano de políticas econômicas planejadas que dedicaram preocupação em favorecer a eficiência dos ganhos em margem do capital através de um clássico mecanismo liberal, a exploração sobre o trabalho.

Isso quer dizer, em termos macroeconômicos, o rebaixamento progressivo dos níveis de salário real dos trabalhadores, com repasse das margens aos ganhos dos capitalistas. Quer dizer também, em termos macroeconômicos, o favorecimento aberto do capital financeiro, com proteção aberta do Estado, quando necessário, com redução da atuação deste no lado real da economia e mesmo no nível de renda e emprego dos trabalhadores (ibid, p.17).

O mundo mostrou que poderia ser mais justo através da experiência do que foi a política de condução do bem-estar social, da valorização da social-democracia e do trabalhismo que gerou ganhos muito mais horizontais a partir da década de 1950. Entretanto, essa política, aparentemente, só foi interessante até o ponto em que serviu como mecanismo de positivação da opção capitalista frente ao modelo de economia planejada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

A derrocada da política do bem-estar social nas décadas finais do século XX desmascarou a verdadeira razão de ser do sistema capitalista e dos seus principais beneficiários, expondo assim o liberalismo econômico selvagem baseado em uma concentração de riqueza aglutinadora que só se interessa em criar uma classe de plutocratas cada vez mais restrita.

O mito fundacional de um bloco econômico próspero e igualitário propagado na documentação oficiosa e nos tratados de formulação da CEE, insiste em convencer o leitor desatento de um caráter plural dos processos.

Isso é observável principalmente nas atribuições dos órgãos de tomada de decisão intrabloco. Países como Alemanha e França, núcleo duro do projeto “europeu”, possuem papel

de liderança¹¹ política e maior número de assentos em órgãos como a Assembleia Parlamentar, isso se compararmos a países como Dinamarca ou Grécia que dentro do bloco não detinham força individual (nem se votassem juntos) para decidir nada.

Portanto, se referir ao modelo de integração europeia como projeto plural é no mínimo um erro interpretativo. Não há como sustentar isso dado o próprio funcionamento assimétrico da gestão de políticas no bloco. Na verdade, este projeto capitalista¹² é amplamente erguido sobre bases que são desiguais, e precisam ser para que a sua factibilidade seja possível. É nesse fundamento que se assenta o sistema “representativo” do bloco.

A CEE não foi pensada para integrar ou modernizar estruturas de países como a Grécia, a inserção desse país ao bloco configurou um projeto de submissão, restrição e padronização compulsória, submetendo a nação a uma lógica capitalista global consolidando uma relação clara de dependência.

A opção do passaporte irrestrito para os gregos poderem buscar “melhores” oportunidades de empregos nos outros Estados-membros precisa ser entendida como o caráter perverso que traz. O esvaziamento da mão de obra nacional, barateando a contratação em outros lugares, significa, ao mesmo tempo, deixar de lado qualquer possibilidade de desenvolvimento em território nacional de maneira próspera e irrestrita, a partir de uma lógica interna soberana.

Os termos dos tratados que deram origem à CEE não se preocuparam com a questão de um processo de desligamento de países da instituição, o argumento da saída de um país do bloco se tornou mecanismo de enfrentamento e embate contra as instâncias deliberativas da comunidade. Como Dedman (1996) cita, o caso da saída da Groenlândia¹³ da CEE em 1982, só se deu pelo seu processo de maior independência da Dinamarca e também por uma insatisfação com a política da CEE de controle da indústria pesqueira do país.

1.4 Comércio Internacional e Desenvolvimento Econômico

¹¹ O cálculo para ocupação de quantidade de assentos em órgãos deliberativos se dá por uma proporção entre PIB x população, países mais ricos possuem mais força de decisão.

¹² Quando convém ser, uma vez que a condução das políticas econômicas de planificação e padronização dos processos de produção, autocontrole de preços, mecanismos intervencionistas para o controle de flutuações de preços, entre outros não nos parece praticas essencialmente de economias capitalistas liberais e de livre comércio, há de se questionar livre comércio para quem e a interesse de quem?

¹³ A Groenlândia tinha se tornado membro compulsório da CEE, quando o reino da Dinamarca adentrou o bloco em 1973, já naquela época houve um referendo dos groenlandeses negando a adesão à Comunidade, entretanto este ainda não era um país autônomo. A ilha se tornou autônoma em 1979 apesar de ainda pertencer ao reino da Dinamarca. Em 1982, o país realizou outro referendo optando pela separação da CEE, uma vez que as exigências de alterações estruturantes advindas de cima, especificamente direcionada ao seu comércio não seriam vantajosas, afinal os seus principais parceiros comerciais eram os países da América.

No que se refere à teoria clássica sobre o mercado internacional e as suas vantagens, Ricardo (1819) apontou que um país deveria se empenhar no comércio de produtos nos quais possuía vantagens comparativas em termos de produção.

Esse princípio se encaixa no âmbito da evolução da teoria neoclássica e das ideias de que o livre comércio entre países beneficiaria as vantagens em economias de escala. A falácia de que o desenvolvimento dos mercados internacionais favoreceria todos os países envolvidos emana fortemente das diretrizes do Consenso de Washington no final do século XX, onde se difundiu o pressuposto de que os países ricos com políticas de livre comércio prosperaram e se desenvolveram por causa da adoção desse caminho e que, conseqüentemente, os países de economia menos avançada deveriam seguir este rumo, como uma espécie de receita pronta para o desenvolvimento através do comércio internacional (SERETIS e TSALIKI, 2014). Isso reforçou o argumento de permanência de países como a Grécia, que já nesse momento encontrava-se enquanto membro do bloco, como satélite das potências centrais.

Entretanto, a obra de Ha-Joon Chang *Chutando a Escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*, originalmente publicado em inglês em 2002, busca desconstruir alguns mitos propagados pelos países desenvolvidos. O próprio título da obra faz menção à fala de um economista alemão do século XIX, Friedrich List, defensor da indústria ainda nascente em seu país. Chang (2004) aponta que as economias de capitalismo menos avançado têm sido alvo de pressões empregadas por países desenvolvidos a adotar o que ficou conhecido como “boas políticas e boas instituições”, instrumentos que seriam capazes de promover o desenvolvimento econômico.

Por um lado, as “boas políticas” seriam os direcionamentos formulados no Consenso de Washington apresentado como fórmula para a modernização e o modelo de economia de mercado. O Consenso¹⁴ constitui, na realidade, uma receita de regressão a um padrão econômico pré-industrial, caracterizado por um ambiente predominantemente composto por pequenas empresas e fornecedores de produtos não muito diversificados. Esse modelo aparece nas teorias desenvolvidas por Smith no século XVIII e Ricardo no século XIX. Algo que a Inglaterra pregaria para uso das demais nações mas que ela mesmo não havia seguido. Portanto, políticas econômicas anacrônicas que visam a manutenção dos países não desenvolvidos sob o

¹⁴ A própria ideia de um “consenso” é insuficiente, consenso de quem? Pra quem? E a benefício de que?

signo da subjugação, uma espécie de laço invisível institucional e que possui sua legitimidade reconhecida pelas “boas instituições” ocidentais.

O modelo ortodoxo de *laissez-faire*, de redução do Estado à função estrita de manutenção da lei e da ordem, da santidade dos contratos e da propriedade privada dos meios de produção, poderia ser válido no mundo de Adam Smith e David Ricardo, em mercados atomizados de pequenas e médias empresas gerenciadas por seus proprietários e operando em condições de competição mais ou menos perfeitas; universo em que a mão de obra era vista como uma mercadoria a ser engajada e remunerada exclusivamente segundo as forças de oferta e da demanda, uma receita de há muito superada (BATISTA, 1994, p. 19).

No âmbito das boas instituições, Chang (2004) aponta o padrão anglo-saxão, por exemplo, a democracia, um poder judiciário e um banco central supranacional e uma forte legislação asseguradora dos direitos de propriedade.

Os argumentos utilizados são que “políticas e instituições boas” foram adotadas pelos países desenvolvidos quando estavam em seu processo. Chang mostra que não faltam evidências históricas sugerindo o contrário (VARELA, 2006; CHANG, 2004).

O principal questionamento proposto por Chang (2004) é como os países ricos chegaram ao seu patamar atual. A sua hipótese é que o centro diretivo está na condução das políticas de ICT (política industrial, comercial e tecnológica). O autor defende que são as diferenciações na condução destas políticas que separam os países bem-sucedidos em termo de desenvolvimento econômico, dos países de capitalismo menos avançado.

Sua principal contribuição para uma análise mais crítica no âmbito das relações entre países diante do fenômeno atual da globalização é que, sob um prisma histórico, se os países hoje desenvolvidos tivessem adotado as políticas por eles recomendadas aos países periféricos, não atingiriam o patamar que estão hoje. Países como Inglaterra, EUA, Alemanha entre outros, ao longo da sua trajetória de desenvolvimento, recorreram à políticas comerciais e industriais protecionistas, atualmente consideradas por esses dirigentes como políticas “ruins”.

Além disso, no século XIX e início do XX, antes de se tornarem potências, possuíam poucas das instituições que agora recomendam aos países de capitalismo menos avançado. Ou seja, as políticas de cunho ortodoxo conjecturadas a partir do Consenso de Washington são ações fortemente legitimadas por países que hoje ocupam papéis de liderança mundial e impostas a partir de um imperativo de subjugação política e institucional mascaradas sob a prerrogativa de “recomendações” para ajustes da política econômica dos países periféricos barrando, nesse sentido, que esses países alcancem o desenvolvimento. Não é somente chutar as escadas, mas destruir qualquer caminho para o desenvolvimento.

Kuznets (1955) aponta ainda que os países que assumiram papel de liderança e espectro de desenvolvimento econômico na Europa ocidental vivenciaram um longo processo de aprendizagem, alguns fatores históricos são apontados pelo autor no intuito de fundamentar o seu posicionamento. Esses países teriam passado por revoluções intelectuais, políticas e geográficas que ocorreram ao longo dos séculos XIII e XVI e que foram antecedentes cruciais para o momento de expansão econômica que se seguiu.

Não é à toa que entre as poucas potências que lideraram a Europa temos a Inglaterra, Países Baixos, os países escandinavos, a França e a Alemanha, países que ocuparam e ocupam lugares de destaque ao longo dos períodos citados.

O fato de que países como a Grécia – colônia do Império Otomano pelo menos até o século XIX— que foram inseridos em um sistema capitalista global de forma subordinada, dificilmente participaram diretamente das revoluções que Kuznets aponta terem sido cruciais no passado de países desenvolvidos, outrossim, a história aponta que os países pobres de hoje, em sua maioria, estiveram à margem das revoluções estruturais e do crescimento que elevou o patamar econômico e tecnológico, mudanças que iniciaram no continente europeu a partir do século XVIII.

A Europa, antes de transpor esse limiar através dos processos de revolução e expansão da indústria se apresentava enquanto região “subdesenvolvida” no plano material. (BRAUDEL, 1989, p. 341). Os países que hoje categorizamos como economias industrializadas ou de capitalismo avançado, nem sempre ocuparam espaços de liderança mundial ou pioneirismo técnico. Possuem o seu “triunfo” muito mais por questões conjunturais e longas gestações ideológicas de mudança, tanto nas estruturas sociais, quanto nos processos de centralização e disputas por poder político, militar ou econômico.

Nesse sentido, o processo de industrialização trouxe a marca genitiva do sucesso em economias que hoje assumem papéis de liderança mundial e exemplo de desenvolvimento econômico e social, como caminho a ser seguido. A própria ideia da industrialização como caminho para o desenvolvimento foi amplamente defendida por autores como Prebisch (2000), Furtado (1964), Schumpeter (1957), bem como as famosas etapas para o crescimento econômico teorizadas por Walt W. Rostow (1978).

A economia como âmbito investigativo para o desenvolvimento surge a partir de uma urgência própria dos países subdesenvolvidos ou de industrialização tardia e do desejo de que as condições materiais dos países de capitalismo menos avançado se tornassem favoráveis, buscando a resolução dos problemas criados pelas disparidades específicas no contexto do sistema internacional cada vez mais integralizado.

A industrialização dos países possui importância fundamental, esse caminho não é um fim em si, mas para Prebisch (2000) é o único meio que os países periféricos dispõem para ir captando uma parte do fruto do processo técnico e elevando assim, progressivamente o padrão de vida das pessoas. A elevação do padrão de vida das populações depende de uma expressiva quantidade de capital por trabalhador empregado na indústria, nos transportes e na produção primária, e da capacidade de bem administrá-lo (PREBISCH, 2000, p. 76).

No entanto, é necessário nesse processo que haja formação de capital para reinvestimento na industrialização, a mecanização da agricultura, a criação de uma poupança tal como investimentos estrangeiros, ações que contribuiriam para o incremento produtivo que ocasionaria essa acumulação inicial de capital.

Os benefícios econômicos da divisão internacional do trabalho são de incontestável validade teórica. Mas é comum esquecer-se que ela se baseia em uma premissa que é terminantemente desmentida pelos fatos. Segundo essa premissa, o fruto do progresso técnico tende a se distribuir de maneira equitativa por toda a coletividade, seja através da queda de preços, seja através do aumento correspondente da renda. Mediante o intercâmbio internacional, os países de produção primária conseguem sua parte desse fruto, sendo assim, não precisariam se industrializar (PREBISCH, 2000, p. 71). A falha dessa premissa consiste em ela atribuir um caráter geral àquilo que, em si mesmo, é muito circunscrito se considerarmos apenas o grupo dos grandes países industrializados, como Prebisch (2000) afirma. Se é verdade que o fruto do progresso técnico, distribui-se gradativamente entre todos os grupos e classes sociais, porém o erro surge quando esse conceito de coletividade é estendido à periferia da economia mundial.

Os benefícios que o desenvolvimento da produtividade realizam não chegam à periferia numa medida comparável à que logrou desfrutar a população desses grandes países. Por isso, os acentuados graus de diferença no padrão de vida das populações de países grandemente industrializados e pouco industrializados, assim como a notória discrepância entre as suas respectivas forças de capitalização, uma vez que a massa de poupança depende primordialmente do aumento da produtividade (PREBISCH, 2000, p. 72).

Torna-se, portanto, visível que a premissa básica do esquema de divisão internacional do trabalho não se sustenta por tratar-se de um contexto de desequilíbrio patente entre os dois grupos citados. Para Prebisch (2000) o incremento do emprego de pessoas na indústria significa uma melhora no grau de produtividade que se traduz em aumento líquido da renda nacional, o que conseqüentemente levaria a um incremento na margem de poupança cada vez maior.

A indústria do setor de manufaturas é o principal motor de crescimento econômico. O autor faz uma abordagem crítica acerca da perspectiva neoclássica do crescimento econômico por tratar todos os setores da economia como se eles fossem iguais. “Não destacam nenhum setor como sendo mais importante que outro” (THIRWALL, 2005, p. 43).

No entanto, o crescimento agregado está condicionado às taxas de expansão do setor que tem características mais favoráveis ao crescimento. Para Thirwall (2005), há algo de especial na atividade da indústria pois parece haver uma estreita associação entre o nível de renda per capita e o grau de industrialização, assim como uma estreita associação entre o crescimento do PIB e o crescimento da indústria manufatureira; “os países que crescem com rapidez tendem a ser aqueles em que a participação da indústria no PIB aumenta com mais velocidade.” (THIRWALL, 2005, p. 43).

Como apontado, o caminho trilhado pelos países ricos é muito diferente do que o esforço grego empregado para adesão à CEE, não se trata de repetir receitas de sucesso mas a teoria e a História ilustram outras alternativas.

Paulo Gala (2017) faz um rastreamento da arqueologia do pensamento econômico acerca do problema do desenvolvimento apontando que, pelo menos, antes de Smith, já havia pensadores do passado preocupados em como fazer para acelerar o progresso e alcançar a riqueza para todos. O autor cita exemplos como Antonio Serra, de Nápoles do início do século XVII; John Cary, de Bristol, no final do século XVII; ou Duarte Ribeiro de Macedo, de Portugal, na mesma época (GALA, 2017, p. 15).

A busca pela explicação da diferença entre pobreza e riqueza das nações não é assunto recente e muito menos já superado. Esta indagação se tornou central nas abordagens do pensamento histórico e econômico desde os clássicos até o pensamento mais recente de economistas institucionais como Douglas North.

Paulo Gala (2017) buscou responder esse questionamento também. Em sua abordagem, adotou duas perspectivas: a) A clássica tradição estruturalista em economia, segundo a qual a chave para a riqueza das nações estava na especialização produtiva em atividades econômicas com retornos crescentes em escala; b) A moderna concepção da complexidade econômica, que parte do enfoque parecido com o dos estruturalistas, mas usa muito a abordagem empírica, analisando bancos de dados do Big Data e redes para o comércio internacional (GALA, 2017, p. 15).

A concepção de sistemas dinâmicos complexos não se restringe em uso, apenas no conhecimento econômico. Mas, para esta ciência, tem sido aplicada para entender o funcionamento dos mercados financeiros fatores tais como as decisões individuais em

diferentes contextos. Isso se deu pelo processo de desenvolvimento crescente no âmbito da disponibilização de dados no universo digital.

A tecnologia desenvolvida em conjunto pelo MIT Media Lab e a Kennedy School, de Havard, a partir de técnicas de ciência da computação, redes de complexidade, permite o rápido acesso a milhares de dados do comércio internacional desde a década de 1960 (GALA, 2017, p. 16)

O alcance de uma complexidade econômica, ou a sua construção, pode ser atestada pelo Índice de Complexidade Econômica (ECI) que mostra as características principais dos tipos de produtos da pauta de exportação de um determinado país. Nesse sentido, o uso de ferramentas como *treemapping* são úteis para exibir os dados em disposição hierárquica organizados em conjuntos geométricos retangulares, interligados que formam uma espécie de mosaico informativo com a porcentagem por categoria e produtos que são exportados pelo país.

A capacidade de exportar produtos de alta tecnologia contribui para que determinada nação seja considerada complexa. Ademais, investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento de novas tecnologias são importantes para que ocorra diversificação e exportação de produtos com alto grau tecnológico (FERRAZ, *et al.*, 2017)

Para Gala (2017), todos os países hoje ricos são complexos do ponto de vista econômico. Em algum ponto de sua história superaram a centralidade na produção e exportação de produtos simples como tabaco não manufaturado, azeite, legumes, fios de algodão, para produtos complexos como carros, aviões, navios, disjuntores e painéis, caminhões e vans, máquinas de construção entre outros.

Para começar a entender essas diferenças estruturais – já que condicionam todo o direcionamento da especialização econômica de um país – a taxa de câmbio real tem papel preponderante na dinâmica das decisões macroeconômicas, uma vez que age diretamente no desenvolvimento tecnológico de um país, pois influi nas decisões de investimento, produção e inovações (GALA, 2017). No caso da Grécia, um exemplo empírico mostrou a fuga de capitais que buscaram valorização especulativa em mercados de derivativos já na década de 1960.

O câmbio real é um indicativo que permite avaliar os custos de um produto ou cesta de bens nacionais em comparação a essa mesma cesta de produtos internacionalmente. É uma forma de atestar o poder de compra de uma determinada moeda em termos de bens e serviços produzidos fora do território nacional.

No âmbito das correlações entre a sobrevalorização e subvalorização do câmbio real estão os caminhos para um processo de desenvolvimento efetivo.

A desvalorização cambial reduz a lucratividade nos setores de bens comercializáveis manufatureiros complexos. Por outro lado, uma valorização cambial não inflacionaria estimula a produção e o investimento nestes setores que geram grandes retornos em escala.

Quando há uma constante depreciação do câmbio, se torna mais interessante a realocação dos recursos para os setores não manufatureiros, especialmente a produção de *commodities*. Se torna mais barato importar máquinas para a produção agrícola (que tem retornos decrescentes em escala) e para setores como imobiliário (de baixa liquidez) e varejo (mercado de consumo interno) (GALA, 2017).

O desenvolvimento de um país, seguindo o exemplo das nações bem-sucedidas, é um processo estrutural que busca plena utilização de todos os recursos domésticos capazes de levar a economia à sua máxima taxa de acumulação de capital e desenvolvimento técnico.

O aumento de postos de trabalho implicaria em um aumento da produtividade nos mais diversos setores com foco nas indústrias que produzem bens e serviços de maior valor agregado e pagam maiores salários.

Ademais, o economista Paulo Gala (2017) aponta que o mercado possui importante papel a ser desempenhado, mas o Estado tem um protagonismo estratégico no âmbito da promoção de estruturas e instituições financeiras capazes de canalizar recursos nacionais para setores de maior valor agregado, buscando evitar desequilíbrios estruturais e promovendo competitividade internacional.

No contexto atual de um capitalismo cada vez mais interligado e a exemplo das condições de inserção de economias como a Grécia no âmbito de blocos econômicos, a possibilidade de pôr em prática essas ações citadas acima é limitada. Para que haja desenvolvimento efetivo é necessário que se realize uma estratégia de soberania nacional que capture oportunidades globais como a redução de barreiras para inovação, estabilidade financeira e ampliação das oportunidades de investimento privado (GALA, 2017, p.119).

O caminho da diversificação das atividades econômicas implica em uma oferta maior de nichos a serem ocupados pelos indivíduos. Isso resultaria em uma economia mais dinâmica e mais autossuficiente.

Como Gala (2017) aponta citando Hausmann (2004), acerca da perspectiva de complexidade, as cidades maiores tendem a crescer mais rapidamente e se tornar ainda mais diversificadas, não somente pelo fato de possuírem um mercado interno maior, mas porque são mais diversificadas em termos do que podem vender para outras cidades e outros países.

O conto ricardiano da especialização produtiva não levou em consideração que as atividades possuem diferenças cruciais, se compararmos um país que se especializa em vender

folhas de tabaco e um outro que vende carros, o país que se dedicou à exportação de bens mais simples não progredirá e, nesse sentido, a história é bem didática.

1.5 A teoria da integração e da interdependência no âmbito europeu

A definição de uma teoria que vise explicar o processo de integração em âmbito europeu é importante para se estabelecer os possíveis limites dessa constituição histórica que foi, e é, uma experiência renovadora dentro do sistema capitalista internacional contemporâneo.

Antes de tudo é preciso refletir acerca da natureza argumentativa que gravita entre as noções de integração e interdependência.

Organizações internacionais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), O Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) operam sob a base da interdependência, ou seja, um grupo de Estados-Nação que buscaram uma cooperação intragrupo no plano específico de política, economia, defesa militar são acordos mútuos que sempre respeitam o princípio de soberania nacional.

Esse tipo de organização não interfere diretamente na condução da política nacional, o máximo que pode fazer é empregar táticas como a aplicação de sanções para determinados países. No caso da Grécia, ao longo do seu período de ditadura, a CEE empregou sanções e proibições ao país, tal como a suspensão do crédito previamente aprovado pelo Banco Europeu de Investimentos (BEI).

As decisões tomadas através de acordos dessas organizações não suplantam, entretanto, de nenhuma forma, a Constituição Nacional. Esse é o fundamento mais comum para a maior parte das organizações internacionais ou conjunto de acordos.

A integração, entretanto, demanda a criação de uma organização supranacional como a Comunidade Econômica do Carvão e Aço (1951) e a Comunidade Econômica Europeia (1957) (DEDMAN, 1996).

A base constitutiva para os movimentos de integração entre países requer que os Estados-Membros transfiram algumas das decisões políticas individuais para uma instância superior que legislará buscando um ordenamento que deverá, obrigatoriamente, ser seguido por todos os membros. Em resumo, isso é a base para uma organização de cunho supranacional.

Além disso, uma organização supranacional tem a prerrogativa para impor sanções a governos membros, em caso de descumprimento de alguma decisão política ou quebra de acordos. Por exemplo, na CEE uma das funções da Comissão Europeia é agir como “polícia” fiscalizando as ações dos Estados-Membros. (DEDMAN, 1996, p. 7).

Existem vantagens nesse aspecto de integração, e foi buscando este caminho, que as economias europeias traçaram o sentido da integração. Dessas vantagens poderíamos destacar:

- Progressividade na assinatura dos acordos. Geralmente os tratados possuem um período limite de validade, entretanto no caso do Tratado de Roma não é perceptível essa intenção, pelo contrário. Isso resulta no fato de que as economias que buscaram o processo de integração projetavam estágios cada vez mais interligados;
- A segunda vantagem está no grau de exclusividade no corpo de países em via de integração, principalmente sobre a pauta de parceiros econômicos para circulação de produtos. Isso resulta em uma organização forte e pretensamente coerente, salvo os seus claros limites. – Raízes históricas de conflitos, por exemplo. Por isso um dos grandes esforços argumentativos da CEE é a construção de uma ideologia de Europa que vise forjar uma identidade continental;
- A terceira vantagem está no sistema legislativo interno. O tratado de Paris (1951) e o tratado de Roma (1957) criaram um sistema legal e uma regulamentação que coordena os poderes das instituições e dos países-membros, tal como conduz os direitos e deveres dessas instâncias.

Nesse contexto poderíamos elencar três escolas de pensamento apresentadas por Dedman (1996) que buscam explicitar o processo de integração europeia.

A abordagem ortodoxa trata de uma teoria da integração que exclui a metodologia explicativa da História buscando ancorar toda a sua argumentação na Ciência Política. Tem como principais autores S. George (1992) e E.B. Haas, (1958). O argumento é que após os eventos de 1945, as relações internacionais entre as nações modernas seguiram inexoravelmente um incentivo para a criação de redes que visam uma cooperação integrativa cada vez mais acirrada. Haveria uma tendência imanente para o alinhamento entre os países buscando estabelecer organizações de cunho integrativo.

Como uma ordem linear, a versão ortodoxa aponta que as transformações institucionais ocorridas na Europa a partir da assinatura do tratado de Paris em 1951 até a conclusão do tratado de Maastricht em 1992. Tais seriam fruto, de uma evolução “inevitável”. Estabelece-se assim

a configuração da integração europeia como um fenômeno natural, retirando qualquer lastro no âmbito das ações humanas e dos interesses econômicos e pessoais.

O que é facilmente observável em relação a esta abordagem, como aponta Dedman (1996), é que sua interpretação dos fatos é muito pouco satisfatória além de limitada. Expor 40 anos de construção a um simples arranjo linear de condensação de fatores, excluindo a dinâmica das ações humanas está, minimamente, em desacordo com a abordagem das ciências humanas e sociais.

O fato é que este movimento de integração tem sido amplamente uma estratégia econômica. As tomadas de decisões e as tensões dos embates políticos ainda respeitam, antes de tudo, os interesses dos Estados-Nação que buscam, no âmbito das relações de poder, reequilibrar-se na Comunidade Econômica.

Dedman (1996) defende que as decisões políticas intragrupo são tomadas em acordo com os outros membros e desacredita que o caminho “natural” dentro do processo de integração culmine em um desaparecimento da soberania dos Estados-Nação.

Uma outra escola de pensamento atribui a integração europeia às influências dos movimentos pró-federalismo europeu, ideologias fomentadas particularmente a partir da Segunda Grande Guerra. Um dos grandes expoentes dessa linha é Walter Lipgins. O autor, em seus estudos, buscou rastrear movimentos e organizações que pregavam a adoção de um sistema federalista europeu tendo como pano de fundo os contextos do período entre guerras.

O autor conclui que esse modelo de federalismo surge enquanto uma lógica muito influenciada pelos movimentos de resistência e o modelo federativo britânico (1939-41), aponta ainda que a primeira instituição supranacional da Europa surgiu a partir da década de 1950.

O foco histórico da análise do surgimento e disseminação dos ideais federalistas propostos por Lipgens (1982) não é suficientemente explicativo pois não abrange as especificidades dos governos nacionais e das suas estratégias políticas. Os tratados que deram origem à CEE não incluem nenhuma menção à adoção de uma política do federalismo.

Em uma terceira alternativa, uma abordagem de cunho amplamente histórico e baseada em trabalhos de Ciência Política, Diplomacia e História Econômica, temos a argumentação de Milward (1993). Para este autor, a integração europeia se dá em aspectos pontuais, somente quando convêm aos Estados-membros. A visão deste autor é de que não há antagonismos entre o processo de integração europeia e a soberania dos Estados-Nação. O poder transita nas decisões tomadas em conjunto pelos governos nacionais.

Entretanto, não se pode projetar que este movimento seja totalmente harmônico, coerente e permissivo, seria romantizar demais os processos históricos que envolvem, antes de tudo, interesses individuais e projetos de classe.

Essas tensões podem ser exemplificadas nos ajustes que as novas economias integrantes ao grupo precisam tomar, especificamente no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC). Como Previdelli (2016) aponta, no caso português, era necessário uma série de reformulações impostas pela CEE, e, dentro do bloco, ainda havia restrições à entrada do país, especificamente pela França e Itália que exigiam uma modificação profunda na política agrícola portuguesa, uma vez que Portugal possuía certas vantagens agrícolas.

Outro país que impôs obstáculos foi a Grécia, que só liberou parecer favorável depois de receber autorização para ampliar seus próprios subsídios agrícolas (PREVIDELLI, 2016, p. 54).

2 OS ANTECEDENTES DO PROCESSO DE ADESÃO À COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPEIA (1944-1981)

A visão de muitos homens de letras¹⁵ à época das “Grandes Guerras” era a de mais profunda penúria. Acreditou-se que, pelo tempo de uma vida média, as luzes não seriam mais vistas por toda a Europa, ou que a humanidade assistia ao seu fim imanente. A obra do satirista Karl Kraus intitulada “*Os últimos dias da humanidade*”, retratou bem esse sentimento.

Havia um fundo de verdade para essa crença construída, os sentimentos agoniantes e sufocantes que envolviam todo um estado lugre que mais pareciam ter sido ambientados no universo do romantismo sombrio de Poe.

Mas, nada havia de romântico nos 31 anos de conflito mundial, já que houve muito de sombrio ao longo da “Era da Guerra Total”. A humanidade não acabou, embora, como nos relata Hobsbawm, havia momentos desde a declaração de guerra austríaca à Sérvia, a 28 de julho de 1914 e a rendição incondicional do Japão, a 14 de agosto de 1945 em que o fim de considerável proporção¹⁶ da raça humana, não pareceu muito distante (HOBSBAWM, 1995, p. 30).

A humanidade não sucumbiu. Entretanto, o modelo civilizatório do século XX foi marcado pela guerra. Toda uma geração viveu e conviveu com o signo catastrófico dos termos de guerra total.

As marcas e trajetórias históricas daqueles que cresceram antes de 1914 se configuraram enquanto experiências que não rastrearam nenhuma continuidade com o período entre guerras.

Os ex soldados que haviam passado por aquele tipo de guerra sem se voltarem contra ela às vezes extraíam da experiência partilhada de viver com a morte e a coragem um sentimento de incomunicável e barbara superioridade – inclusive em relação à mulheres e não combatentes – que viria a formar as primeiras fileiras da ultradireita do pós-guerra. Adolf Hitler era apenas um desses homens para quem o fato de ter sido um *frontsoldat* era a experiência formativa de vida. (HOBSBAWM, 1995, p. 34).

As guerras, em se tratando de períodos anteriores a 1914 (cerca de 100 anos) eram caracterizadas pelo seu curto tempo de duração. Como Hobsbawm aponta:

¹⁵ Algumas literaturas de Guerra: *Nada de novo no Front* (1928), de Erich Maria Remarque, *Adeus às armas* (1929), de Ernest Hemingway, *A metamorfose* (1915), de Franz Kafka

¹⁶ As estimativas mais elevadas que foram levantadas aqui apontam que o número de mortos foi de 65 milhões e 72 milhões durante a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, respectivamente.

[...] a maioria das guerras envolvendo grandes potências fora rápida. A maior delas não fora um conflito internacional, mas uma guerra civil dentro dos EUA (1861-5). Media-se a extensão da guerra em meses ou mesmo (como a guerra de 1866 entre a Prússia e a Áustria) semanas. Entre 1871 e 1914 não houvera na Europa guerra alguma em que exércitos de grandes potências cruzassem alguma fronteira [...] (HOBSBAWM, 1995, p. 30)

A Segunda Grande Guerra teve um forte caráter expansionista, no real sentido de subjugação e ocupação dos espaços, o caráter fronteiriço é grande elemento explicativo dessa análise.

Faz-se necessário explicar a razão do status global atribuído a esta guerra. Que os conflitos iniciados em meados de 1914 ocorreram em território europeu já é ideia amplamente difundida, mas o seu caráter de “mundial” se dá pelos intercâmbios de guerra, ou seja, soldados que deixavam o seu território nacional para lutar em terras estrangeiras e por razões estrangeiras. O período ao longo das guerras marcou, também, neste aspecto, a flexibilização da ideia de identidade nacional e patriotismo fortemente apregoadas no século XIX. Adicionalmente pode-se questionar se este discurso na verdade não foi uma justificativa para uma subjugação das identidades, umas buscando ser mais legítimas que outras?

A questão do nacionalismo, ou nacionalismos, avançou dramaticamente e seu conteúdo ideológico e político foi se consolidando na Europa desde 1880. Tal noção estava muito atrelada à formação de um Estado independente destinado a um grupo nacionalmente definido e que buscava uma causa “comum”.

É interessante mencionar até mesmo aspectos próprios da psicologia humana como a emoção, para desenhar este conceito, e a mobilização política destes agentes constituidores: “tchecos”, “gregos”, “alemães”, incentivada por um Estado democrático (ou não) se caracterizava enquanto um símbolo “patriota”.

A subjugação que fez canadenses lutarem na França, australianos e neozelandeses forjarem uma consciência nacional numa península do Egeu. As colônias das potências imperiais que não tiveram outra escolha a não ser se juntar à causa das suas metrópoles e até mesmo os indianos que foram enviados para a Europa configuram uma legitimação de uma dada identidade que se repartiu entre a Tríplice Aliança e as chamadas “Potências Centrais” em um primeiro momento.

Refletir sobre essa conjuntura formativa do que foi a “Era da Guerra Total” evoca os embates entre nacionalismos, patriotismos, identidades e sobretudo expansões e anexações territoriais.

Em 1935, a Alemanha comunicou sua ruptura com os tratados de paz e ressurgiu como grande potência militar e naval, reapossando-se (por plebiscito) da região do Saar em

sua fronteira ocidental e desligando-se com desprezo da Liga das Nações. No mesmo ano Mussolini, com igual desprezo pela opinião pública, invadiu a Etiópia, que a Itália passou a ocupar como colônia em 1936-7, após o que o Estado também rasgou sua ficha de membro da liga (HOBSBAWM, 1995, p.147).

O Japão também protagonizou vários episódios de ampliação das suas conquistas por territórios. Em meados de 1931, invadiu a Manchúria e estabeleceu ali um Estado títere, no ano seguinte, foi a vez do Norte da Grande Muralha da China, chegando a Xangai logo após.

A Alemanha de Hitler estava comprometida com a destruição dos valores e instituições da “civilização ocidental” da Era das Revoluções. Os objetivos do seu projeto político do nacional-socialismo eram irracionais e ilimitados. Expansão e agressão faziam parte desse sistema, essa ideologia foi central para a justificativa da campanha dos países do Eixo.

Desde muito cedo a Grécia foi considerada um país “menor”, sua participação no período de guerras é muitas vezes silenciada e até mesmo indigente, sem mencionar o período de ocupação Nazifascista. Sua marca genitiva no Pós Segunda Guerra reforça sua condição imposta de Estado submisso e periférico. Tal situação tem raízes históricas muito específicas.

2.1 O período de ocupação e as táticas da elite empresarial grega (1941-1944)

Na Grécia ocupada, período que vai de 1941 a 1944, algumas das empresas do setor de produção de tabaco que eram de grande interesse dos alemães foram rapidamente “confiscadas” e ocasionalmente até compradas por companhias germânicas. O lucro, porém, era geralmente reconhecido como melhor incentivo para a manutenção, ou não, da produtividade.

Na medida em que as forças de ocupação se multiplicavam, as demandas para a indústria grega acompanhavam esse movimento. Os setores de construção civil, construção naval, têxteis e tabaco passaram a suprir diretamente os agentes de ocupação nazistas.

Além de ter tido a natureza do seu mercado consumidor grandemente modificada durante a ocupação, um relato pós-guerra do serviço fiscal grego aponta que os fornecedores e empreiteiros só recebiam o pagamento equivalente a 60-70% das suas despesas¹⁷, isso reforça o caráter de rapacidade do período de ocupação e demonstra ainda que esse processo não foi homogêneo. Para alguns empresários, esse sistema foi amplamente lucrativo.

¹⁷ Conforme informações disponíveis no Report of October, 1944. Genika Archive tou Kratos [hereafter GAK], Tsouderos Archive, Mission C, file 7.

Manousakis (2016) aponta que as poucas fontes disponíveis hoje mostram que existia um forte debate entre os empresários gregos quanto à postura que estes deveriam assumir em relação aos agentes de ocupação alemães e italianos.

No entanto, buscou-se um consenso que visava evitar contrariar os invasores. As elites locais foram confrontadas com um dilema crucial durante o período de ocupação. Contribuir produzindo e lucrando ou resistir e arriscar ter seus meios de produção confiscados, e serem eventualmente presos, torturados ou mortos?

A opção mais simples e coerente com a ideologia burguesa estava na perspectiva de que poderiam auferir grandes lucros, tal como obter vantagens futuras caso as potências do Eixo vencessem a guerra. É possível afirmar ainda que alguns desses membros desse corpo empresarial grego concordavam muito mais com o modelo de governança do regime nazista do que a gestão dos governos democráticos.

No entanto, segundo Manousakis (2016), em meados de 1943-44, quando era clara a tendência de derrota para o lado das potências do Eixo, os empresários e os economistas gregos começaram a planejar uma reestruturação dos setores de competência, como os de produção e comércio de tabaco, visando a garantia de sobrevivência futura dos negócios.

Adicionalmente iniciaram-se as discussões acerca da reconstrução da infraestrutura e da adoção de um sistema de política social pós-guerra que, na verdade, era um projeto econômico comprometido com a reprodução capitalista. A atenção desses dirigentes bifurcou-se em dois problemas cruciais: 1) O incremento da opção comunista que resistiu durante a guerra e começou a ser enxergado pelas elites empresariais como uma ameaça à “paz social” e aos seus interesses de classe, tal como um risco de contestação para as contradições inerentes do capitalismo; 2) Aqueles que de maneira pessoal ou coletiva foram acusados de contribuir com as potências do Eixo precisavam se antecipar e preparar sua defesa legal tal como positivar a sua imagem pública pessoal e comercial.

A esse respeito Manousakis (2016, p. 310) afirma que “Nesse crucial – e muitas vezes incerto – período que vai aproximadamente de 1943-1946, as elites econômicas tentaram uma variedade de mecanismos para lidar com este desafio duplo.”

Ao longo da ocupação, houve um grande esforço cooperativo. Os dirigentes da Federação da Indústria e do Artesanato Grega (Σ EBB) contataram diretamente os agentes de ocupação com o intuito de criar um sistema central que visava organizar as ordens objetivando uma cooperação mais efetiva no cumprimento das demandas germânicas e italianas.

Adicionalmente buscou-se estreitar as relações entre a indústria grega e os Wehrmacht¹⁸. (ibidem, p. 311)

Na cidade portuária de Vólos, região central da Grécia, as autoridades locais greco-nazistas, empresários, adeptos do braço ateniense da Liga Nacional Republicana Grega (EDES) de cunho anticomunista e até mesmo políticos experientes colaboraram com as autoridades germânicas, durante os últimos anos de ocupação, para a criação da Associação Nacional Agrícola de Ação Anticomunista (EASAD) e também a Organização Nacional Anticomunista (EAO). Esses grupos foram armados pelos germânicos e lutaram sob o comando direto da Wehrmacht¹⁹ durante a ocupação contra as investidas de libertação nacional dos cidadãos gregos opositores ao regime de usurpação da riqueza nacional.

O Comitê Econômico, uma organização composta pelos empresários e políticos monarquistas como Markezinis, Zalokostas, Benakis e Koumantaros, financiaram algumas dessas organizações de extrema direita citadas. Dentre outros que financiaram essa iniciativa há de se destacar os três irmãos Koveris, conhecidos por serem os mais importantes no mercado clandestino do Pireu. O financiamento do projeto que estava em curso nesse contexto possuiu participação direta de frações das elites econômicas.

O desfecho da Segunda Guerra Mundial só veio para a Grécia em 12 de outubro de 1944, apesar desta data ser questionável, uma vez que o período de liberalização variou de região para região. Por exemplo, a Chania (região de Creta) permaneceu sob ocupação alemã até 1945, Kilkis (localizada na região central da Macedônia) só foi libertada pelo Exército Popular de Libertação Nacional (ELAS), em novembro de 1944. Entretanto, os cidadãos de nacionalidade grega que eram colaboradores do departamento germânico permaneceram nos órgãos de gestão das cidades.

Portanto, não há uma data exata para o dia da *Libertação* em solo grego, assim como há dificuldade em apontar quais os limites desse processo, haja vista que não houve nenhuma ruptura institucional.

Um desses limites que poderíamos apontar está relacionado à atuação de um importante empresário, Christos Zalokostas. Membro proeminente do círculo de financiadores das iniciativas anti-ELAS, o político e escritor, presidente da “Retsina Brothers Textile Company”, atuou, ao longo do período de ocupação fornecendo insumos para o exército alemão. Zolakostas teve contato próximo com membros do governo de ocupação e endossou a candidatura do futuro

¹⁸ Nome do conjunto de forças armadas da Alemanha durante o terceiro reich (1935-1945)

¹⁹ Conforme documento citado por Manousakis (2016, p.311), reproduzido por Lazaros Arseniou, *Hi Thessalia stin Antistasi*, Vol B, 3ª edição, “Hella” publication, Larisa 1999, p.48-56.)

ministro das finanças e economia, Tsironikos, em 1943. Ele também estava em contato com alguns pequenos grupos de direita, mas depois de 1943, sua principal preocupação tornou-se a ascensão da EAM-ELAS, movimento de resistência armada contra a ocupação das potências do Eixo (ibidem, p. 312)

A resposta de Zolakostas ao processo de libertação grega foi a formação do Comitê Macedônio, uma organização secreta criada em 1946 que contava com o apoio de empresários, políticos de direita e oficiais de alta patente. Tal organização foi reconhecida pelo governo do primeiro-ministro Konstantinos Tsaldaris, portanto, não questionada pelo Parlamento Grego. Isso demonstra o grau de permissividade institucional dada a esse tipo de iniciativa.

O Comitê construiu um fundo com 100.000.000 de dracmas para financiar grupos jovens de ideologia ultranacionalista que tinham por objetivo central o extermínio dos líderes comunistas e a paralisação das suas organizações.²⁰

Como pano de fundo havia uma operação muito mais importante em curso a cargo do “Comitê para a Coordenação da Luta Nacional” (ΕΣΕΑ). Nele, Zalokostas novamente desempenhou papel central. Este e outros grupos armados, influenciados por mecanismos partidários ideológicos, eram característicos do período que ficou conhecido como o Terror Branco.²¹ Seu objetivo final era assegurar a sobrevivência do pacto político e econômico contra a “ameaça” que contestava aquele sistema de favorecimento a determinados grupos econômicos. O rei George II atuou como catalisador nesse esforço contra a “ameaça comunista”. Seu objetivo imediato tornou-se o de assegurar uma vitória no referendo para o retorno da monarquia em setembro de 1946 (ibidem, p. 313).

Por outro lado, muitos daqueles que foram expostos a denúncias públicas de colaboração com os agentes de ocupação buscaram aproximação com os aliados da resistência de cunho direitista, isso não passava de um mecanismo que visava criar uma imagem de que estes membros da elite econômica faziam parte “secretamente” da resistência, ou então faziam o papel de dupla espionagem, mas estariam comprometidos, no fundo, com o caminho para a libertação grega.

Por exemplo, quando o industrial Melitios Stamatopoulos, da cidade de Vólos, juntou-se à organização Kodros, nos últimos meses da guerra, foi -como a própria organização notou- possivelmente com segundas intenções, uma vez que a sua família tinha ligações diretas com o inimigo (ibidem p. 313).

²⁰ Conforme (GAK, Archive of the Royal Palace, Φ. 439: “Markenzinos-Zalokostas Reports 1944-1946. Top secret, “Note or public order of 6 July [1946] (By Chr. Zalokostas)

²¹ Em grego: Λευκή Τρομοκρατία, foi o período de extrema perseguição de agentes da extrema direita grega à EAM-ELAS, organização de bandeira comunista e empenhada com o processo de liberalização nacional, pouco antes da eclosão da Guerra Civil grega

Georgios Averoff²², um engenheiro que trabalhou em vários projetos de construção a serviço das autoridades de ocupação durante os primeiros anos da invasão alemã e italiana, escapou da condenação em 1945 pois havia sido um dos principais membros do Grupo Kodros em 1942 (ibidem, p. 313).

Um dos engenheiros civis de maior prestígio durante a ocupação, Takis Xanthopoulos, um germanófilo rico que estudou e trabalhou com o engenheiro e Ministro do Armamento e Munições do Reich, Fritz Todt, fundador das Organizações Todt, principal grupo fornecedor de infraestrutura, comunicação e defesa do Reich, foi responsável pela construção da Muralha do Atlântico que apesar de não ter sido concluída possuía extensão considerável, já que se alongava desde a fronteira franco-espanhola até à Noruega e seu objetivo era assegurar a defesa territorial de um possível ataque das tropas aliadas.

O engenheiro Xanthopoulos tentou barganhar sua escapatória fornecendo a Peltekis, líder da Organização Apollo, importantes informações que poderiam ligar lideranças empresariais ao apoio de ações nazistas, tal como propôs a colaboração com os britânicos. No final da guerra, Xanthopoulos se direcionou para várias instituições oferecendo dinheiro e informações, mas foi Peltekis (então Ministro) quem o acobertou durante seu primeiro julgamento em 1945 (ibidem, p. 314).

O final da Segunda Grande Guerra tumultuou diretamente a vida das elites econômicas que haviam se beneficiado ao longo do período de ocupação. Os esforços para combater as acusações de lucro e colaboração com os agentes de ocupação refletiram o caráter estratégico dos discursos desse grupo.

Como mecanismo, os empresários buscaram, individualmente, incluir os seus nomes na lista de membros secretos da inteligência ou forjar uma memória de participação nas organizações de resistência direitistas mais influentes como a “Hellenic Blood”. Zalokostas, por exemplo, foi um dos que conseguiu ser reconhecido como membro dessa organização.

Em um esforço público em prol da defesa da imagem da elite empresarial grega, a Federação da Indústria e do Artesanato Grega, publicou em 1945, um livro sobre a situação da indústria nacional retratando os empresários como meras vítimas da usurpação alemã.

Em 1945, foram iniciados os processos legais de acusação contra aqueles que haviam se aproveitado ou colaborado com o sistema de ocupação. A nova legislação ordenou que as organizações profissionais ligadas à indústria purgassem os membros enviando os

²² Irmão do futuro Ministro das Relações Exteriores, Evangelos Averoff.

demonstrativos de desempenho de cada um. A lista deveria ser entregue no máximo em 10 dias, a Câmara Técnica da Grécia (Τεχνικό Επιμελητήριο Ελλάδας- TEE) formou o seu “Comitê para os Colaboradores” órgão que deveria ser responsável pela elaboração da lista.

No caso da Câmara de Comércio da Indústria de Atenas, os industriais membros exigiram a abstenção do órgão. Depois de pressões do judiciário, a lista foi finalmente enviada (aproximadamente meio ano após o prazo), mas continha apenas 158 nomes de empresários, em sua maioria pequenos ou médios e estrangeiros, apesar do que se especulava sobre as transferências germânicas a mais de alguns milhares de indivíduos (ibidem, p. 314).

A tática dos órgãos em “cumprir a lei enquanto salvaguardavam a imagem dos empresários honestos e industriais da difamação pública” [sic], só demonstrava a falta de autonomia e fiscalização dessas instituições, o que põe em xeque qualquer grau de credibilidade quanto às informações divulgadas.

Um dos poucos nomes proeminentes da lista foi o de Stavros Katsigeras, presidente da ELMA e concorrente direto do presidente do Comitê, Aristotelis Makris, presidente da ELAIS, ambas empresas do setor de óleos vegetais e margarina. A ELAIS foi posteriormente comprada pelo grupo Unilever. Essas duas empresas foram as maiores produtoras no setor da época.

Pouco tempo depois, o próprio Makris foi acusado de colaboração econômica com Katsigeras, testemunhando contra ele, alegando que havia sido colocado na lista por Makris por razões de rivalidade comercial. Entretanto, no geral, poucos membros das antigas elites empresariais testemunharam contra outros industriais.

Tanto a legislação como os agentes da corte responsáveis pela sua interpretação foram permissivos. À medida que os conflitos internos conduziam o ambiente político grego para um estado de polarização e tensão que resultou na Guerra Civil Grega, as condenações por cooperação econômica estavam se tornando progressivamente mais escassas. O referendo de 1946 praticamente suspendeu os processos. Apenas um número bem limitado, a maioria de pessoas que não eram membros dos estratos econômicos mais elevados, foram sentenciados.

As elites souberam conduzir seus esforços em prol da manutenção dos seus privilégios tais como reverter a sua imagem e positivar as suas ações criando coligações com os grupos direitistas de resistência contra o inimigo comum: o comunismo.

Como Manousakis (2016, p. 315) afirma, o clima permitiu mesmo que houvesse a criação de um Comitê que reunia condenados e acusados como colaboradores. Alguns destes não passaram muito mais do que alguns meses na cadeia e a maioria manteve os seus ganhos com a guerra.

Entretanto, os eventos que culminaram com o processo de liberação grega foram reconhecidos pela História como o marco representativo simbolizado no dia 12 de outubro de 1944, quando os alemães abaixaram as suas bandeiras com o emblema da suástica da Acrópolis e deixaram a cidade de Atenas permitindo que os atenienses voltassem a se reunir na Praça Sintagma – núcleo do poder político e econômico grego – com o intuito de comemorar o “fim” da subjugação estrangeira, possui claros limites.

A libertação do domínio germânico não foi uma catástrofe para a elite econômica grega, ao contrário do que houve com as populações urbanas mais pobres que pereciam nas ruas de Atenas por falta de alimento. Ao fim e ao cabo, o Estado permaneceu sob controle “apropriado” das autoridades nacionais. O argumento da ameaça comunista ganhou mais força, as condenações se limitaram a poucos casos e muito raramente envolviam membros vanguardistas empresários. Assim com o início do período de tutela britânica, a assistência econômica norte-americana abriu novas perspectivas de recuperação do lucro, principalmente para aqueles grupos que contribuíram anteriormente com o “inimigo”.

As décadas seguintes ilustram a permanência dos líderes econômicos em cargos chaves de grande influência na política e nos principais pontos de condução estatal, a contradição está na condição que para muitos destes sujeitos, o futuro parecia incerto em 1944-45 (ibidem, p. 315).

O episódio da aliança matrimonial que se deu em 1947 entre o príncipe²³ Philip da Grécia e Dinamarca com a princesa Elizabeth II da Grã-Bretanha, ambos bisnetos da rainha Vitória, todos descendentes do rei Christian IX da Dinamarca, pareceu favorecer ainda mais o projeto de ocupação britânica, legitimando a sua urgência.

O argumento para a tutela britânica, já no final da década de 1940, circundava a ideia do combate ao comunismo em solo helênico, assim como as transformações das décadas subsequentes. Os agentes de “tutoria” mudam mas o signo da amarra de subjugação segue em sua continuidade.

Durante o período de Guerra Civil Grega entre forças do governo e o partido comunista grego, a influência inglesa, especificamente do Primeiro-Ministro britânico, Winston Churchill, o Ministério das Relações Exteriores e os Ministérios do Tesouro e Guerra, se preocuparam em assegurar quaisquer esforços do governo grego no intuito de investir e neutralizar a “influência” comunista. Não se pode desconsiderar ainda o papel fortemente militar e diplomático das ações

²³

Que acabou abdicando do título e se tornando duque de Edimburgo

inglesas. Estas, por sua vez, treinaram e equiparam o exército nacional grego até a batalha final que derrotou as forças do Partido Comunista Grego (KKE) em 1949.

2.2 Características da configuração política grega (1940-1960)

O arranjo do sistema político grego possuía algumas características próprias. Os partidos políticos ilustravam um grande apelo personalista e a sua estrutura gravitava na manifestação do carisma de indivíduos. Essa característica em termos gerais, era muito mais acentuada do que propriamente a do projeto político ou um programa de gestão.

Era recorrente que estes indivíduos com carreira política proeminente mudassem constantemente de filiação ou fundassem novos partidos próprios. O significado prático para as instâncias partidárias no sistema político grego desde a Segunda Guerra Mundial se resumia à mediação que prestava a certos eleitores no âmbito da burocracia estatal e outras estruturas de poder do Estado.

Nesse sentido, uma espécie de *clientelismo* foi se configurando na trajetória da cultura política grega. Formou-se um instrumento de fidelidade política personificada entre o indivíduo e os eleitores, tanto que quando um político que já havia sido reconhecido pelo povo e saía de algum partido, este era acompanhado pelo seu fiel eleitorado. Dessa maneira, conclui-se que os políticos com maior capacidade de fidelizar eleitores eram também os mais poderosos nas interrelações pelas disputas no jogo político (KOUSOULAS, 1967, p. 409).

Porém, como aponta Munn (1980), esse sistema possuía graves fraquezas: 1) A força política dos liberais permitia que estes constantemente questionassem os fundamentos constitucionais, especialmente a figura do rei ao longo do período monárquico; 2) Os líderes conservadores acusavam os liberais de serem colaboradores com a esquerda comunista, gerando tensão entre os grupos; 3) A estrutura burocrática do Estado grego era ineficiente e truncada; 4) A imprensa era de cunho sensacionalista, enviesada e por vezes prestava um desserviço, além de frequentemente explorar determinadas situações com claro viés ideológico; 5) O sistema eleitoral era reconhecido enquanto um modelo não muito confiável; 6) A prática da fraude dos resultados eleitorais era uma constância (MUNN, 1980, p. 31).

O corpo eleitoral grego, desde 1945, era formado por três grupos básicos: conservadores; liberais e esquerdistas. O grupo conservador geralmente apoiava uma aproximação mais efetiva com o ocidente, se opunha fortemente à ideologia da opção

comunista, e viam com simpatia a figura do rei, provavelmente por uma identificação de cunho elitista do *ethos* monárquico.

Os liberais eram defensores de reestruturações institucionais, melhorando a estrutura interna, e pregavam uma relação controlada com os países de cunho socialista.

O terceiro grupo, de orientação geral marxista-leninista, apoiava uma reorientação básica da política social tal como um controle mais planejado da economia, buscavam estruturar as suas relações internacionais com a União Soviética.

Tabela 2.1: Resultados eleitorais com base nos principais grupos políticos ao longo do período de 1946 a 1964. (Votos válidos)

<i>Data da eleição</i>	<i>Conservador</i>		<i>Liberal</i>		<i>Esquerda</i>	
	%	Assentos	%	Assentos	%	Assentos
31 de março 1946	64,00	235	33,70	117	-	-
05 de março de 1952	38,37	93	46,97	139	9,7	18
09 de setembro de 1951	43,29	146	44,76	132	10,57	10
19 de fevereiro de 1956	50,48	165	49,52*	135	9,52	18
11 de maio de 1958	44,10	175	31,29	46	24,42	79
29 de outubro de 1961	49,60	174	34,30	103	15,10	23
3 de novembro de 1963	42,85	134	42,18	138	14,34	28
16 de fevereiro de 1964	35,26	105	52,78	173	12,00	22

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de D.G. Kousoulas, “Greek Politics, Balkan Studies 8 (1967): 418, Table A.

*Nessa eleição os liberais receberam aproximadamente 40% mais os 9,52% da Esquerda (EDA), resultando um total de 135 assentos combinados.

Como apontado na tabela 2.1, observamos um decréscimo na quantidade de assentos ocupados pelo partido conservador. A porcentagem inicial do total em 1946 representava 64% dos assentos. Ao passo que em 1964 esse número caiu para 35,26%, representando 105 assentos ocupados no parlamento pelos políticos de inclinação conservadora. Já os liberais tiveram um crescimento na ordem de 19,08% de 1946 a 1964. A quantidade de assentos ocupados por políticos de inclinação liberal passou de 117 para 173 como visto na tabela acima. Já os políticos alinhados com as diretrizes da esquerda política grega passaram de 18 assentos ocupados em 1946 para 22 em 1964. Interessante notar que o período de maior representatividade dessa opção política se deu no ano de 1958, com 79 dos assentos ocupados pela esquerda.

2.3 Os anos de 1950 a 1966 e a “era de ouro” do dracma grego.

No período pós-guerra que se segue a 1950-52, a principal agenda do governo grego consistia na busca por auxílio de aliados externos com o objetivo de estabilizar o gabinete democrático e fortalecer a segurança nacional grega frente ao contexto internacional que começava a se familiarizar com a política internacional da Guerra Fria.

Segundo Delaporta (2003), devido às ações anticomunistas, precipitadas pela Guerra da Coreia (1950-53), a Grécia tornou-se quase membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 1950 e membro efetivo a partir de 1952, encerrando, com essa adesão, o período de intervenção militar inglesa no país. Nitidamente a adesão grega ao Tratado do Atlântico Norte foi uma estratégia dos governantes do país que buscaram, além de tudo, assegurar que um território estratégico – que possui em sua geografia um ótimo acesso ao mediterrâneo - não fosse dragado pela alternativa ideológica que vinha do Leste.

Em fevereiro de 1952 a Grécia entrou para a OTAN e iniciou o seu processo de integração ao sistema internacional sob o discurso de fortalecimento da agenda de segurança ocidental coletiva. No mesmo ano a crítica instabilidade política que assombrou o país desde 1944 foi sendo neutralizada pela eleição de um governo conservador. (DELAPORTA, 2003, p. 3).

A partir do começo de 1950, com o final da Guerra Civil,²⁴ deu-se início à um período de renovação no contexto econômico grego. Os conflitos internos marcados pelo polarismo ideológico, na década passada, configuraram-se enquanto um importante entrave para qualquer ação de estabilização, tanto monetária quanto do rearranjo dos setores produtivos da economia.

Os vinte anos após 1953, exceto os anos marcados pelo período ditatorial, representaram, segundo o discurso oficial, um dos mais longos períodos de crescimento econômico e estabilização monetária da História moderna grega (LAZARETOU, 2003, p. 26).

O final da guerra civil grega foi visto pelos países ocidentais como uma vitória contra as “influências” advindas do leste, tanto que a Grécia foi comparada ao Vietnã dos anos 1940 pelo então presidente americano B. Johnson. No entanto, como aponta Panourgiá (2009), há uma grande contradição expressa no fato que o ocidente capitalista, com a presença Britânica e os pacotes de reconstrução da Doutrina Truman, agiram diretamente em solo helênico, ao

²⁴ Conflito armado que se deu ao final da Segunda Grande Guerra, 1945, e se estendeu pelo menos até 1949. O conflito armado se deu entre o exército governamental grego imbuído por uma ideologia da extrema-direita apoiados pela Grã-Bretanha e Estados Unidos, países defensores do liberalismo econômico, e o Exército Democrático da Grécia que defendia um projeto de hegemonia nacional. Recebeu apoio da Bulgária, Iugoslávia e da Albânia e buscava uma maior aproximação com a URSS. O conflito durou cerca de três anos e fez cerca de 150 mil vítimas. Findou-se com a balança pendendo pro lado dos monarquistas e da direita.

contrário do temido apoio soviético que teria impulsionado as ações do Partido Comunista Grego (KKE).

Pelo contrário, os soviéticos sempre deixaram bem claro para a liderança do KKE que não encabeçassem uma campanha armada e que não haveria suporte material no financiamento do projeto político que buscava se tornar uma força de contestação na Grécia. (PANOURGIÁ, 2009).

Ainda segundo Panourgiá (2009, cap.6 p.1) “Nikos Zachariadis,²⁵ o favorito de Stalin, foi repetidamente humilhado nos encontros com Zhdanov,²⁶ Molotov²⁷ e Dimitrov,²⁸ quando insistia em requisitar ajuda e seguia tendo seus pedidos negados”.

Existem diversos trabalhos²⁹ que desmitificam essa ideia, ou seja, nunca houve “ameaça” comunista na Grécia e essa “influência” externa não passou de um argumento empregado pelos EUA para assegurar que as elites locais se mantivessem alinhadas aos interesses comerciais e econômicos estadunidenses.

A Grécia, assim, passou a incorporar-se em um movimento internacional em direção ao estreitamento das relações com o Ocidente. No ano de 1953, o então governo liderado por Marshal Papagos fundou a *Kentrike Yperesia Plerophorion* (KYP), um órgão de defesa nacional equivalente à Central de Inteligência Americana (CIA). A influência dos EUA estava claramente presente no país.

Como aponta Becket (1970, p. 13), a KYP “era uma subsidiária de Langley³⁰ Vírginia, corporações parentes e diretamente financiada por esta”. Na agenda das doutrinas de segurança nacional, a KYP se configura enquanto mais um órgão que representava a defesa dos interesses estadunidenses sob a máxima de salvaguardar o interesse nacional contra qualquer atividade de “espionagem” externa.

Não é de se estranhar que este foi o período da década de 1950-60 conhecido como a “era dourada” do dracma, uma vez que a moeda estava atrelada ao dólar americano, internacionalmente predominante, e este, por sua vez, estava ancorado no ouro. A equipe grega que controlava as políticas monetárias fez com que a moeda helênica conseguisse manter uma

²⁵ Secretário-geral do Partido Comunista Grego (KKE) entre 1931 e 1956

²⁶ Andrei Zhdanov, político soviético e aliado de Josef Stalin. Chegou a ser dirigente do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em Leningrado, após o assassinato de Serguei Kirov, em 1934.

²⁷ Viatcheslav Molotov foi diplomata e político de destaque na União Soviética entre as décadas de 20 e 50 do século XX. Atuou como Ministro das Relações Exteriores da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) no período de 1939-1949 e depois de 1953-1956.

²⁸ Geórgi Mikhaïlov Dimitrov foi um estadista búlgaro, secretário-geral da Internacional Comunista entre 1934 e 1943 e dirigente da Bulgária entre 1948 e 1949

²⁹ Nachmani (1990); Close (1995); Gitlin (1967); Iatrides (2005); Farakos (2000)

³⁰ Central de inteligência e espionagem dos Estados Unidos

taxa de câmbio fixa ao longo de duas décadas. A taxa anual de inflação permaneceu em níveis muito baixos, um dos mais raros períodos onde a variação do nível de preços doméstico não excedeu a taxa de inflação média das economias europeias desenvolvidas ou dos Estados Unidos (LAZARETOU, 2003).

Desde a constituição do Estado moderno grego, os seus governos oficiais buscaram constantemente inserir o país em uma lógica internacional ocidental. Buscava-se o alinhamento com o Sistema Monetário Internacional (SMI). Neste sentido, destacam-se os esforços empregados pelo rei Paulo I (1947-1964) que se empenhou em alinhar a Grécia aos interesses do bloco ocidental capitalista representado pelos Estados Unidos e Reino Unido. Demarcando assim a opção dos dirigentes gregos no contexto de Guerra Fria.

Tal alinhamento com o Ocidente foi concluído mais tarde, com o processo de adesão ao bloco europeu (iniciado em 1979). Ou seja, esperava-se que a participação de um país – com histórico de pobreza, instabilidade política, importador de gêneros alimentícios e propenso a uma inflação alta, com uma moeda fraca e um mercado monetário subdesenvolvido – como a Grécia da época de 1940, em um clube monetário de economias poderosas, poderia melhorar drasticamente a sua credibilidade internacional, ampliando assim os benefícios importantes em termos de taxa de câmbio, estabilidade monetária e empréstimos estrangeiros de longo prazo.

Em abril de 1953, o dracma sofreu uma desvalorização de 50% em relação ao dólar, esse mecanismo foi executado com o objetivo de integração ao sistema de Bretton Woods, de taxas fixas.

No caso grego, houve baixas nas taxas inflacionárias, aumento produtivo especialmente no setor agrícola (de rendimento decrescente em escala). Atrelado a isso, a tendência de maior importação de materiais internacionais ligados a um *boom* na produção externa, a flexibilização dos controles sobre os fluxos de comércio e o alinhamento com a política estadunidense, contribuíram para os efeitos da desvalorização no mercado interno, uma vez que ficava mais barato comprar itens que vinham de fora.

Além disso, uma reforma monetária em maio de 1954, sob o reinado de Paulo I, trouxe o novo dracma como moeda oficial. Esta moeda era proporcional a 1000 dracmas antigos. Essa modificação monetária teve papel efetivo no enfraquecimento das expectativas inflacionárias. A opção de remover três zeros dos valores monetários evidenciou uma busca intencional das autoridades de estabilização dos preços a longo prazo.

Até o final da década de 1960, a Grécia experimentou altas taxas de crescimento e inflação estável. O investimento, tanto privado como público, e a produção doméstica aumentaram a taxas elevadas (LAZARETOU, 2009, p. 26).

A tutela americana conduziu o milagre econômico grego que registrou um crescimento do seu PIB na ordem de 8% nos anos de 1960-65 e 7.2% nos anos de 1965-70. Houve ainda expansão da classe média e uma melhora considerada no padrão de vida das pessoas. A renda anual per capita dos gregos em 1950 era de \$ 1,950 ao passo que uma década depois cresceu a \$ 3,146 (PEDALIU, 2016).

Entretanto, o satisfatório crescimento econômico não sustentado do país apenas disfarçou alguns dos problemas inerentes da estrutura econômica grega. Industrialização lenta e focada no setor de bens de consumo, empresas de pequeno e médio porte, especulação imobiliária e setor financeiro. O modelo econômico que foi se montando surgiu de maneira orientada para o consumo interno e não conseguiu desenvolver atividade sustentável impulsionada por exportações de bens mais complexos.

Além disso, a recorrência de empréstimos externos para o financiamento nacional, uma vez que o capital doméstico era investido em ambientes mais vantajosos, nos mercados de derivativos fora do país.

A partir de 1960 a Balança Comercial já começava a apresentar os efeitos negativos. Houve incremento nos custos do trabalho e a produção agrícola caiu. Complementarmente, o “milagre econômico” grego foi uma política que buscou esconder os seus efeitos de um sistema discriminatório.

A Grécia, no seu período pós-guerra civil evidenciou um modelo parlamentar de governança que não era democrático nem inclusivo. De 1949 até o início da década de 1960, parte dos seus cidadãos – nem todos de orientação política comunista – foram tratados de maneira secundária, perseguidos e impedidos de ocupar postos de trabalho (daí um dos possíveis motivos para o encarecimento da mão de obra), educação superior, e mesmo, obtenção de passaportes.

Alguns esforços ao longo dos sete anos da década de 1960 que foram aplicados para reduzir essas disparidades sociais foram abruptamente interrompidos com o processo ditatorial iniciado em abril de 1967 (HATZIVASSILIOU, 2006; PEDALIU, 2016).

2.4 O processo ditatorial grego e o marco de ruptura: Uma abordagem historiográfica (1967-1974)

O final da década de 1960, e início da década de 1970, foram marcadas por alguns pontos. A política monetária expansionista durante a ditadura, começando em 1967; os elevados déficits comerciais; os primeiros efeitos dos choques assimétricos em decorrência da crise do petróleo de 1972-73; e o colapso de Bretton Woods contribuíram para alterar as condições de estabilidade monetária e o crescimento de outrora, marcando assim, uma ruptura iniciada com o *boom* da economia helênica na década de 1950.

A historiadora e antropóloga especialista em assuntos relacionados à trajetória da cultura política grega moderna, Neni Panourgiá, em seu livro *Dangerous Citizens. The Greek Left and the Terror of the State* (2009), lança mão de ampla bibliografia especializada e documentos diversificados – como fragmentos de jornais e notícias, relatos orais, mapas, cartas não oficiais, imagens, poemas do cotidiano, etc – com o objetivo de traçar uma experiência política de resistência e de construção de uma identidade política dos indivíduos.

Além disso, a autora busca construir em sua narrativa um viés explicativo que não se concentre na historiografia tradicional da década de 1950 que tratou a forte polaridade política em solo grego como uma tentativa do Partido Comunista Grego (KKE), “apoiado” pela União Soviética, de dominar o país.

Há uma forte discussão historiográfica acerca do tema, o assunto relativo à “radicalização” da esquerda foi altamente empregado como justificativa dos vários golpes militares de cunho de extrema-direita ao longo da segunda metade do século XX em países da América Latina como o Brasil.

As raízes historiográficas da Guerra Civil Grega (1946-1949), como aponta Panourgiá, só a partir de 1963, conhecerá uma ótica explicativa alternativa, e somente a partir de meados da década de 1990, depois da queda do muro de Berlim e do colapso da União Soviética, começaram a revisar as memórias daqueles anos passados nas ilhas (PANOURGIÁ, 2009).

A posição de direita foi retomada em 2000 por Stathis Kalyvas. Este autor reformulou a tese de que o “terror vermelho” na Grécia foi mais intenso. O autor acusou as pesquisas históricas, recentes mesmo as consideradas mais “sérias”, de terem minimizado a violência esquerdista.

Os únicos historiadores citados por Kalyvas como formuladores de um argumento sobre essa radicalização da esquerda ao longo da ocupação que seguem a sua linha são Mark Mazower

(1993) e David Close (1995), e mesmo estes apenas dialogam parcialmente com as ideias de Kalyvas (PANOURGIÁ, 2009).

Em defesa do seu ponto de vista³¹, Kalyvas acusa os pesquisadores de engajarem-se em uma representação ideológica da esquerda e sua radicalização. Para tal, cria-se agrupamentos específicos por tema, como segue os apontamentos do historiador: a) Violência negligenciada: Tsoucalas (1969); Svoronos (1984); Collard (1989); Hart (1996), b) Violência minimizada: Smith (1984), que também é acusado de rejeitar a radicalização da esquerda como uma aberração, c) Violência caiada (branda): Elephantis (2008).

Quando os historiadores da esquerda criticaram esse viés, chamando a perspectiva de ahistórica e profundamente ideológica, Kalyvas os acusou, afirmando que os posicionamentos eram “histrionicos”, caça às bruxas e “conspiratologia”, pois segundo o autor é amplamente aceito que o discurso público dominante sobre a ocupação e os “*emphýlios*”, vem dos mitos partidários criados no contexto histórico de 1944-49 (PANOURGIÁ, 2009).

Kalyvas possui uma posição muito específica. Em sua escrita sobre a experiência política da alternativa comunista na Grécia, o autor aponta que a partir da divisão do partido em 1968, um braço pró-soviético ortodoxo do Partido Comunista Grego coexistiu e “competiu” com um outro viés de caráter mais reformista. Para o autor as raízes dessa bifurcação possuem explicações na derrota militar durante a Guerra Civil Grega.

Para o autor, esse dualismo gestado no período da guerra civil deu origem, dois anos após a derrota comunista, a um “esquerdismo” energético em solo grego. Esse novo braço alternativo coexistiu com a liderança comunista que havia sido exilada.

Kalyvas aponta que o nascimento da ideologia de esquerda, na Grécia, não teve origens em um movimento de operários industriais. Isso é explicado por uma configuração do setor produtivo. A indústria de base do país era incipiente, o que explica um movimento operário fraco, uma vez que a classe operária industrial era pequena. (Kalyvas, 2003, P. 666)

Nesse sentido, não é de se espantar que o comunismo grego derivou, em parte, de um movimento histórico de resistência, especialmente pelo papel desempenhado durante o período de ocupação e a guerra civil na década de 1940.

Kalyvas argumenta que parte do Partido Comunista, mais especificamente o Partido Comunista Grego do Interior (KKE *Esoterikou*) que, ainda em 1968 se alinhava com a ideologia soviética, não passava de uma “marionete” destes, ou seja, um partido dependente e altamente influenciado. Nesse contexto, tal tipo de posição daria margens para uma justificativa

³¹ Conforme: (Marower, 2000, p.142); (Panourgíá, 2009)

interpretativa do discurso oficial do golpe dos coronéis, afinal estes se apoiavam na falácia de que a ameaça externa agravaria a polaridade política interna, marca ainda muito recente, o que poderia desembocar em uma tomada de poder pelo Partido Comunista Grego.

Posições que visam enaltecer a visão oficial das narrativas ou da “História dos vencedores” merecem ser analisadas com cautela, não esquecendo dos ensinamentos gramscinianos (COUTINHO, 1981) sobre as elites orgânicas que buscam sempre legitimar, através da produção do saber, o favorecimento de um determinado projeto ideológico, intencionando a sua hegemonia de classe. Se tratando dos contextos europeus, ideologias de cunho fascistas assumem faces muitas vezes bem estruturadas e se apresentam mascaradas enquanto “trabalhos científicos”.

A História, enquanto ciência e construção do saber, assume em seu paradigma atual um regime de verdades, ou seja, para um fato existem as mais diversas óticas, como um caleidoscópio é possível enxergar vários caminhos explicativos para um único acontecimento, entretanto, o fortalecimento desses posicionamentos precisa ser amplamente fundado em argumentos sólidos, dados e documentos que construam o alicerce da narrativa.

As pesquisas que lançam mão de metodologias da história (ou possuem intenção elas mesmas de se constituírem enquanto historiográficas) devem estar comprometidas com o revisionismo dos fatos e a ótica sempre crítica para com os discursos oficializantes.

Os golpes militares nos mais variados contextos das décadas de 1960 e 1970 foram empregados como tática para salvaguardar em nível mais amplo, o braço do desenvolvimento capitalista,

Em 21 de abril de 1967, um grupo de coronéis de extrema direita de origens bem distintas – alguns dos quais haviam sido treinados na Escola de Guerra dos Estados Unidos, outros que haviam participado do Tagmata Asphaleian (Ligado ao SS Nazista) e alguns que haviam sido membros da Organização “X” e um outro grupo de torturadores que haviam atuado em Makrónisos e Yáros – tomaram o poder do governo parlamentar grego, usando como desculpa a instabilidade política e a tensão da época (com origens no *emphýlos*) e estabeleceram uma ditadura, conhecida como Ditadura dos Coronéis, Junta dos Coronéis ou Regime dos Coronéis. A composição dos agentes sociais que aparelharam o Governo Grego até o ano de 1974 demonstra o caráter extremo e opressor, analisando as origens do grupo componente.

O líder golpista foi Georgios Papadopoulos, membro de uma organização de cunho paramilitar, a Ierós Desmos Ellênón Axiómatikôn, Sacred Bond of Greek Officers (IDEA), ou União Sagrada de Oficiais Gregos. Muitos outros agentes participaram do golpe, porém,

Papadopoulos, Nikolaos Makarezos e Stylianos Pattakos passaram a ser rostos públicos nos primeiros meses da ditadura (PANOURGIÁ, 2009).

A composição dos indivíduos que passam a aparelhar o governo grego a partir de 1967 demonstra o teor extremo e repressor deste regime. Panourgia aponta que o golpe militar se deu de maneira inesperada. Nem membros do KKE ou os líderes do partido suspeitavam de nada. Pela manhã, quase todos os membros haviam sido presos.

Os relatos e os documentos acessados pela autora revelam, naquele dia, o sentimento de surpresa e o quanto foi inesperado, desde o palácio do rei à sede do partido comunista, a notícia do golpe. Entretanto, os documentos ilustram também que mesmo os avisos bem específicos explanados por pessoas que sabiam que um golpe estaria pra acontecer naquela noite, foram ignorados (PANOURGIÁ, 2009).

A autora aponta uma questão muito prática com relação às dificuldades encontradas por historiadores acerca desse tema. A documentação que descreve os fatos ocorridos naquele dia 21 de abril e também trabalhos acadêmicos sobre a Junta como um todo são escassos. O tema não fomentou um campo fértil para produções científicas, poucos estudos foram publicados, as informações sobre a época são muitas vezes de caráter anedótico ou provêm de fontes pouco seguras, como os relatos da mídia da época.

Há uma lacuna na pesquisa histórica grega, entretanto, o historiador Leonidas Kallivretakis aponta que o Instituto Nacional de Pesquisa (INP) criou um programa de pesquisa especial com o intuito de coletar sistematicamente material e arquivos sobre a história política e social do século XX. Esse autor contribuiu para a historiografia do tema construindo um corpus documental com memórias, relatos jornalísticos e estudos acadêmicos.³²

Panourgia (2009, cap.7), em sua narrativa, apontou, através de relatos de experiência, como o próprio ambiente cartográfico foi se remodelando de maneira implícita. Lugares antes considerados caminhos cotidianos passaram a ser evitados por aqueles ligados ao partido comunista grego que não tinham sido capturados pela polícia da ditadura no momento inicial.

A paisagem urbana foi se reconfigurando para um ambiente restritivo e opressor que seria, nos anos seguintes, marcado cada vez mais pelos terrores de um regime de exceção.

³² Para um maior entendimento acerca dos parâmetros políticos da Junta, (cf: Athanassatou *et al.*, 1999) (Clogg & Yannopoulos, 1972) e Tsoucalas, 1969.

2.5 A conjuntura econômica ao longo do golpe (1967-1974)

A conjuntura econômica durante o período de ditadura foi bastante favorável, pelo menos até 1972. Mas é preciso elencar algumas razões específicas para esse “sucesso” no campo econômico que não é explicado por uma gestão eficiente ou planos econômicos e ações de política monetária brilhantes.

Como Munn (1980) explica:

A) A estabilidade da moeda grega ao longo dos doze anos antes do golpe teria criado um sentimento de confiança no povo grego o que teria fomentado um alto grau de poupança, entretanto, há de se questionar esse discurso. Como a população poderia poupar se os salários estavam espremidos pela crescente dívida pública com o crescimento de obras de infraestrutura?

Isso, por sua vez, permitiu que os bancos gregos financiassem os incentivos para construção de casas e hotéis, buscando fortalecer o setor de turismo e a especulação imobiliária, contas relacionadas ao terceiro setor, o que menos atrai valor agregado para a economia de um país;

B) A demanda efetiva deprimida antes de 1967 criou um excedente produtivo decorrente de uma expansão na indústria de base, mesmo com um abrandamento causado pela recessão de 1966-67, essas reservas foram amplamente utilizadas pelos coronéis;

C) O período de aquecimento e bons resultados na economia mundial capitalista forneceu uma saída para as exportações gregas, bem como um influxo de ganhos invisíveis³³ do transporte, turismo e circulação de mão de obra grega no exterior, ou seja, migração de trabalhadores, exportação de bens primários e serviços de baixo valor como o transporte marítimo.

Até 1972-73, o regime se sustentou bem, baseado nas políticas orquestradas pelos antecessores. Dados da OCDE na tabela 2.2 mostram que a Grécia experimentou a menor taxa média de inflação entre os países-membros da organização entre 1961 e 1971.³⁴

³³ Eficiência, velocidade, qualidade.

³⁴ Conforme informações de OECD (2018), Inflation (CPI) (indicator). doi: 10.1787/eee82e6e-en (Accessed on 18 July 2018)

Tabela 2.2: Índice de Preços ao Consumidor (IPC), variação anual (%), países selecionados da CEE e da OCDE, 1961-1971

Países	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971
Bélgica	0.9	1.40	2.15	4.17	4.0	4.17	2.7	2.7	3.7	3.9	4.3
Dinamarca	-	-	-	-	-	-	7.7	8.0	3.4	6.5	5.8
França	2.4	5.3	5.0	3.2	2.7	2.6	2.7	4.5	6.0	5.3	5.4
RFA*	2.2	2.8	2.9	2.3	3.2	3.5	1.8	1.4	1.9	3.4	5.2
Grécia	2.1	-0.4	3.1	0.6	3.2	4.9	1.8	0.1	2.6	2.8	3.2
Irlanda	4.7	11.0	12.9	19.2	7.3	10.6	3.3	-	-	-	-
Itália	2.0	4.6	7.4	5.9	4.5	2.3	3.7	1.2	2.6	4.9	4.7
Luxemburgo	0.4	0.9	2.8	3.1	3.3	3.3	2.1	2.6	2.2	4.6	4.6
Países Baixos	0.5	2.4	3.2	5.8	3.9	5.7	3.4	3.7	7.4	3.6	7.4

Fonte: Elaboração própria do autor com base nos dados da OCDE *República Federal da Alemanha

A manutenção das taxas de crescimento e emprego que acompanharam o golpe de Estado foram revertidas a partir de uma política monetária e fiscal expansionista e da opção pelo investimento no setor não produtivo, como o turismo, em detrimento da indústria, setor que gera maior valor agregado.

Como aponta Munn (1980), essas opções destruíram a estabilidade monetária preexistente e devolveram a Grécia ao patamar inflacionário característico do período da Segunda Grande Guerra. Em 1973 havia invertido a sua posição de sucesso anterior.

Tabela 2.3: Índice de Preços ao Consumidor (IPC), variação anual (%), países selecionados da CEE e da OCDE, 1971-1981

Países	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Bélgica	4.3	5.4	7.0	12.7	12.8	9.1	7.1	4.5	4.5	6.6	7.6
Dinamarca	5.9	6.6	9.3	15.3	9.6	9.0	10.9	10.2	9.6	12.3	11.8
França	5.4	6.1	7.4	13.6	11.7	9.6	9.5	9.3	10.6	13.6	13.3
RFA*	5.2	5.5	7.0	7.0	5.9	4.2	3.7	2.7	4.0	5.4	6.3
Grécia	3.3	4.3	15.4	26.6	13.6	13.0	12.4	12.6	19.1	24.7	24.5
Irlanda	-	-	-	-	-	32.4	30.3	43.8	44.4	58.5	51.8
Itália	4.8	5.7	10.8	19.2	17.0	16.6	17.1	12.1	14.8	21.1	18.0
Luxemburgo	4.7	5.2	6.1	9.5	10.7	9.8	6.7	3.1	4.5	6.3	8.1
Países Baixos	7.5	7.8	8.0	9.6	10.2	8.8	6.4	4.1	4.2	6.5	6.7

Fonte: Elaboração própria do autor com base nos dados da OCDE. *República Federal da Alemanha

A variação do índice de preços ao consumidor aumentou de 4,3% em 1972 para 26,6% no ano de 1974. Em parte, o incremento inflacionário se deu também pela maior quantidade de moeda em circulação, que pulou de 7,1% em 1969 para 28,5% em 1973, um diferencial que resultou um crescimento de 21,4% na oferta monetária incluindo moeda em circulação e depósitos privados. Esses incrementos superaram as taxas de aumento da renda real que foram de 8,5% e 9,7%, respectivamente (VASILIS, 1975, p. 39).

2.6 PIB e a composição setorial ao longo do golpe (1968-1975)

Depois de experimentar uma taxa de crescimento anual que variava entre sete e oito por cento entre 1968 e 1972, o Produto Nacional Bruto (PNB) em 1974 diminuiu dois por cento pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial. O plano quinquenal da junta para os anos de 1968-72 objetivava um aumento anual da taxa de crescimento do PNB de 7,5 a 8%.

Tabela 2.4: Produto Nacional Bruto (PNB), Taxa de variação do PIB anual, 1968-1975. (alguns números são estimativas)

Países	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975
Bélgica	-	-	n.c.*	9,0%	9,8%	11,8%	13,5%	7,8%
Dinamarca	n.c	12,5%	4,0%	8,2%	8,4%	9,7%	7,7%	7,6%
França	n.c	13,5%	7,4%	10,6%	9,0%	12,1%	13,6%	8,2%
RFA**	-	-	n.c	8,3%	8,8%	10,4%	9,9%	8,3%
Grécia	n.c	17,3%	17,3%	13,3%	14,9%	13,9%	1,9%	16,2%
Irlanda	-	-	n.c	18,8%	10,8%	12,6%	15,2%	9,9%
Itália	-	-	n.c	6,9%	8,1%	12,9%	14,9%	6,9%
Luxemburgo	-	-	n.c	7,8%	11,2%	14,2%	13,5%	2,0%
Países Baixos	-	n.c	9,6%	9,6%	6,9%	11,5%	13,6%	9,3%

Fonte: Elaboração própria do autor com base nos dados da OCDE. (*)Não calculado, (**) República Federal da Alemanha.

Com a exceção de 1974, a Junta conseguiu cumprir seu plano de maneira limitada. No final de 1975, após o retorno à democracia, a economia grega havia se recuperado e o Produto Nacional Bruto refletiu um aumento de 14,3%.

A) Agricultura

O Plano Quinquenal intencionou crescimento real de 5,2% na agricultura, mas, entre os anos de 1967 e 1974, a agricultura cresceu 1,8% apenas, em comparação com o crescimento de 4,2% do setor entre 1963 e 1966. Esse declínio se deu, segundo Munn (1980), devido às políticas do regime que reduziram os subsídios e estipularam um controle severo nos preços dos produtos agrícolas. Adicionalmente, tanto o investimento público quanto o privado na agricultura declinaram.

As contribuições do setor primário para o PNB caíram de 27,7% em 1958 para 19,5% em 1973, enquanto o emprego na agricultura caiu de 54% para 37,7% da população ativa.

B) Indústria

O crescimento da produção industrial se deu a uma taxa anual média de 8,3% entre 1967 e 1971. Comparativamente aos anos de 1962 e 1966, essa taxa sofreu um decréscimo de aproximadamente dois por cento. Essa retração foi atribuída à desaceleração na indústria de construção civil.

A taxa de investimento na manufatura foi de aproximadamente 11,75% nos anos de 1968 a 71, cerca de metade do investimento nos anos de 1963 a 1966. Essa tendência ilustra o encerramento dos projetos de industrialização iniciados antes do golpe e a relativa ausência de qualquer nova iniciativa de alavancar a indústria durante o governo da Junta (MUNN, 1989, p. 80 ; PESMAZOGLOU, 1972, p. 83).

C) Investimento externo

Buscando atrair investimento estrangeiro os coronéis ofereceram incentivos especiais como: redução das taxas de juros, incremento dos benefícios fiscais para empresas com alto potencial de exportação; leis específicas que assegurassem que os investimentos externos não seriam nacionalizados, livre escoamento das divisas e isenção de impostos para funcionários estrangeiros (MUNN, 1980, p.80).

Esses incentivos atraíram um total de 25 empresas das quais, 8 eram Norte Americanas. O Chase Manhattan Bank e o Bank of American foram duas dessas empresas que se beneficiaram com os incentivos oferecidos pelo regime dos coronéis. Anteriormente à instalação desses dois bancos, já haviam se instalado em solo helênico o First Nacional City Bank of New York e o American Express Company.

A extensão do envolvimento do capital estrangeiro na economia grega é evidente. Em um relatório de 1971 que aponta a presença de quinhentas empresas industriais, vinte

e seis (5,2%) pertenciam totalmente ao capital estrangeiro cinquenta e sete (20,4%) relataram participação acionaria (MUNN, 1980, p.80).

Um exemplo interessante que aponta a opção do governo dos coronéis de favorecimento à entrada do capital externo, tal como o incentivo do ganho de empresas, que se deu pela exploração e facilitação das condições de acesso ilustrando um claro aparelhamento da máquina pública, foram os acordos assinados com as indústrias Litton.

“Em uma amostra das duzentas maiores empresas, quarenta e cinco por cento do total das exportações foram feitas por empresas com substancial participação estrangeira” (BUTTLER, 1978, p. 33-34). O nome da empresa citada é em decorrência do seu idealizador, o inventor Sir Charles Litton. Era uma empreiteira que atuava no campo de defesa nacional nos Estados Unidos. A Litton teve sua origem na década de 1950, como uma empresa de eletrônicos, construindo equipamentos de navegação, comunicação e eletrônicos para uso bélico. Em maio de 1967, os coronéis negociaram um acordo com as Indústrias Litton para desenvolver toda a região geográfica do Peloponeso Ocidental e Creta.

O ganho projetado girava em torno de 840 milhões de dólares em capital para a Grécia durante um período de doze anos. Os termos do contrato eram bem lucrativos, já que a Litton não precisava arriscar nada, em contrapartida, todas os meses eram entregues as faturas com os custos da empresa para o governo grego pagar. Em quinze dias recuperavam tudo o que pagaram, além de reter um lucro de onze por cento. Em 1969, a Litton deveria ter atraído a soma de sessenta milhões de dólares em capital estrangeiro.

Em dezembro de 1968, a empresa tinha atraído somente 3,5 milhões de dólares. O contrato de doze anos foi revogado pelo governo grego em 14 de outubro de 1969, depois que as Indústrias Litton demonstraram sua incapacidade no cumprimento das suas obrigações, entretanto a empresa não perdeu nada no empreendimento, pelo contrário.

D) Balança Comercial

Uma das falhas mais evidentes no planejamento do governo militar grego foi o incremento rápido do déficit da Balança Comercial. De um modo geral, as importações excederam as exportações por uma taxa de dois para um. Ganhos invisíveis líquidos e os fluxos de entrada de capital de longo e médio prazo foram insuficientes para cobrir o crescente déficit comercial. Em grande parte, este foi o reflexo do objetivo do regime que incentivou um crescimento contínuo da demanda, sinalizando que este era um atestado de crescimento e desenvolvimento.

Tabela 2.5: Balança Comercial grega, 1960 a 1977, em milhões de dólares

Ano	Importações	Exportações	Balança Comercial
1960	702.0	203.2	-498.8
1961	714.1	223.3	-490.8
1962	701.2	250.1	-451.1
1963	804.3	290.1	-514.2
1964	885.1	308.5	-576.6
1965	1133.7	327.8	-805.9
1966	1222.9	406.0	-816.9
1967	1186.3	495.2	-691.1
1968	1394.4	468.2	-926.2
1969	1594.1	553.6	-1040.5
1970	1958.3	642.5	-1315.8
1971	2098.1	662.5	-1435.6
1972	2345.8	870.9	-1474.9
1973	3432.6	1427.1	-2005.5
1974	3807.1	1753.8	-2053.3
1975	4955.1	2144.0	-2811.1
1976	6388.9	2702.0	-3686.9
1977	7262.4	2918.5	-4343.9

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados expostos por Munn, (1980, P. 82.)

A Junta não se preocupou, entretanto, com os efeitos, consequências ou a natureza desse incremento na demanda, o que importava era a busca pela legitimação do golpe que estava em curso e os benefícios auferidos pela classe empresarial nacional e internacional (MUNN, 1980, p. 81).

Logo em 1967, a Junta baixou um decreto que introduziu mecanismos severos de combate à evasão fiscal. Como resultado, o número de declarações fiscais passou de 327.000 em 1967 para 601.677. Em termos de renda declarada isso refletiu uma elevação de 29.465 milhões de dracmas para 58.172 milhões da moeda em circulação.

A consequência foi uma onda inflacionária causada por um excesso de liquidez no sistema, a resposta da Junta foi uma desvalorização monetária que chegava aos 10% em 19 de outubro de 1973. Em 27 de dezembro daquele ano, o dracma foi desvalorizado à proporção de 29,3 dracmas equivalendo a unidade do dólar. Em 18 de junho de 1980 o dólar norte-americano equivalia a 42,80 dracmas gregos.

2.7 O desfecho do processo ditatorial e o realinhamento com a CEE

Assim como nos assuntos políticos, a Junta não possuía especialização ou formação técnica no campo econômico. Makarezos, o Ministro da Coordenação Econômica não teve treinamento formal ou qualificação suficiente para essa posição. Um episódio característico narrado por Munn (1980) ilustra a nomeação do cunhado de Makarezos, Alexander Matthaiou, para o cargo de Ministro da Agricultura.

Em uma entrevista, Maurice Goldbloom (escritor e defensor da redemocratização grega) perguntou a Matthaiou se a Grécia fazia parte do Acordo Internacional do Trigo. Matthaiou respondeu que nunca tinha ouvido falar disso. Quando Goldbloom explicou o que era, o Ministro da Agricultura afirmou com toda a certeza que a Grécia não era um membro. (MUNN, 1980, p. 83).

Mais tarde, Goldbloom descobriu que a Grécia era de fato um país membro do acordo. Outro descompasso que marca uma ruptura com o plano de desenvolvimento e alinhamento grego ao ocidente foi a suspensão das negociações que visavam integrar o país à Comunidade Europeia.

A reação da Comunidade Econômica Europeia (CEE) partiu diretamente do Parlamento Europeu. Em 11 de maio de 1967, os membros do Parlamento tornaram pública a sua oposição ao golpe e declararam algumas ações: 1) Expressaram a preocupação com a suspensão da vida democrática na Grécia; 2) Declararam solidariedade ao povo grego; 3) Assumiram que no âmbito das relações internacionais, suspenderiam as negociações atrasando a adesão da Grécia à CEE até que o Parlamento Grego pudesse negociar livremente; 4) Estimaram que o regime democrático fosse restaurado em breve; 5) Salientaram o compromisso grego com o Pacto Europeu sobre os Direitos Humanos; 6) Exigiram que os direitos civis dos indivíduos fossem restaurados; 7) Encarregaram membros da CEE com a missão de acompanhar o curso dos acontecimentos em solo grego e manter o Parlamento Europeu informado.

A Comunidade Europeia e o Conselho Europeu foram as únicas organizações externas a adotar medidas reais e substanciais contra as ações da Junta militar que havia assaltado o governo grego.

As sanções adotadas diretamente pela Comunidade Europeia à Junta a partir de junho de 1967 foram: congelamento das negociações para eventual adesão grega à CEE; suspensão do crédito não utilizado que chegava a soma de US\$ 56 milhões dos US\$ 125 milhões previamente concedidos, antes do golpe, pelo Banco Europeu de Investimentos (BEI).

Os sete anos e meio de hiatos causaram uma perda substancial dos investimentos externos o que foi agravando os problemas da economia grega (ibidem, p. 84-85).

Mesmo com os motivos políticos explicitados pela CEE para as sanções aplicadas à Grécia, os coronéis desejavam a efetivação do país como membro da Comunidade Econômica, assim buscaram manipular a realidade produzindo discursos para o conhecimento público de que o país, por ter um ótimo desempenho econômico, estaria se aproximando da integração.

Em maio de 1970, Makarezos anunciou que, como consequência do expressivo progresso econômico [sic], a adesão plena à CEE era viável até 1972, no entanto, ele desconsiderou completamente as barreiras políticas. Quando houve a proclamação da República em 1 de junho de 1973, Makarezos declarou que a normalização das relações com a Comunidade Econômica não poderia mais ser adiada. (Coufaudakis, *The European Economic Community*, p. 125).

No contexto do processo de alargamento da Comunidade Econômica Europeia, um dos objetivos da integração dos países do cone sul na década de 1980, visava justamente um movimento de ajustes para que as economias de Grécia, Portugal e Espanha se desenvolvessem como mercados para as outras economias integrantes da Comunidade Econômica, esses países possuíam uma estrutura industrial modesta e uma dimensão produtiva que, segundo alguns autores, deveria ser auxiliada pelos países fundadores no sentido de prover sua ampla reestruturação. Assim, para Silva (2010, p. 162), “[...] era um imperativo moral e político ajudar a consolidar as respectivas democráticas, acolhendo-as na família europeia.”

Obviamente que outras agendas se impunham. Por exemplo, é inegável o interesse de caráter territorial uma vez que a adesão dos países ao sul possibilitava um reequilíbrio geográfico no que concerne o centro de poder da comunidade que, com o primeiro alargamento ao norte, desguarnecia a Europa meridional (SILVA, 2010, p. 162). A Grécia, historicamente, sempre foi porta de entrada no continente através do mediterrâneo, havia uma urgência em atrair aquele país para dentro do bloco com intuito de controle desse acesso.

Havia um grande interesse econômico, territorial e político germânico e francês, respectivamente, na adesão grega à CEE. Entretanto, a Comissão, que já demonstrava grandes reservas quanto à capacidade da Grécia de adaptação à Comunidade, propôs um período de pré-adesão indeterminado. Como resposta, as autoridades gregas invocaram a urgência da adesão para consolidar a sua estabilidade política interna.

Em 25 de novembro de 1973, Papadopoulos foi derrubado devido a uma combinação de fatores, o movimento estudantil de contestação ao regime tinha ampliado as suas ações e intensidade. Mais cedo, naquele ano, alguns conflitos demonstraram a incapacidade de Papadopoulos na condução da situação.

A grande concentração de poder que Papadopoulos vinha arquitetando ao longo do seu governo começou a ser mais evidente. O ditador havia eliminado a monarquia e estabelecido uma espécie de República na qual ele tinha se automeado presidente.

O seu governo começava a ser questionado internamente. O líder do contragolpe foi o chefe da polícia miliar, Brigadeiro General Dimitros Ioannides, que colocou na presidência o General Phaedon Gizikis, um presidente virtual pois quem estava por trás da condução majoritária era Ioannides.

As primeiras ações para retomar o controle social foram o fechamento de jornais de circulação sem muitas explicações e a reabertura da ilha dos prisioneiros, um campo para onde eram enviados novos presos políticos.

Uma preocupação que marcou a trajetória política grega e que remonta ao período de conflito entre o Helenismo e o Império Otomano foi a conhecida “Questão do Chipre”. Apesar de na década de 1960 o Chipre ter sido reconhecido enquanto um Estado independente, havia um argumento constitucional que permitia a interferência da Grécia, Turquia e Grã-Bretanha nesse país. O Chipre era habitado em parte por gregos e turcos.

Em dezembro de 1963, um violento conflito eclodiu no Chipre após a tentativa do Arcebispo Makarios ou Makarios III, líder religioso e político, de alterar a constituição dando direitos políticos de veto à minoria turca cipriota.

Em 1967, George Papandreou incrementou fortemente o número de soldados gregos em solo cipriota. O limite estipulado pelo tratado imposto por Zurique e Londres era de 950 soldados, depois do incidente em 1963 esse número gravitou a soma de 10.000 soldados (MUNN, 1980, p. 107).

Em 1974 o presidente do Chipre direcionou uma carta para o presidente grego. Nesta, além de outras acusações, estava uma denúncia que culpabilizava o governo militar grego de ter atentado contra a sua vida. Poucos dias depois a carta foi publicada pelo jornal “Apoyvematino”. Makarios III exigia a retirada dos oficiais gregos do Chipre o que levou Ioannides a algumas opções.

O Brigadeiro General teve a oportunidade de eliminar um dos seus maiores problemas em relação ao Chipre. Um conselho com os oficiais gregos de mais elevada patente, incluindo o presidente foi convocado. O conselho optou consonantemente pela deposição do Arcebispo Makarios (THEODORACOPULOS, 1978 p. 33).

A operação Afrodite, encabeçada pelo líder tático da Guarda Nacional cipriota, empossou em 15 de julho Nikos Sampson como novo presidente do país. A resposta turca foi rápida. Em 20 de julho eles invadiram o Chipre.

As tentativas internacionais de negociação protagonizadas pelos britânicos e americanos foram ineficazes. O governo grego atacou com submarinos e aviões buscando afundar a frota turca.

A atuação do subsecretário de Estado norte-americano e as pressões exercidas pela OTAN fizeram com que o exército grego recuasse, mas isso não fez com que a mancha da rivalidade grego turca se extinguisse. O governo militar, diante a situação nacional e internacional, decidiu pela escolha de um presidente civil.

Konstantino Karamanlis retornou do exílio em 24 de julho de 1974 como Primeiro-Ministro. A partir de primeiro de agosto, a estrutura do aparelhamento institucional militar começa, gradativamente, a ser desmontada. O ato constitucional dessa data anula as constituições de 1968 e 1973, retomando a de 1952 com a exceção dos artigos relacionados ao trono (CLOGG, 1974, p 367).

Em 8 de novembro de 1974, os cidadãos gregos decidiram em referendo que o país deveria seguir o projeto político republicano e não mais o monárquico. O conselho Europeu readmitiu a Grécia em 28 de novembro de 1974.

A herança que a junta legou para a Grécia democrática em 1974 foi a relação externa agravada com a Turquia, uma colossal taxa de inflação anual de 27,16% e uma população exigente de modernização das estruturas do país. No final de 1974, o presidente do Banco da Grécia, Xenophon Zolotas, proclamou: “Se continuarmos tentando cobrir o déficit público assumindo o pesado fardo de novos empréstimos, nós só vamos piorar as coisas”. Déficits no Balanço de Pagamentos e o enfraquecimento industrial aceleraram no início dos anos pós regime ditatorial de 1974-78. As taxas médias anuais de crescimento do PIB caíram para 4,7% durante a década de 1971-80. A segunda crise do petróleo de 1979 atingiu a Grécia com tanta força que a taxa anual de inflação foi para 24,64% em 1980 – em comparação aos 12,36% registrados em 1977 (PEDALIU, 2012, p. 6).

Até a retomada por completo do regime institucional democrático grego sob a figura de Karamanlis, as relações entre a CEE e o país não se restauraram. Em dezembro de 1974, a “Greek Associate Membership” ligada à CEE foi reativada e o pedido de adesão plena submetido em 12 de junho de 1975.

Com grande influência britânica, as negociações abriram-se em julho de 1976 e conduziram ao tratado de adesão. Em 21 de dezembro de 1978 a CEE aprovou o pedido. Karamanlis assinou o Tratado de adesão na cidade de Atenas em 18 de maio de 1979.

O tratado previa um período de ajuste de cinco anos para a reconfiguração alfandegaria e para aplicação da Política Agrícola Comum (PAC) que estabelecia quotas de produção e

regras de produção, embalagens padronizadas, nomenclaturas, uniformidade de ingredientes, componentes e uma série de exigências. A PAC foi a principal condição imposta pela França para a entrada da Grécia em 1981 e, também para a subsequente adesão dos países Ibéricos em 1986, com o intuito de salvaguardar o domínio francês de produtos agrícolas no mercado da CEE.

A adesão completa da República Helênica à Comunidade Europeia foi efetivada em 1 de janeiro de 1981.

3 A ADESÃO À COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPEIA (CEE) E A PRIMEIRA DÉCADA 1981-1991

O período dos dez anos que vai de 1981 a 1991, analisados nesse capítulo, foram marcados por um contexto de transformações profundas na expansão da Comunidade Econômica Europeia. Inicialmente pelo processo de adesão da República Helênic a CEE, que se deu logo no primeiro ano da década de 1980 e a adesão dos países Ibéricos – Portugal e Espanha – ao bloco em 1986.

Foi também nesse período quando se instituiu o Ato Único Europeu (AUE) em 1987, estágio que resultou na transformação da Comunidade Econômica Europeia em União Europeia, uma vez que o AUE estabeleceu as fases e o cronograma de medidas necessárias para a efetivação do Mercado Comum, onde os movimentos de bens e serviços, capital e trabalho seriam irrestritos.

As tentativas de amadurecimento dessa política já haviam passado por duas outras importantes etapas: (1) Zona de livre comércio na qual os países eliminam barreiras alfandegarias e comerciais entre si, onde cada país ainda mantém a sua política aduaneira própria com relação aos demais países do globo; (2) União aduaneira onde além da suspensão das barreiras alfandegarias e comerciais, os países que a integram estabelecem uma pauta aduaneira comum em relação ao comércio com países outros, representada pela Tarifa Externa Comum (TEC), o que viria com o pleno Mercado Comum a partir da assinatura do tratado de Maastricht em 1992.

3.1 Análise do tratado de adesão à CEE

No contexto citado, os pressupostos de adesão da Grécia foram condicionados à política de expansão que buscou, segundo o discurso oficial, reforçar a segurança e a estabilidade na Europa. Os critérios para as negociações de adesão centraram-se na “aptidão” dos países candidatos para assumirem as obrigações decorrentes da adesão, obrigações estas que refletiam uma série de ajustes estruturais e modificações internas para adequação nas diretrizes do bloco, mesmo para economias que não possuíam nenhuma similitude, no que tange a complexidade

das suas atividades produtivas, com países com histórico de forte investimento em desenvolvimento tecnológico e industrial.

No caso da Grécia, há disparidades profundamente enraizadas. Sua realidade é a de um país com uma economia extremamente voltada para atividades primário-exportadoras que importava gêneros alimentícios e que possui em sua moderna trajetória histórica de construção do seu Estado, ao longo dos séculos XV e XVII, um passado de subjugação por parte do Império Otomano nas regiões mais interioranas e domínio de Venezianos e Genoveses em regiões mais centrais como as ilhas do Egeu. Assim, teve que operar sua política econômica herdada desse passado colonial buscando se inserir no mesmo patamar de condução de países como a Alemanha, Reino Unido e França, marcados por revoluções sociais que moldaram mentalidades progressivas e protagonismos históricos.

No âmbito de uma abordagem mais crítica, percebemos que o interesse essencial por trás do discurso pela urgência de uma Europa unificada e pacífica está nos processos sociais e históricos que culminaram na formulação do Mercado Comum.

Para autores como Krugman e Obstfeld (2005), a opção de integração dos mercados entre dois ou mais países visando a construção de blocos econômicos com o intuito de eliminar entraves comerciais e facilitar o escoamento das suas mercadorias, pessoas e capitais se configura enquanto uma tática para o crescimento e desenvolvimento das economias o que traz ainda a natureza do caráter “global” do atual estágio do sistema capitalista.

O processo de adesão do sul europeu, a partir de 1981 não foi apenas um movimento de expansão da integração comunitária europeia como ocorrera em 1973 com a adesão de Reino Unido, Irlanda e Dinamarca. Com a adesão dos novos Estados na década de 1980, começa-se a redesenhar a configuração intrabloco com características diferentes da Comunidade dos nove, mais heterogênea, com um mercado interno que vai se diferenciando, onde a urgência de novas tensões e demandas vão se impondo.

O contexto de análise do Tratado de Adesão da República Helênica à CEE está situado no processo histórico de expansão da Comunidade. A partir dessa mesma década a CEE passa a ser conhecida como “Europa dos 12”.

O documento em si foi publicado em 19 de novembro de 1979, no Jornal Oficial das Comunidades Europeias com tem um caráter institucional e jurídico e foi assinado em comum acordo entre as autoridades representantes dos Reinos da Bélgica, Dinamarca, a República Federal da Alemanha, República Francesa, Irlanda, República Italiana, o Grão-Ducado de Luxemburgo, o Reino dos Países Baixos, o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e a República Helênica.

Com objetivo de aprovação do pedido da República Helênica à Comunidade Econômica Europeia e à Comunidade Europeia de Energia Atômica (CEEA) – sob o argumento dos artigos 234 do Tratado da CEE e o artigo 205 da CEEA que estabelecem oportunidade para outros Estados europeus de se tornarem membros das comunidades – foi imposta a condição de que o país helênico aplicasse as alterações necessárias para se enquadrar no patamar dos membros da comunidade, sendo esta uma decisão que resultaria de um acordo comum sobre as condições e os termos de adesão.

Os agentes que protagonizaram o tratado de adesão da Grécia e que compunham a presidência do país foram: Constantinos Karamanlis (Primeiro-Ministro), Georgios Rallis (Ministro de Assuntos Externos) e Georgios Contogeorgis (Ministro sem pasta, responsável pelas relações com a CEE).

O parágrafo 4 do artigo 4º dos princípios do ato de adesão à CEE estabeleceu que a República Helênica deveria tomar quaisquer medidas *necessárias* para adaptar sua posição em relação às organizações internacionais e acordos internacionais dos quais os componentes da CEE faziam parte, isto está incluído no aspecto de direitos e obrigações, visando estabelecer relações diplomáticas “isonômicas”.

As disposições dos atos, segundo o documento, não poderiam ser suspensas, alteradas ou revogadas, salvo os procedimentos de articulação nos tratados originais (Tratado de Paris e Roma), que permitem a revisão dos termos dos tratados. Foi essa possibilidade de revisão nos tratados que possibilitou à Grécia qualquer exigência de recebimento de maiores recursos para efetivação das alterações impostas.

Os acordos impostos ao país no tratado deveriam ser aplicados até o final de 1985.

A) Mudanças institucionais

As mudanças institucionais relacionavam-se com a natureza da composição dos órgãos do bloco. Assim, a Assembleia passou a ser composta como se observa na tabela 3.1 onde se pode notar a superioridade da (RFA), França, Itália e Reino Unido. A Grécia ficou com o mesmo número de assentos que a Bélgica.

O conselho deliberativo apontado no artigo 11, capítulo II, instituiu um Conselho Único e uma Comissão Única das Comunidades Europeias e estava organizada como segue: a presidência seria exercida por um período de seis meses por cada membro do Conselho de Administração nas seguintes ordens dos Estados-membros: Bélgica, Dinamarca, RFA, Grécia, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Reino Unido.

Tabela 3.1: Composição da Assembleia da CEE em 1981.

Países	Assentos
Bélgica	24
Dinamarca	16
RFA	81
Grécia	24
França	81
Irlanda	15
Itália	81
Luxemburgo	6
Países Baixos	25
Reino Unido	81

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponíveis no Tratado de adesão da República Helênic a CEE.

A tabela 3.2, mostra como se dava a ponderação dos votos do Conselho, onde se observa que o peso da Grécia era igual ao dos Países Baixos e Bélgica, porém 50% inferior aos países mais poderosos do bloco, RFA, França, Itália e Reino Unido.

Tabela 3.2: Peso dos votos qualificados do Conselho da CEE, 1986.

Países	Peso
Bélgica	5
Dinamarca	3
RFA	10
Grécia	5
França	10
Irlanda	3
Itália	10
Luxemburgo	2
Países Baixos	5
Reino Unido	10

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponíveis no Tratado de adesão da República Helênic a CEE.

Para adoção de qualquer medida, a votação deveria contar com pelo menos 45 votos a favor e distribuídos por, pelo menos, seis membros diferentes, juntos RFA, França, Reino Unido e Itália possuíam peso 40.

Tabela 3.3: Composição do Comitê Econômico e Social da CEE 1981

Países	Assentos
Bélgica	12
Dinamarca	9
RFA	24
Grécia	12
França	24
Irlanda	9
Itália	24
Luxemburgo	6
Países Baixos	12
Reino Unido	24

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponíveis no Tratado de adesão da República Helênica à CEE.

Após a adesão grega, o Conselho das Comunidades Europeias, deliberando por unanimidade, decidiu quanto às adaptações que precisavam ser feitas a fim de aumentar o número de juízes que compunham o Tribunal de Justiça. A composição do Comitê Econômico e Social deveria respeitar a quantidade de membros como consta na tabela 3.3. Novamente, a Grécia ocuparia o pelotão intermediários de países como Bélgica e Países Baixos e o poder se concentraria na RFA, França, Reino Unido e Itália.

No que se refere às eleições, o artigo 23 do título 1 regulamentava que durante o ano de 1981, a República Helênica deveria proceder à eleição por sufrágio universal direto, para escolha dos 24 membros que comporiam a Assembleia Nacional em conformidade com as disposições da lei de 20 de setembro de 1976.³⁵ O mandato dos representantes teria tempo de validade igual ao dos demais Estados-Membros.

B) Comércio exterior e Pauta Aduaneira Comum

A partir do artigo 24 que estabeleceu as regras para a livre circulação de bens e mercadorias, a regulamentação das tarifas aduaneiras para os produtos de origem grega deveria seguir um cronograma progressivo de redução tributária, ação esta que foi aplicada pelo governo do país a partir de 1 de julho de 1980, como se observa na tabela 3.4.

³⁵

Essa lei foi importante porque restabeleceu institucionalmente o sistema democrático na Grécia.

Tabela 3.4: Progressão da redução da tarifa aduaneira sobre o comércio de produtos gregos, em %.(1981 a 1986)

Data	Redução da tarifa para países da CEE (%)
1 de Janeiro de 1981	90
1 de Janeiro de 1982	80
1 de Janeiro de 1983	60
1 de Janeiro de 1984	40
1 de Janeiro de 1985	20
1 de Janeiro de 1986	0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponíveis no Tratado de adesão da República Helênic a CEE.

Um importante ajuste exigido pela Comissão para a adesão grega foi a submissão do país às regras do bloco relacionadas ao Comércio Internacional com países terceiros (fora da CEE). As medidas deveriam reduzir em 10% o valor cobrado para os produtos de origem terceira, a partir de uma diferença entre a tarifa básica já cobrada e a tarifa da pauta aduaneira comum.³⁶

A partir de 1982, no caso de posições pautais em relação às quais a taxa básica não diferisse em mais de 15% tendo como referência a pauta aduaneira comum, as obrigações teriam de ser aplicadas. De 1983-85, essa diferença passaria a ser reduzida progressivamente até atingir 20%, ao longo do período. Isso demonstra que nos dois primeiros anos, o comércio externo grego deveria se dar quase que exclusivamente com os países do bloco.

Outro compromisso exigido se refere às quantidades restritivas para exportação e importação de produtos com países terceiros, com validade de cinco anos. As cotas expressas pelo documento de adesão poderiam sofrer um acréscimo na restrição a cada começo do ano seguinte chegando até a 25%. Para produtos em termos de volume absoluto, esses incrementos poderiam ser de até 20%. Esse aumento seria adicionado a cada cota e o próximo aumento calculado sobre a base do total atingido.

Quando a Comissão registrasse, que algum dos produtos de origem grega, listado no anexo III do tratado de adesão, alcançasse menos de 90% da cota de importação, o país passaria a ter liberadas as importações desse produto exclusivamente pelos outros Estados-Membros. Na tabela 3.5 temos uma visão dos tipos de produtos em questão e o período de validade de tais cotas seria de 1 de janeiro de 1981 a 1 de janeiro de 1985.

³⁶ O diploma legal, constituído por quadros ou tabelas, em que estão consignadas as taxas a que estão sujeitas as mercadorias no seu movimento de entrada e saída numa jurisdição aduaneira.

Tabela 3.5: Cotas de exportação e importação, produtos selecionados

CCT Código da Pauta Nº	Descrição	Cota de importação em unidade de conta (US\$) ou em volume (Unidades)
85.01	Produtos elétricos das seguintes descrições: geradores, motores, conversores, transformadores retificadores e retificadores de aparato, indutores: 1) Geradores, motores – mesmo equipados com redução de velocidade, mudança ou mudança de marcha- e conversores rotativos: 2) Motores de potência entre 370Watts à no máximo 15000Watts. *peças de reposição devem seguir a prescrição para o limite posto no item 2).	222 000 US\$
85.15	Peças: 1) Armários e Cases a) de madeira – para receptor de televisão b) De outros materiais -para receptor de televisão Outros:Chassis para receptores de televisão e suas peças montadas. Placas de circuito impressos para receptores de televisão	15 000 000 US\$
87.02	Veículos a motor para o transporte de pessoas, mercadorias ou materiais (incluindo veículos de transporte de veículos); Para o transporte de pessoas, incluindo veículos projetados para o transporte de passageiros e mercadorias: a)Para motores de combustão interna ou motores de compressão seguir: Veículos motorizados e ônibus, ambos com motor ignição de combustão interna devem ter capacidade do cilindro de 2800cc, no caso de motor a compressão essa medida deve ser 2500cc ou mais; b) Capacidade de assentos de pelo menos 6 lugares (ou mais)	516 unidades 10 160 000 US\$

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponíveis no ANEXO III do Tratado de adesão da República Helênic a CEE.

Para os Estados-Membros, a taxa dos depósitos de importação e pagamentos em dinheiro seguia a proporção listada na tabela 3.6.

Tabela 3.6: Redução da taxa de pagamentos em cima dos produtos gregos, CEE, 1981

Data	Redução (%)
1 de Janeiro de 1981	25
1 de Janeiro de 1982	25
1 de Janeiro de 1983	25
1 de Janeiro de 1984	25

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponíveis no Tratado de adesão da República Helênic a CEE.

No âmbito das obrigações, a República Helênica deveria suspender por completo, ou progressivamente, a cobrança de tarifas sobre produtos importados de países-membros da CEE. Essas ações visavam a eliminação das barreiras tarifárias e entrariam em vigor a partir de 1 de janeiro de 1981, com término previsto para 1 de janeiro de 1986, quando então, a Grécia teria completado o processo de entrada na pauta aduaneira comum. Seria o desmonte de qualquer ação protecionista.

Outra imposição importante para a adesão dizia respeito aos direitos de comércio, onde, a partir de 1 de janeiro de 1981, a República Helênica deveria, progressivamente, eliminar as condições de monopólio comercial, ou seja, todos os direitos de exclusividade de exportação deveriam ser extintos, portanto, abrir o mercado interno para entrada de produtos principalmente de países-membros.

À primeira vista isso baratearia o preço de produtos, mas também acirraria as disputas no mercado nacional, pressionando os preços praticados por empresas helênicas para baixo. Quem se beneficiou no longo prazo foram as empresas estrangeiras mais bem estabelecidas e que possuíam altos níveis de produção para continuar as suas atividades frente ao contexto de concorrência.

Até 31 de dezembro de 1985, as condições de favorecimento das empresas nacionais e as medidas protecionistas teriam de ser eliminadas. Em contrapartida, os Estados-Membros deveriam garantir igual equivalência dessa política para os produtos de origem grega, que não eram nada competitivos.

O objetivo de longo prazo aparente na assinatura do tratado ofereceria à Grécia a promoção de um diálogo contínuo e o fortalecimento das relações comerciais tendo como foco uma proposta de desenvolvimento que estaria condicionada ao fomento de um ambiente destinado ao comércio comum. Entretanto, o que se percebeu foi o encaminhamento para a especialização do país em um modelo que favoreceria o desenvolvimento do setor terciário manifestado no turismo, um indicativo de desmobilização das indústrias e iniciativa privada nacional, a manutenção de uma economia primária-exportadora dentro do bloco e a busca estratégica da defesa territorial de uma região conhecida historicamente como porta de entrada de imigrantes na Europa pelo mediterrâneo.

C) Livre circulação de pessoas, serviços e capital.

Como primeiro ponto, esta parte do documento de adesão definia as condições do livre movimento de trabalhadores entre os países-membros. Aparentemente seria uma forma de ampliar a oferta de emprego para cidadãos gregos nos demais países do bloco, entretanto o

tratado não estabeleceu em que condições essa mão de obra seria inserida nos mercados de trabalho dos outros Estados-Membros, mas deixou claro que essa imigração deveria ter como objetivo o desenvolvimento de atividades remuneradas, ou seja, a Grécia exportaria mão de obra para os demais países. O documento não aponta que tipo de qualificação profissional seria priorizada ou se haveria cursos de formação e investimento em desenvolvimento humano.

A família do empregado também tinha direito à inserção no mercado de trabalho de qualquer Estado-Membro escolhido se já tivessem residência estabelecida de até pelo menos 3 anos no país de referência. A partir de 1 de janeiro de 1984, esse prazo seria reduzido para 18 meses, segundo o artigo 10 da Regulamentação da CEE No 1612/68.

Sobre a liberalização dos movimentos de capital entre a Grécia e os outros países da CEE deveriam ser feitas as seguintes alterações:

- Até 31 de dezembro de 1985, investimentos diretos de capital grego seriam liberalizados para aplicação nos Estados-Membros;
- Até 31 de dezembro de 1983, a liberalização da transferência do produto de liquidação de investimentos³⁷ diretos na Grécia realizados antes de 12 de junho de 1975 por pessoas residentes em algum dos países da Comunidade;
- Até 31 de dezembro de 1985 a liberalização de investimentos imobiliários em quaisquer Estados-Membros por agentes residentes na Grécia e que não se enquadrassem na condição de emigrantes na categoria da livre circulação de pessoas;
- Fundos bloqueados na Grécia, pertencentes a pessoas residentes nos atuais Estados-Membros deveriam ser progressivamente liberados por parcelas anuais iguais começando a partir de 1 de janeiro de 1981 até 31 de dezembro de 1985. Uma hipótese levantada é que essa medida estaria relacionada aos capitais confiscados ao longo do período de ditadura na Grécia. Até 1 de janeiro de 1986, os fundos confiscados pertencentes a membros residentes nos Estados-Membros deveriam ser totalmente saldados, como condição para adesão.
- Operações relativas a valores imobiliários emitidos por membros da comunidade e pelo Banco Europeu de Investimentos por pessoas residentes na Grécia deveriam obedecer ao movimento de liberalização progressiva. 1) a partir de 1981, as operações deveriam ser limitadas a transações de até 20 milhões de unidades de

³⁷ A liquidação é a última etapa do processo de compra e venda de ativos ou valores imobiliários, na qual a transferência se dá entre a propriedade do ativo e o pagamento/recebimento do montante financeiro.

conta europeia (ECU); 2) Esse teto seria incrementado, a uma taxa anual progressiva de 20% em relação ao fixado a partir de 81;

- A República Helênica deveria, até 31 de dezembro de 1985, manter restrições nas transferências relativas ao turismo. Em 1 de janeiro de 1981, o subsídio anual para o turismo não poderia ser inferior a 400 ecu/ pessoa; a partir de 1 de janeiro de 1982, esse subsídio teria uma taxa anual de incremento de 20% baseada na quota estipulada em 1981.

Após a efetiva comprovação de que todas essas alterações tivessem sendo feitas, haveria a liberação do movimento de capitais com os demais países-membros da CEE.

3.2 Política Agrícola Comum

Uma das regulamentações mais patentes para as reformas que deveriam ser aplicadas pela política econômica da República Helênica concerne o setor de produtos agrícolas.

No âmbito prático, essa política se justifica historicamente como sendo um elo entre os países europeus que construíram a CEE frente ao contexto de fome estrutural que assolou a região no período entre guerras. Uma das maiores preocupações, em tese, seria a distribuição de recursos alimentares para os cidadãos, garantindo a necessidade mais urgente, a oferta de produtos alimentícios.

No caso grego, era viva a memória da Grande Fome ocorrida ao longo da ocupação nazista entre 1941-44, quando os soldados germânicos saquearam materiais e veículos usados na produção agrícola resultando em um bloqueio da produção e um entrave no transporte entre as regiões rurais e os centros urbanos, como Atenas. Assim como o bloqueio naval britânico que se seguiu à política internacional de enfrentamento às potências do Eixo, aprofundou a grave situação de um país que era em grande parte importador de gêneros alimentícios causando a morte direta ou indireta de cerca de 300 mil pessoas ao longo do rigoroso inverno de 1941-1942 (DETSIOU, 2015), alterando profundamente toda uma estrutura social e econômica já bastante limitada.

Antes dos primeiros movimentos de ajustes e busca do alinhamento à PAC, a partir de 1981, a Grécia deveria fixar preços de acordo com as regras provenientes das regulamentações do mercado comum para o setor em questão ao ponto que os produtores do ramo praticassem

preços de mercado equivalentes aos obtidos por um período determinado para cada item ou gênero específico.

Algumas outras estratégias deveriam ser aplicadas em busca de um alinhamento com os preços da organização do mercado comum caso as aplicações citadas resultassem em um nível de preços diferente do preço comum de mercado.

A exemplo das regulamentações estipuladas pela CEE N. 1035/72 para frutas e vegetais e da CEE N. 516/77 para produtos processados de frutas e vegetais que deveriam seguir sete estágios para o alinhamento de preços, foram condicionados ao seguinte cálculo: quando o preço de um produto grego estivesse mais baixo que o preço comum praticado na CEE, o preço do item deveria – seguindo os seis movimentos³⁸ estipulados para o alinhamento – aumentar, progressivamente o seu valor por 1/7; 1/6; 1/5 ;1/4; 1/3; 1/2 tendo como base a diferença entre o nível de preços na Grécia e o nível comum de preços praticados pelos outros membros da CEE. O preço resultante deste cálculo seria ajustado proporcionalmente a qualquer variação positiva do preço comum para o próximo ano comercial.³⁹ O preço comum deveria ser aplicado até o sétimo movimento para o alinhamento.

Por exemplo, tomando como base que o preço de 100kgs de tomates fosse 180ecu no mercado comum e que o preço praticado na Grécia fosse 17,7% mais baixo (148ecu), a diferença nos níveis de preços seria 31,86 ecu e o cálculo para o ajuste seguiria a tabela 3.7^a.

Tabela 3.7a Cálculo de ajustes para produtos agrícolas: Vegetais, frutas, processados de vegetais e frutas, CEE, 1981

Período	Preço praticado no país (ecu)	Multiplicador
1º ano comercial	148,14	1/7
2º ano comercial	152,69	1/6
3º ano comercial	158,00	1/5
4º ano comercial	164,37	1/4
5º ano comercial	172,34	1/3
6º ano comercial	182,96*	1/2

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponíveis do Tratado de adesão da República Helênic a CEE. (*) Respeitando quaisquer oscilações de mercado ao longo da série histórica.

No caso de produtos gregos que fossem mais caros do que o preço praticado pelos outros Estados-Membros, em vez de sofrer acréscimo, o mecanismo seguiria a mesma base de cálculo,

³⁸ Seis anos de ajustes e adequação dos preços ao mercado comum

³⁹ O ano comercial tem 360 dias já que considera que cada um dos meses do ano tem 30 dias, sem distinção entre os tipos de dias.

mas em direção a uma redução nos preços, no caso poderíamos citar ao invés do tomate, a tradicional azeitona preta da região de Kalamata.

Usando os mesmos dados do exemplo anterior invertendo os preços, teríamos:

Tabela 3.7b: Cálculo de ajustes para produtos agrícolas: Vegetais, frutas, processados de vegetais e frutas, CEE, 1981

Período	Preço praticado no país (ecu)	Multiplicador de decréscimo
1º ano comercial	180,00	1/7
2º ano comercial	175,40	1/6
3º ano comercial	170,09	1/5
4º ano comercial	163,72	1/4
5º ano comercial	155,75	1/3
6º ano comercial	145,13*	1/2

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponíveis no Tratado de adesão da República Helênic a CEE.
(*).Respeitando quaisquer oscilações de mercado ao longo da série histórica.

Outros produtos deveriam seguir as mesmas especificações a partir do mecanismo exposto no quinto movimento de alinhamento, a divisão para os ajustes dos produtos segue a ordem exposta por categorias.

O documento de adesão lista detalhadamente o que o país devia fazer para que cada produto de natureza comercial se adequasse ao funcionamento do Mercado Interno, alguns itens foram tabelados na categoria de cotas de importação e exportação para a Pauta Aduaneira Comum como no caso da tabela 3.5.

Já outros, especificamente os relacionados às atividades agrícolas estavam condicionados ao cálculo de progressividade de preços apontados nas tabelas 3.7a e 3.7b.

Todos esses ajustes deveriam ser aplicados no máximo até 31 de dezembro de 1985, essa urgência visava a organização do mercado dos produtos gregos e ainda a estrita manutenção da estrutura mercantil nacional frente a sua inserção na CEE.

Um dos casos mais críticos, o da atividade pesqueira, seria regulamentado pela lei N. 101/76 da CEE, que criava uma estrutura comum na política industrial de pesca estabelecendo locais específicos para a prática pesqueira. No caso grego, os direitos de pesca a partir de 1 de janeiro de 1981 restringiam a atividade para águas situadas dentro do limite de 6 milhas náuticas calculadas a partir das linhas de base do porto.

No caso da Itália, essa permissão era bem mais abrangente, os direitos de pesca desse país se estendiam até 12 milhas náuticas e abarcava áreas que iam do sul do Mar Adriático até à boca do Po di Goro.

Entretanto, como não havia estimativas para o preço de certos produtos gregos por se tratarem de itens muito tradicionais da sua região, o preço adotado para o país seria recalculado tendo como base preços de outros produtos – considerados pela CEE – como substitutos nos mercados nacionais de outros Estados-Membros ou produtos concorrentes provenientes destes mesmos mercados. Um desses artigos foi o queijo feta (*φέτα*), por exemplo, produto característico do país por ser feito a partir do leite de cabra e que possui uma longa tradição histórica remetendo mesmo à Odisseia de Homero. Nesse sentido, por ser mais escasso este item deveria ter um valor mais elevado, segundo a teoria clássica. Porém ao longo das negociações para adesão no mercado integrado este foi incorporado no mesmo patamar de queijos de fabricação mais usual.

Desde a criação da Política Agrícola Comum (PAC), em 1962, pelos seis países fundadores, um dos principais objetivos propalados pelos mesmos era de que seria um esforço para um mercado equilibrado dos gêneros agrícolas. Tal discurso de legitimidade apontava a preocupação na melhoria da produtividade do grupo, que tornaria o consumo de alimentos a preços acessíveis estimulando um grau de vida razoável frente ao passado europeu que remonta a períodos históricos de elevada escassez⁴⁰ de alimentos resultando em grandes fomes. No entanto, é patente que a PAC visava privilegiar países com produção agrícola historicamente sedimentada, como a França e a Itália.

Assim, essa política é bastante controversa, pois, ao longo das décadas, privilegiou interesses da classe de produtores rurais pela manutenção do seu nível de renda, especificamente no tocante a determinados Estados-Membros da CEE (IPEA, 2016).

Na verdade, a PAC buscava manter uma firme defesa do protecionismo agrícola e para isso contava com rigorosos instrumentos de proteção setorial, buscando controlar as flutuações de preços de bens agrícolas através da determinação de cotas de produção e detalhamento de características específicas dos produtos o que resultaria no encarecimento dos itens em comparação à concorrência no mercado internacional livre.

Uma outra crítica a essa política está no evidente favorecimento dos ganhos do setor agrícola. Historicamente, o poder político dos produtores rurais formou grupos de pressão organizados que, desde 1960, reivindicaram para si o apoio e a proteção das instituições comunitárias de modo que o seu nível de renda não fosse afetado por eventuais dificuldades ou competição por outros países que porventura aderissem ao bloco. (IPEA, 2016)

⁴⁰ O relato mais antigo encontrando pelo autor refere-se à fome estrutural na Europa Ocidental resultante da queda do antigo Império Romano e seu saque por Alarico I, rei visigótico da dinastia dos Baltos, entre 400-800 d.C, a maior parte da população romana pereceu frente a fome e a peste.

Como defende Gürzel (2004, p.14-15), alguns produtos agrícolas como o tabaco, passas, azeitonas e resina não sofreram os efeitos da política de preços empregada pela CEE no âmbito da PAC. Essas ações buscavam facilitar a aplicação de uma política econômica que garantiria os esforços para a construção de uma base sólida para a sustentação harmônica da balança de pagamentos do país.

No entanto, isso é uma falácia. No artigo 58 do documento de adesão, mencionado no artigo 87 do mesmo documento, aponta-se um mecanismo chamado de “preço de intervenção” que remete às regras de fixação de preços em acordo com as oscilações do mercado comum no setor de procedência. Isso servia de parâmetro para demasiados itens como cereais, uvas, vegetais, óleos e gorduras além de produtos agrícolas em geral. No caso do tabaco grego, muito apreciado e inclusive historicamente um dos alvos dos nazistas durante o período de ocupação em 1941, esse preço foi fixado – tendo os critérios citados anteriormente nas regulamentações CEE N. 105/72 e CEE N. 516/77 – a partir da primeira colheita após a adesão.

No artigo 88 do documento de adesão, está explicitado que qualquer estoque de tabaco existente na Grécia advindo de colheitas realizadas antes da adesão deveriam ser inteiramente eliminados por dispêndio da própria República Helênica e sob as especificações dos procedimentos da CEE. Essa obrigação buscava assegurar que não houvesse desequilíbrios no Mercado Comum relacionado às *commodities*. Um estoque elevado é fator de baixa nos preços para o mercado entre países-membros. Buscou-se manter um preço de interesse para esses países justamente pelo sistema de cotas de exportação, que seria um mecanismo planejado para controlar essas flutuações.

Em países primário-exportadores como a Grécia, quando os estoques estão baixos, em geral, é um sinal de que os preços deverão se movimentar para cima, ou seja, se não existem estoques disponíveis, os consumidores tenderão a consumir mais rapidamente os remanescentes que estão em seu poder, acelerando-se então o nível de preços.

3.3 A Política Econômica

No item III do anexo VIII do documento de adesão, apresentavam-se algumas diretrizes da Política Econômica, destas, o fato de que a República Helênica não poderia participar das concessões de empréstimos assegurados pela Comunidade até que o país passasse por todas as

reformas estruturais com a justificativa oficial de que o crédito garantido em cotas aos outros Estados-Membros ainda não haviam sido recalculados, levando em conta o país Helênico.

Em contrapartida, a Grécia não deveria ser obrigada a fornecer as divisas necessárias a fim de garantir o crédito para empréstimos de serviços emitidos pela Comunidade, isso deveria ser feito, no mais tardar, a partir de 31 de dezembro de 1985 com a inserção do dracma no Sistema Monetário Europeu (SME).

A explicação era que havia fundos fixos da Comunidade destinados à aplicação nas reformas estruturais no país. No parecer sobre o Memorandum de 1982, essas informações se mesclam com a contradição de que esse primeiro fundo deveria ser utilizado nos ajustes do país e precisaria ser incrementado o que geraria uma tentativa de elaborar um projeto mais efetivo de desenvolvimento estrutural da Grécia. Adicionalmente, quando analisamos os protocolos do tratado, especificamente o 1º e o 5º, outras informações surgem. No protocolo 5º é explicitado que a Grécia deveria contribuir com a quantia de três milhões de unidades de conta europeia para o fundo comunitário do Carvão e Aço, e que o primeiro pagamento deveria ser efetuado a partir de 1981, uma contradição com o exposto no anexo VIII.

Tabela 3.8: Contribuição para o fundo proporcional do Banco Europeu de Investimentos (BEI)

Países	Contribuição em milhões de unidades de conta europeia
República Federal da Alemanha	1 575
França	1 575
Reino Unido	1 575
Itália	1260
Bélgica	414 75
Países Baixos	414 75
Dinamarca	210
Grécia	112 50
Irlanda	52 50
Luxemburgo	10 50

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponíveis no Tratado de adesão da República Helênica à CEE.

Outra questão patente se refere ao Estatuto do Banco Europeu de Investimentos (BEI). Ao período de adesão se estipulou que o capital do BEI seria de 7 200 milhões de unidades de conta subdivididos entre os Estados-Membros conforme consta na tabela 3.8.

As diretrizes de sustentação do banco apontam que se o valor da moeda de um Estado-Membro em relação à unidade de conta sofresse desvalorização, este Estado teria que ajustar a

quantidade de capital a fim de saldar a desproporção entre as unidades de conta compensando a variação efetuando um pagamento complementar ao banco. Isso implicava em um controle monetário a qualquer custo.

Em contrapartida, se a moeda de um país membro sofresse valorização, o banco deveria ajustar o montante da parte do capital pago por este Estado em sua própria moeda respeitando a proporção da compensação monetária.

O conselho de governadores, deliberando por unanimidade com a aprovação do Conselho Administrativo, poderia alterar o método de conversão de quantias em unidades de conta ou em moedas nacionais e vice e versa.

O Conselho Administrativo deveria ser composto por 19 diretores e 11 suplentes. Essas vagas eram nomeadas pelos países-membros e estavam arrançadas como se pode observar na tabela 3.9. Mais uma vez, RFA, França, Reino Unido e Itália somavam a maioria dos assentos.

Tabela 3.9: Composição do Conselho Administrativo do Banco Europeu de Investimentos (BEI), 1981

Países	Quantidade de diretores nomeados
República Federal da Alemanha	3
França	3
Reino Unido	3
Itália	3
Bélgica	1
Países Baixos	1
Dinamarca	1
Grécia	1
Irlanda	1
Luxemburgo	1
Comissão	1

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponíveis no Tratado de adesão da República Helênic a CEE.

Para os suplentes, República Federal Alemã (RFA), França, Reino Unido, e Itália possuíam dois suplentes; um suplente seria escolhido em “comum” acordo entre Dinamarca, Grécia e Irlanda, e um suplente seria nomeado entre comum acordo pelos países do BENELUX.⁴¹ Por fim, um suplente seria nomeado pela Comissão.

A maioria qualificada requeria a quantidade de 13 votos, os países mais ricos do bloco juntos detinham 12 votos ao todo. Interessante notar que, em 13 de março de 1979, ano do documento de adesão grega, foi criado o Sistema Monetário Europeu (SME), onde a RFA

⁴¹ Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo

possuía uma margem de 2,25% do marco alemão. Em 24 de setembro do mesmo ano a moeda da República Federal Alemã revalorizou-se dentro do SME em cerca de 5% contra a coroa dinamarquesa e 2% contra as outras moedas do sistema, assumindo posição de liderança frente aos outros países do bloco no âmbito do fortalecimento da sua moeda.

Outra informação especificada no artigo 7, parte 2, do protocolo 1 aponta que a Grécia deveria pagar o montante de 8 840, 000 unidades de conta como sua parcela de contribuição para o capital subscrito realizado anteriormente pelos outros Estados-Membros. Essa quantia deveria ser paga em cinco parcelas iguais e semestralmente distribuídas.

A Grécia deveria ainda contribuir com as reservas em caixa previstas na regulamentação do BEI, reservas auxiliares e os encargos equivalentes a reservas e ao montante que ainda seria apossado por futuros empréstimos demandados pelo país, tal qual as provisões de saldo de ganhos e socialização de possíveis percas.

As informações confrontadas no anexo VIII do documento de adesão e nos artigos do protocolo 1, já mencionadas, demonstram o grau de subjugação já nos termos de adesão do país, a Grécia era vista com desconfiança e a negociação para a sua entrada na CEE impunha uma série de condições restritivas como um forte controle inflacionário.

Karamanlís, quando assinou os papéis que condicionaram a Grécia a esse conjunto de ajustes, vislumbrava no processo de adesão um caminho para a modernização da economia grega, bem como significativas alterações nos setores público e privado do país, buscando retomar o patamar de desenvolvimento iniciado na década de 1950.

No entanto, sabia-se que a composição estrutural da economia grega não possuía o mesmo grau de complexidade de outros Estados-Membros, os níveis de desenvolvimento no país foram considerados diferentes, por isso a regulamentação buscava trabalhar com o princípio de certa proporcionalidade e ajustes graduais, como uma espécie de adesão piloto.

O processo de entrada no bloco implicou em uma série de efeitos práticos de ordem macroeconômica, como as alterações causadas nos preços pela introdução do Imposto sobre o Valor Agregado (IVA)⁴² aliado à utilização de denominadores para formulação de um preço comum. A liberação gradual dos movimentos de trabalhadores, escoando mão de obra nacional para outros lugares e efetuando cortes nos fundos regionais e sociais; o alinhamento de preços à PAC que comprometeu severamente ganhos em produtos que possuíam maior grau de

⁴² Um imposto sobre o consumo final de certos bens e serviços no mercado doméstico que é calculado em todas as fases do ciclo de produção e distribuição.

diferenciação em relação a produtos “comuns”; a redução⁴³ da arrecadação do governo pela eliminação das tarifas de importação e as obrigações sobre os efeitos do financiamento orçamental às instituições europeias dentro da CEE (YANNOPOULOS, 1986).

No entanto, a contribuição de Anthony Kefalas e Alexander Mantzaris no livro de Yannopoulos intitulado *Greece and the EEC: Integration and convergence*, de 1986, destacou um aspecto muito importante para uma política de desenvolvimento que é a contração da balança de pagamentos que serve como ferramenta de análise do encolhimento da economia de um país. Entretanto, os efeitos que levam à contração da balança de pagamentos em países que passaram por um processo de integração se torna fator importante para atestar as consequências no grau de desenvolvimento em um contexto de adesão no qual os países possuem diferentes níveis de complexidade econômica.

Usando dois modelos macroeconômicos, Kefalas e Mantzaris demonstraram que o fluxo fiscal e outros fluxos de capital advindos da Comunidade Econômica Europeia durante o período de pós adesão (pelo menos até 1985) estreitaram a diferença entre a disponibilidade real de divisas estrangeiras e o valor crítico em que as restrições de poupança e importações se tornaram operacionais e frustraram o esforço de desenvolvimento. Assim, embora a adesão à Comunidade Europeia não tenha reduzido as necessidades de transferências externas para a economia grega, restringiu novos aumentos desses subsídios. (YANNOPOULOS, 1986, p. 3-4). *Tradução nossa*

3.4 Os Programas Integrados do Mediterrâneo, 1985-1992

Após a integração grega e com a vitória eleitoral do Partido Socialista Grego (PASOK), em outubro de 1981, o novo governo de Andréas Papandreou que tinha feito campanha contra o Mercado Comum, submeteu uma renegociação nos termos da adesão do país à CEE. Dentre as suas demandas destaca-se a criação de um estatuto especial que concederia maiores subsídios ao país. A interpretação do PASOK para o processo de integração apontava que o estreitamento com o ocidente consolidaria um papel periférico para o país, tornando-o apenas um satélite dentro do sistema capitalista. Interessante notar que os termos da adesão foram assinados pelo governo de Karamanlis, que possuía uma visão mais otimista do liberalismo econômico.

Em 1982, a Grécia submeteu um Memorandum para a Comissão da CEE exigindo uma renegociação nos termos de adesão, especificamente sobre a organização do Mercado Interno.

⁴³ Dados da OCDE mostram que ao longo de 1981-85 houve momentos de queda nas reservas de governo, sendo o ano de 1982 o mais expressivo (916.10 Milhões de dracmas, com recuperação a partir de 1986, quando o fundo totalizava 2007.00 Milhões de dracmas) OECD (2018), Government reserves (indicator). doi: 10.1787/1edb11ee-en (Accessed on 06 September 2018) OECD (2018), Government reserves (indicator). doi: 10.1787/1edb11ee-en (Accessed on 06 September 2018)

A resposta da Comissão sobre o Memorandum do governo grego apontou o reconhecimento de que na economia grega manifestavam-se aspectos de subdesenvolvimento os quais a Comunidade não poderia se responsabilizar, já que todos os países-membros possuiriam, em diferentes graus, dificuldades com as crises econômicas.

A Comissão não se responsabilizava pelo desenvolvimento de um país-membro. O seu papel seria atuar como *backup* nos esforços nacionais. Entretanto, a análise favorável da Comissão para as demandas do governo grego visava atender o que havia de concreto e viável dentro das exigências (*Commission Communication to the Council on the Greek Government Memorandum*, 1982, p.2). No anexo do documento de resposta da Comissão ao governo grego estão listadas as principais exigências seguidas das observações e das ações a serem empregadas.

Dentro das primeiras renegociações, o parecer da Comissão sobre o Memorandum de 1982 descrevia um conjunto de pacotes de incentivo estrutural e que seriam mais tarde transformados nos Programas Integrados do Mediterrâneo (PIMs). Buscava-se descentralizar os investimentos e ampliá-los para toda a região das ilhas gregas diversificando as atividades econômicas pela criação de postos de trabalho que o documento chama de produtivos. Nesse sentido houve forte apelo para o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), que deveria ainda contribuir para a modernização e ampliação da infraestrutura dos transportes no país.

Uma outra demanda do governo grego foi para um auxílio no financiamento técnico para aplicação de projetos de melhoramento das áreas de plantio. A resposta da Comissão garantia que o BEI asseguraria empréstimos desse tipo, e que a Grécia não tinha feito nenhuma submissão de crédito para financiamento dos projetos citados anteriormente. Entretanto encontramos uma contradição. Ora, como exposto no anexo VIII do documento de adesão, a Grécia não poderia solicitar empréstimos pelo menos até 1985, talvez resida aí a razão de o país ter elaborado outra estratégia para obtenção de recursos para investimentos.

O Memorandum se tornou a base de negociação entre a Grécia e a CEE e nesse sentido o governo de Papandreou aplicou esforços que garantiriam a possibilidade para a execução dos Programas Integrados do Mediterrâneo (PIMs), considerados muito mais significativos pois garantiram fundos adicionais buscando reformas no formato da política de desenvolvimento regional grega (GÜRZEL, 2004, p.25).

A instauração dos programas especificados no artigo 11º do Regulamento (CEE) nº 2088/85 específica que os montantes orçamentais anuais dos fundos seriam previstos ao longo do período de 1986 a 1992, a data limite das autorizações seria até 31 de dezembro de 1993.

Esse prazo de sete anos respeitava o interesse original das autoridades regionais que elaboraram os termos dos programas e conseqüentemente submissão para a Comissão. Esta por sua vez aprovou com alguns cortes orçamentais, alegando que não havia fundos comunitários suficientes, o que elevou o estímulo de países como a Grécia a recorrer aos empréstimos oferecidos pelo BEI a partir de 1985.

Em 1985 criaram-se os Programas Integrados do Mediterrâneo (PIMs), uma proposta de aplicação de 3% do PIB da Grécia na modernização estrutural do país. O Regulamento CEE nº 2088/85 do Conselho de 23 de julho de 1985, relativo aos Programas Integrados Mediterrânicos, afirma que os mesmos objetivavam uma melhoria expansiva das estruturas sociais e econômicas de regiões meridionais da comunidade.

Essas ações já vinham sendo esboçadas a partir do parecer sobre o Memorandum de 1982 do primeiro-ministro grego, Andreas Papandreu, que implicaram nos planos pilotos de 1983 visando desenvolver a região grega de maneira integrada.

A formulação dos PIMs de 1985 incluíam ajudas à região do sul da França e à Itália como forma de manter os benefícios de competitividade destes países após as alterações que resultariam a conclusão da adesão dos países Ibéricos à CEE.⁴⁴ As ações analisadas partiam do relatório especial nº 4/90 do Tribunal de Contas da CEE com observações e repostas da Comissão ao período de execução das políticas estruturais.

Em termos de longo prazo, é um período de análise muito curto, entretanto o documento nos permite observar e dimensionar algumas ações efetivas tal como mensurar os graus de transferências e empréstimos realizados, expor os agentes financeiros e os instrumentos utilizados na execução dos programas, mostra ainda para qual setor os recursos seriam realocados e como isso estaria relacionado com as diretrizes do tratado de adesão da Grécia, bem como o seu papel no bloco econômico.

Nos termos propostos pelo regulamento dos programas de desenvolvimento (PIMs), as modificações objetivadas deveriam ser executadas ao longo de sete anos (1985-1992). Estas se referiam a investimentos nos setores produtivos, agricultura, indústria e serviços. A construção e melhoria de infraestruturas, construção ou melhoramento de vias e estradas, manutenção de portos, modernização do setor agrícola, bem como a valorização dos recursos humanos traduzidos em investimentos no ensino básico, técnico, tecnológico e superior. Entretanto essas ações trariam um grau de endividamento crescente para o Estado.

⁴⁴ Interessante notar que à época os primeiros-ministros Andreas Papandreu e Bettino Craxi tanto da Grécia quanto da Itália e o presidente Francês, François Mitterrand, faziam parte dos respectivos partidos socialistas, de cunho progressista, em cada país.

A contribuição financeira comunitária para a realização dos PIMs pode ser resumida nas três origens a seguir:

- Os recursos viriam dos fundos estruturais de investimento e o discurso oficial era que geraria desenvolvimento com a criação de empregos, pesquisa e inovação tecnológica. Os fundos eram o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo Social Europeu, Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola num total de 2 500 mil ecu;⁴⁵
- Uma contribuição orçamental adicional de 1 600 mil ecu concedida por rubrica orçamental especial;⁴⁶
- Possibilidade de empréstimos do Banco Europeu de Investimentos (BEI), previsto em até 2 500 mil ecu.

Dos 4.100 mil ecu de recursos orçamentais, 2.000 mil ecu deveriam ser concedidos à Grécia, pouco menos da metade do montante total. Buscava-se com esses incentivos criar um ambiente para o desenvolvimento nacional englobando todos os setores da atividade econômica ampliando a eficácia do desempenho econômico dos países (Relatório Especial N° 4/90 do Tribunal de Contas (90/C 298/01), p. 2).

A principal característica dos PIMs é uma abordagem programada e plurianual das intervenções nacionais e comunitárias nas regiões em causa, que se traduz pela elaboração de programas de desenvolvimento formados por ações interdependentes e complementares relativas ao conjunto dos sectores de atividade econômica. A intenção é estimular a integração de um conjunto de meios nacionais e comunitários aplicados, com vista a aumentar a sua eficácia. (ibidem, p. 2)

A taxa de intervenção comunitária no financiamento dos pacotes PIMs não poderia ultrapassar 70% do custo total do orçamento da ação. No entanto, havia a previsão de uma exceção para o caso grego. Para este país, o documento de análise do Tribunal afirma que deveriam ser priorizados, os casos de financiamento de infraestruturas que apresentassem um interesse “especial”, e que se beneficiassem de financiamento parcial através de empréstimos.

Ou seja, esse interesse especial estaria ligado à instalação de empresas estrangeiras com atração de capital externo que, por um lado geraria empregos diretos mas que, por outro lado, levaria ao endividamento do Estado, e escoamento de divisas nacionais. Adicionalmente,

⁴⁵ European Currency Unity- Unidade de Conta Europeia. Foi um mecanismo de cestas monetárias em que todas estavam ligadas de forma que nenhuma taxa de câmbio bilateral pudesse variar mais do que 2,25% em relação às outras moedas.

⁴⁶ É uma verba prevista como despesa em orçamentos públicos e destinada a significados específicos, como no caso o financiamento de projetos de investimento em modernização da infraestrutura.

priorizar financiamentos que façam uso de dinheiro emprestado aprofunda a situação das despesas do governo.

No caso da França e Itália, a intervenção comunitária não podia exceder em mais de 10% os valores máximos aplicados pelo fundo. Essa margem de contribuição adicional generosa para a Grécia investir em infraestruturas possibilitou, através da análise de vasta documentação, atestar quais foram esses setores de interesse como mostraremos mais à frente.

Tabela 3.10: Situação geral das decisões PIM em 31 de dezembro de 1989, dados selecionados.

Região: Grécia	Data de contrato PIM	Custos totais previstos (Mil ECU)	Contribuição comunitária prevista (Mil ECU)	Empréstimos previstos BEI (Mil ECU)
Creta	02/09/86	494,6	253,7	109,7
Tec. da informação na Grécia	21/10/87	134,2	88,8	6,4
Oeste e Peloponeso	23/10/87	658,3	376,1	113,5
Norte	22/10/87	868,6	474,7	131,4
Mar Egeu	11/12/87	410,1	227,6	82,7
Ática	xxxxxx	407,9	223,1	74,0
Centro e Leste	xxxxxx	632,0	343,6	133,2

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponíveis no Relatório Especial Nº 4/90 do Tribunal de Contas da União Europeia (90/C 298/01).

Os empréstimos a serem concedidos pelo BEI foram estipulados em 2 500 mil ecu ao longo de sete anos (1985-1992), pelo artigo 10º da Regulamentação (CEE) Nº 2088/85. A previsão do uso do crédito dos PIMs gregos foi de previsões globais, ou seja, pacotes de financiamento integrados, nos quais foram incluídos os planos de financiamento, estes planos compunham a parte dos programas a serem financiados pelas instituições responsáveis por conceder empréstimos aos fundos. Empréstimos realizados por organizações supranacionais, o que implica que os países submetidos a este regime não teriam força de contestação para mudar quaisquer termos empregados na hora das entidades cobrarem a dívida.

[...] No que se refere aos PIMs franceses e italianos, pelo contrário, as previsões de empréstimos figuram unicamente como montantes globais, não incluídos nos planos de financiamento, não existindo relação entre o custo de cada programa e a parte a financiar pelos empréstimos, e não estando o benefício destes últimos limitado aos projetos cobertos pelo pacote global do programa. (Relatório Especial Nº 4/90 do Tribunal de Contas (90/C 298/01), p. 8).

A Comissão, presidida à época por Jacques Delors e sua equipe, responsável por empregar uma nova formulação na estrutura política através dos “pacotes Delors” e também

pelos esforços que levaram à assinatura do Ato Único, apresentou a previsão de utilização dos empréstimos globais de 1542 milhões ecu dos quais 180 mil ecu para a França, 655 mil ecu para a Grécia e 707 mil ecu para a Itália.

A inclusão, mesmo ocasional, dos empréstimos nos programas reveste-se de carácter formal e não se traduz por um método comum na elaboração dos respectivos critérios de concessão das contribuições e dos empréstimos, nem na procura de fórmulas que incluam a melhor combinação das duas fontes de financiamento. (Relatório Especial N° 4/90 do Tribunal de Contas (90/C 298/01), p. 8).

Objetivou-se na elaboração dos PIMs que houvesse uma condução que reunisse todas as formas de financiamento para que este dinheiro fosse usado em conjunto, melhorando as capacidades de investimento. Os PIMs poderiam ter dado ocasião a uma melhor integração e aproximação entre os órgãos de gestão desses fundos, unindo contribuições comunitárias e empréstimos, mas na realidade não se registrou nenhum progresso quanto a isso.

Empréstimos globais, por exemplo, são um mecanismo desenvolvido pelo Banco Mundial e aplicado pelo BEI desde a década de 1980 e consiste em um empréstimo feito para um intermediário financeiro que pode ser uma empresa ou um país. Este, por sua vez, fornece a quantia equivalente de financiamento a seus clientes menores: os beneficiários finais. O intermediário financeiro assume todo o risco de crédito com os beneficiários finais e é responsável por identificar os clientes, avaliar e aprovar suas solicitações de crédito, desembolsar os recursos e monitorar a remuneração e os pagamentos, tal como a prestação de serviços. Tais informações estão disponíveis no documento *Evaluation of SME Global Loans in the Enlarged Union* de 2005.

Muitos empréstimos acabaram sendo concedidos visando os parâmetros já existentes dos empréstimos globais. As programações financeiras dos custos e de contribuição foram formuladas de maneiras heterogêneas para os três países. O que o documento chama de uma “maior contribuição” para a Grécia pode ser traduzido em endividamento futuro crescente.

Os PIMs gregos receberam desde o início uma contribuição para todo o período; as medidas apenas foram, contudo, especificadas para os anos 1986-88 (1985-1987 no caso de Creta), o que implicou a exigência de uma revisão para os anos seguintes; essa revisão se verificou igualmente em 1989, tendo-se traduzido por uma contribuição adicional de 159,2 mil ecu. (Relatório Especial N° 4/90 do Tribunal de Contas (90/C 298/01), p. 4).

Os PIMs foram subdivididos em cerca de cinquenta medidas, englobadas em vários subprogramas que correspondiam às operações de reformas da agricultura, do turismo, da indústria e artesanato, e das obras de infraestrutura necessária para a instalação de empresas de capital estrangeiro ou multinacionais.

Adicionalmente, os PIMs foram elaborados por autoridades regionais designadas por cada Estado-Membro – apesar de o Relatório não especificar quais seriam os critérios para essa escolha. O objetivo foi descentralizar a elaboração desses projetos de investimento tornando estas ações interdependentes com vistas a evitar desvios, entretanto, isso contribuiu também para uma maior dificuldade com relação a fiscalização por tornar o processo muito subdividido. Depois de prontos, o Conselho solicitou a submissão dos PIMs a análise do Comitê Econômico e Social, presidido à época por Gerd Muhr, que publicou em 29 de julho de 1985 no Jornal Oficial das Comunidades Europeias, parecer relativo aos programas.

O presidente do Comitê destacou que um projeto determinado para o período de sete anos seria muito extenso (mas, por fim, acabou se mantendo), recomendou que seria mais efetiva a apresentação de relatórios anuais com revisões orçamentais à luz da situação financeira da Comunidade a cada início de ano. O Comitê salientou também a necessidade urgente de fiscalização e acompanhamento das autoridades locais e grupos empresariais no que tange o comprometimento com os planos de cooperação para a efetiva aplicação dos recursos. Outra importante recomendação adicional foi a promoção do desenvolvimento das regiões do mediterrâneo através da criação e do incentivo a instalação de pequenas e médias empresas.

Nesse sentido, para cada medida foi projetado um custo total para o programa distribuído anualmente, e os instrumentos que financiaram esse projeto advinham dos montantes de custeio do fundo comunitário e financiamento público nacional (endividamento através de empréstimos). Adicionalmente, a formulação dos PIMs contou com uma previsão de auxílio extra apontado no relatório como rubrica orçamental 551 que poderia ser usada separadamente ou em conjunto com os outros fundos mencionados. Uma rubrica é um plano de operação expresso em termos financeiros ou outros recursos de financiamento destinados para um período específico, ou seja, uma despesa adicional planejada para assegurar que os projetos de desenvolvimento poderiam se realizar ou não.

Segundo as fontes de financiamento as contribuições comunitárias previstas nos programas encontravam-se repartidas como se descreve na tabela 3.11.

Tabela 3.11: Contribuição orçamental por órgão, 1989 em milhões ECU

PIM	Feder	FEOGA Orientação	Fundo social	Pesca	Total	Rubrica 551	Total Geral
França	233,4	1140,2	122,0	7,6	503,2	279,4	782,6
Grécia	798,6	282,0	102,0	2,5	1 185,1	802,5	1987,6
Itália	291,8	253,9	92,6	17,4	655,7	353,9	1009,6
Total	1323,8	676,1	316,6	27,5	2344,0	1435,8	3779,8

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponíveis no Relatório Especial N° 4/90 do Tribunal de Contas (90/C 298/01).

Cada fundo tinha sua autonomia no âmbito das regras e condições de financiamento, o que implicou que os repasses estariam provavelmente condicionados a áreas de maior interesse e retornos econômicos. O Regulamento (CEE) n° 2088/85 dispõe no seu artigo 3° essa diretiva. Isso inclui as cobranças também. As áreas de interesse do BEI, por exemplo, estão relacionadas a pesquisa e inovação, desenvolvimento de pequenas e médias empresas e obras de infraestrutura.

Nessas condições foi salvaguardado que as organizações supranacionais (BEI, FEDER, FEOGA) que financiaram os fundos para a execução dos PIMs mantivessem total autonomia de funcionamento dos seus diversos instrumentos financeiros, ou seja, os países que recebessem os repasses teriam que cumprir quaisquer ordenamentos e parâmetros destas organizações. A rubrica orçamental adicional 551 deveria ser executada para ampliar os aumentos em termos de recursos destinados aos fundos estruturais durante o período de 1985-1992, tendo em vista regiões menos “prósperas” e prioritárias do mediterrâneo.

A Comissão considera que a « atenuação das condições exigidas para beneficiar das contribuições comunitárias » pode garantir a integração de acções que se completam e contribuem mais directamente para a realização de um objectivo. Assim, a Comissão e os seus parceiros constataram, por exemplo, que a diversificação das culturas agrícolas necessita, por vezes, da modernização das pequenas explorações agrícolas, bem como das acções de comercialização e de promoção não elegíveis a título do FEOGA-Orientação. (Relatório Especial N° 4/90 do Tribunal de Contas (90/C 298/01), p. 23).

A intervenção da rubrica orçamental adicional 551 permitiu neste caso otimizar a integração e as sinergias das medidas que contribuem para a realização dos objectivos de reconversão. (Relatório Especial N° 4/90 do Tribunal de Contas (90/C 298/01), p. 23).

O Relatório deixa bem claro que as contribuições dessa ferramenta adicional de financiamento permitiram uma maior integração ou complemento no que tange a execução dos objetivos de investimento nos países e que algumas instituições de financiamento estariam restritas a atuação em certos processos muito definidos. Daí a importância da utilização da rubrica.

Entretanto, algumas incoerências no que diz respeito à formulação dos projetos são explicitadas pelo Relatório:

É lamentável que as informações para cada um dos fundos sejam pouco homogêneas e insuficientemente repartidas por regiões para permitir uma comparação precisa das contribuições totais concedidas, antes e durante o período PIM, às diferentes regiões beneficiárias das intervenções com finalidade estrutural. A Comissão elaborou dados que publicou em anexo ao seu relatório PIM 1987, mas que são, contudo, demasiado incompletos para poderem servir de base de comparações válidas. (Relatório Especial Nº 4/90 do Tribunal de Contas (90/C 298/01), p. 6).

É, minimamente duvidoso que o presidente da Comissão, um cidadão francês, não tenha se atentado aos dados da França. É possível que esse silêncio estivesse acobertando prováveis fraudes e preferências no que tange as transferências de recursos para o segundo país mais poderoso dentro do bloco? As verificações mais precisas da evolução dos empréstimos podem ser encontradas para a Grécia e em parte para a Itália, países em que os PIMs cobriram uma parte ou a totalidade do seu território nacional.

Para esses dois países, a evolução das autorizações dos fundos estruturais comunitários (incluindo a rubrica 551) comparada à evolução correspondente para a comunidade dos outros Estados-Membros está apresentada na tabela 3.12.

Tabela 3.12: Evolução das autorizações dos fundos estruturais. Índice 1985= 100

Evolução das autorizações totais para:	1985	1986	1987	1988	1989
Grécia	100	90	109	132	187
Itália	100	92	107	105	107
Comunidade dos dez*	100	91	113	109	118

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponíveis no Relatório Especial Nº 4/90 do Tribunal de Contas (90/C 298/01). (*) Incluindo República Federal da Alemanha, França, Reino Unido, Dinamarca, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Bélgica, Países Baixos e a Grécia.

Nas regiões mediterrâneas em causa, especificamente o sul da França, Itália e Grécia, a instituição dos programas integrados não impediu, portanto, uma determinada estagnação do montante das ajudas financeiras com finalidade estrutural durante o período subsequente à expansão das comunidades. Isso decorreu por uma questão de financiamento e como o próprio documento expõe “falta de eficácia” no que tange os repasses.

Havia uma diferença⁴⁷ crescente nas autorizações e nos pagamentos o que na prática implicou que os montantes a serem pagos não se concretizavam na hora do repasse. O relatório aponta que esse descompasso contabilístico se deu em parte pelo mecanismo de autorização por frações anuais relativos às ações extra cotas.⁴⁸ Esse procedimento consistiu na elaboração de documentos financeiros que não consideraram todas as despesas relativas aos programas aprovados, apenas foram considerados as frações anuais desses programas a medida que iam sendo executados.

Entretanto, é muito mais crível interpretar que as esperanças manifestadas pelas autoridades regionais não correspondiam às realidades orçamentais que as autoridades financeiras estavam dispostas a repassar. O conjunto dos pedidos de investimento traduzidos nos Programas Integrados apresentados pelos países (Grécia, França e Itália) inicialmente, previam uma despesa total de 14.246 mil ecu e uma contribuição orçamental da Comunidade de 6.112 mil ecu, ao passo que o Regulamento (CEE) n°2088 do ano de 1985 fizera uma avaliação de 4.100 mil ecu. Foi, portanto, necessário redimensionar as propostas apresentadas. A tabela 3.13 mostra o descompasso entre as autorizações previstas e os repasses que foram realizados para 31 de dezembro de 1989:

Tabela 3.13: Repasses financeiros por órgão, 1989 em mil ECU

PIM	Feder	FEOGA Orientação	Fundo social	Pesca	Rubrica 551	Total Geral
Autorizações	562,2	221,9	177,0	6,0	579,8	1546,9
Pagamentos	356,4	147,1	105,8	1,0	339,6	949,9
Diferença (%)	63,39%	66,29%	59,77%	16,66%	58,57%	61,40%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponíveis no Relatório Especial N° 4/90 do Tribunal de Contas (90/C 298/13).

Por conseguinte, era necessário reformular os valores apresentados cortando ao máximo a proposta inicial. No caso da Itália, por exemplo, a proposta de pedido de auxílio comunitário foi inicialmente de 5.000 mil ecu, e após a comunicação à Comissão, o valor foi reduzido pela metade. No caso da Grécia, essas autorizações receberam um grande estímulo como apontado na tabela 3.12.

⁴⁷ Isso aparece no documento de maneira despercebida e portanto é preciso ter noção que a diferenciação entre autorizações (promessa de repasse que poderia ser efetivada ou sofrer alguma redução pela Comissão) e pagamentos ou repasses que se efetivavam de fato.

⁴⁸ Relatório especial do Tribunal de Contas da União Europeia sobre as ações comunitárias específicas extra quota, JO C 262 de 20.10.1986, p. 1, pontos 2.11 a 2.13.

Isso decorre da própria maneira que os programas foram elaborados, segundo o Relatório Especial do Tribunal de Contas, estes foram pensados de maneira pouco realista com relação as reais possibilidades orçamentais. Havia ainda um problema em relação a questão de falta de pessoal para a análise simultânea de 29 PIMs que foram encaminhados para a Comissão.

A complexidade dos trabalhos de análise e de instrução tiveram como efeito aumentar a duração dos procedimentos de aprovação do PIM. Uma das estratégias para diminuir a demora na aprovação e repasse dos recursos comunitários foi a intensificação burocrática na assinatura das deliberações. As diversas propostas foram apresentadas à Comissão pelos Estados-Membros antes do final de 1986, entretanto as decisões de aprovação e assinatura dos contratos distribuíram-se em seguida ao longo de dois anos, até novembro de 1988.

Essa mobilização buscou evitar atrasos no repasse, entretanto pressionaram os países a realizar projetos menos dependentes do financiamento comunitário, ou seja, estimulou os empréstimos advindos de instituições financiadoras de cunho supranacional que aparentemente eram menos burocratizadas. A diferença está que fundos advindos das ajudas comunitárias são entendidos como repasses ou transferências, já empréstimos estão baseados em endividamento dos Estados.

Algumas demandas que deveriam ter recebido maior atenção na elaboração dos PIMs acabaram por ser ignoradas e nesse momento, abandonadas. Foi o caso, no domínio agrícola, das indenizações compensatórias para as zonas de montanha ou outras regiões desfavorecidas que visavam contribuir para a manutenção da paisagem rural, a conservação e a promoção da atividade agrícola nas zonas sujeitas a condicionantes naturais e outras questões específicas, diminuindo riscos de abandono que são resultados das condições naturais desfavoráveis inerentes à essas zonas e potenciando uma maior coesão territorial. Outro exemplo está no âmbito social do Regulamento (CEE) nº815/84 destinado a financiar centros médicos e de formação profissional na Grécia que foram deixados de lado.

As zonas beneficiárias de uma ação PIM continuaram a receber financiamentos não inclusos diretamente na abordagem integrada. Isso implicou que o financiamento externo dos limites prévios dos fundos comunitários, ajudas complementares já anteriormente previstas para o desenvolvimento de países recentemente integrados à CEE como foi o caso da Grécia, por vezes se configuraram enquanto operações muito superiores aos dos PIMs. Não raro, uma mesma operação ou uma mesma área de investimento (estradas, desenvolvimento de parques fabris, trabalhos hidráulicos, navegação) pôde se beneficiar de uma ajuda comunitária PIM e de uma ajuda comunitária tradicional (empréstimos, transferências do fundo comunitário).

A nível regional e local, os conceitos em matéria de interação e complementaridade das ajudas não se traduziram no plano operacional por finalidades claras e por prioridades. Na prática, a nível local, o objectivo da despesa (infraestruturas, investimentos industriais, investigação e inovação) é o visado pelo regime nacional elegível para a contribuição comunitária. Trata-se geralmente de objetivos sectoriais que, até ao presente, apenas foram ligeiramente influenciados pelo procedimento dos programas integrados. (Relatório Especial Nº 4/90 do Tribunal de Contas (90/C 298/01), p. 7).

Querer aumentar a interação e a complementaridade das ajudas é um objectivo ambicioso e, em numerosos casos, a sua realização implica uma evolução dos hábitos e mentalidades dos serviços de gestão. No estado actual das coisas, o processo permitiu uma melhor sensibilização quanto ao problema das interações, mas a sua tradução na prática continua limitada. (Relatório Especial Nº 4/90 do Tribunal de Contas (90/C 298/01), p. 7).

O intercâmbio de informações entre os serviços de gestão da Comissão quanto às ações piloto originárias foi praticamente nulo. A gestão dessas ações se condicionava cada vez mais à gestão das quantias da rubrica adicional especial. (Relatório Especial Nº 4/90 do Tribunal de Contas (90/C 298/01), p. 9.)

A comunidade procedeu a partir de 1983 e anos seguintes diversos estudos buscando produzir experiências acerca das operações experimentais e preparatórias para a implementação efetiva dos PIMs. As ações pilotos deveriam ser encerradas em 1985, tempo útil para as suas lições serem aproveitadas na elaboração e aplicação dos programas, entretanto:

Seja no plano de integração das intervenções, ou da obtenção dos dados por parte das diversas autoridades comunitárias, nacionais, regionais ou locais, da exatidão e do compartilhamento de informações, da duração e do respeito pelos procedimentos e pelos prazos, da complexidade do sistema de decisão, ou do sistema financeiro de adiantamentos, de reembolso e de cobertura de dificuldades que viriam a ganhar dimensões mais amplas ao longo do curso dos PIMs. Estas não foram eficientes. (Relatório Especial Nº 4/90 do Tribunal de Contas (90/C 298/01), p. 9).

Das 25 ações piloto, 16 ainda estavam por ser apuradas já no final de 1989 e as ações dadas por terminadas em 1988 e 1989 foram apuradas com base nas justificações fornecidas pelas autoridades regionais competentes. O Tribunal de Contas recebeu relatórios unicamente para o fundo da rubrica orçamental 550, a ação piloto foi encerrada sem que os relatórios competentes aos outros fundos fossem disponibilizados.

As informações necessárias quanto às realizações das diversas componentes da ação financiada para cada fundo não foram entregues. Tal procedimento constituiu a negação completa do carácter integrado da ação-piloto.

Essas dificuldades não conduziram, contudo, a qualquer melhoria das condições da gestão integrada, através da adoção em tempo útil das disposições necessárias e aos níveis adequados. As medidas a tomar a nível dos PIMs foram com demasiada frequência confiadas aos comités de acompanhamento, eles próprios desprovidos de verdadeiros meios de ação para modificar sensivelmente a situação. (Relatório Especial Nº 4/90 do Tribunal de Contas (90/C 298/01), p. 9).

Na Grécia, as investigações locais feitas pelo Tribunal de Contas apontaram casos de desvio de montantes que eram considerados pagos quando na realidade se tratava de adiantamentos saldados a uma autoridade portuária,⁴⁹ por exemplo, e que estavam por ser utilizados há mais de um ano no momento do controle, ou seja, o dinheiro chegava mas não era redistribuído nas ações de competência.

No caso de projetos de inovação, os custos foram considerados como despesas públicas para as quais deveria haver um reembolso de 70% que ficaria a cargo da Comunidade, ao passo que 30% dos encargos foram financiados pelas empresas privadas beneficiárias. (Relatório Especial N° 4/90 do Tribunal de Contas (90/C 298/01), p. 15).

Em vários casos de aplicação dos PIMs gregos, a título de custos de instalação e mais especificamente das despesas relativas às informações junto aos beneficiários finais, o relatório do Tribunal apresentou despesas indevidas como a compra de um emissor de rádio (3,9 mil DR), custos de reparação de automóveis (0,6 mil DR) e até concessões de subvenções.⁵⁰

Outro caso, como na Itália, o Relatório mostra uma despesa de investimento de 2000 mil libras italianas (LIT) que correspondia, na realidade a uma participação regional no capital social de um organismo buscando melhorar a sua estrutura financeira.

No caso dos PIMs franceses o Tribunal concluiu que as despesas indicadas como efetuadas no final de 1988 tinham na realidade sido calculadas pela Comissão que só disponibilizou números com base em porcentagens previstas permitindo que houvesse lacunas no controle, falta de documentação e silêncios quanto aos dados concretos do uso do dinheiro repassado.

As estratégias de desenvolvimento aplicadas à Grécia ao longo do período de vigência dos PIMs (1985-1992) estiveram baseadas em uma dispersão dos fundos disponíveis para pequenos projetos de infraestrutura em todo o país buscando ampliar ações de coesão regional. Este objetivo apoiou a atividade econômica nas áreas rurais, estradas, portos, obras de irrigação, sistema de abastecimentos de água e drenagem e de águas residuais. Projetos de infraestrutura que buscaram atrair investimentos estrangeiros com base no endividamento crescente do Estado. Não há menção na documentação analisada para algum tipo de investimento em massa

⁴⁹ No porto da cidade de Chania foi comprovado a retenção do montante de 20 Mil dracmas (DR) em 31 de dezembro de 1986, ao passo que na mesma data do ano seguinte este montante estava acumulado em 29,2 Mil dracmas.

⁵⁰ É um auxílio pecuniário, em geral concedido pelo poder público. É uma modalidade de transferência de recursos financeiros públicos, para instituições privadas e públicas, de caráter assistencial, sem fins lucrativos, com o objetivo de cobrir despesas de seus custeios

na formação educacional de base, técnica ou superior. Muito menos o desenvolvimento do parque fabril industrial nacional.

A opção pela adesão ao comércio integrado não permitiu que se houvesse algum estímulo para o desenvolvimento de manufaturas e formação de um mercado consumidor ativo em solo helênico. As potencialidades de uso da terra, trabalho e capital interno não foram aproveitadas para o bem nacional.

Não houve no período qualquer estímulo a um surto industrial ou fomento para a complexidade da pauta interna, o que estimularia independência de importação de produtos externos e que permitiria que houvesse maior diversificação do trabalho e conseqüentemente menor concentração de renda, tornando o consumo e o contexto social mais horizontal.

4 ANÁLISE DE INDICADORES ECONÔMICOS DA GRÉCIA, 1969-2001

Neste capítulo analisamos alguns indicadores que nos permitem avaliar as mudanças na estrutura econômica grega. Assim, destacamos a composição setorial do PIB, o investimento, dados de emprego e desemprego, bem como a distribuição de renda e alguns indicadores sociais. Para facilitar a contextualização dos períodos são feitas inicialmente algumas considerações relativas a cada um dos intervalos temporais utilizados na análise quantitativa posterior.

4.1 Antecedentes e o Processo de Adesão, algumas considerações

O Tratado de Maastricht ou Tratado da União Europeia, foi assinado em 7 de fevereiro de 1992 em Maastricht, nos Países Baixos. Contou com as assinaturas dos 12 países integrantes do bloco.

O objetivo era assinalar uma nova fase no processo de integração da Europa iniciada com a formulação da Comunidade Econômica Europeia. Deixando bem claro o interesse em reforçar o caráter “democrático” e a eficácia das instituições ocidentais a fim de aprofundar o quadro institucional já estabelecido no qual cada país continuaria desempenhando os papéis já definidos previamente dentro do bloco. As reformas buscavam assegurar as mesmas posições de liderança já estabelecidas na CEE.

Ademais, instituir reformas para forçar uma convergência compulsória da estrutura das economias dos Estados-Membros para que fosse possível a aplicação de uma União Econômica e Monetária (UEM), incluindo uma moeda única e estável. A adoção de uma política macroeconômica regional acompanhada do uso de uma moeda comum concluiria o modelo das fases de integração (NUNES & PREVIDELLI, 2018).

O tratado se comprometeu ainda com a facilitação da circulação de pessoas pela instituição de uma cidadania europeia única. Para os empresários isso poderia servir para baratear a mão de obra e para os indivíduos, uma chance de serem inseridos em uma lógica de consumo, mesmo que de maneira precária, baseada em crédito em vez de aumento do rendimento real.

Outra questão patente foi a execução de uma política externa de Segurança Comum buscando salvaguardar a “identidade europeia”, o que se traduz pelo constante risco de ondas imigratórias de regiões de conflito que circundam próximo aos Bálcãs.

Nesse sentido, a Grécia, como uma das portas de entrada do continente pelo Mediterrâneo, deveria receber mais atenção pela questão geopolítica. Essa posição tem afetado o próprio desenvolvimento do país.

Após a invasão da Turquia ao Chipre, em 1974, as autoridades de condução da política externa do país desacreditaram das possibilidades de ajuda da OTAN e passaram a reposicionar a sua estratégia de defesa das fronteiras. A Grécia passou a ser um dos países com os gastos mais elevados em armamentos e defesa de fronteira, no que diz respeito à porcentagem do PIB entre os países-membros da OTAN.

Segundo Pedaliu (2016), a partir de 1974, o país gastou quase o dobro em defesa em relação a outros países da CEE. Os gastos chegaram a 6% do PIB nas décadas de 1970-80 e 3% na primeira década do século XIX (PEDALIU, 2016, p. 8). O autor defende a tese de que a entrada da Grécia na Comunidade Econômica Europeia teve muito mais a ver com o contexto de tensão gestada pela Guerra Fria do que propriamente uma iniciativa benéfica das economias centrais da Europa no âmbito do desenvolvimento do país.

Isso é fácil de atestar pelo fato de que os principais beneficiários da instabilidade nas fronteiras gregas foram os aliados da OTAN e da CEE, em particular a Alemanha que exportou pouco menos de 15% de seus produtos militares para a Grécia, acompanhado das exportações francesas dos mesmos produtos que beiraram 10% em seu total.

A Grécia comprou ainda submarinos das empresas Siemens, Daimler e Ferrostaal/Rheinmetall (ambas alemãs) (PEEDALIU, 2016, p. 9). No caso da Ferrostaal, houve superfaturamento de um contrato pelo Ministro grego da defesa, Akis Tsochadzopoulos (1996-2001). O contrato previa uma despesa de 1,26 bilhões de euros ao passo que foram pagos 120 milhões de euros.

Adicionalmente ao que o autor aponta, acreditamos que esse interesse também se deu pela possibilidade das potências centrais em expandir o seu mercado consumidor, tal qual erguer relações comerciais assimétricas com um país exportador de insumos primários, altamente necessários para as indústrias de transformação sediadas nos países ricos do bloco.

A composição da equipe do governo grego que assinou os termos do tratado da União Europeia (UE), foi composta por Konstantinos Karamanlís, presidente; Antônio Samaras, Ministro da Economia e o Primeiro-Ministro Konstantinos Mitsotákis que ficou no cargo até 13 de outubro, sendo sucedido por Andreas Papandreou.

Como pano de fundo, temos o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a possibilidade da Europa Central cooptar novos satélites em meio a oferta de uma proposta capitalista. Além disso, o processo de anexação da República Federal Alemã, reforçou o crescimento e consolidação da opção capitalista para toda a Europa.

Segundo Soares (2016) em sua obra, *Euro: e se a Alemanha sair primeiro?* na qual buscou compreender o processo de superação dos antagonismos ancestrais protagonizados pelas potências do antigo continente pensando o processo de construção da União Europeia como a instituição de uma ideia de cidadania comum do indivíduo europeu. Este, não deveria mais se ver como um cidadão unicamente nacional, mas como um cidadão europeu, transcendente das barreiras regionais delimitadoras do âmbito espacial. O “espírito” unificador europeu aparece como uma tentativa de recuperação da concepção da antiguidade clássica grega da “*koinonia politikē*”, a integração comunitária, a busca por um futuro comum.

No entanto, este projeto de construção europeia se daria, a um nível interno, como um processo cravejado de espinhos, com sucessivas crises econômicas, políticas, quando mesmo existenciais e identitárias

A construção desse projeto de maior estreitamento entre as economias da Europa central se deu ainda por um alinhamento político entre França e RFA que vinha se desenhando com a ascensão de duas figuras europeístas, o presidente François Mitterrand (1982) e o chanceler Helmut Kohl (1982), respectivamente. Outrossim, em 1985 posicionou-se a frente da Comissão da CEE, Jacques Delors, responsável pelos pacotes Delors de reforma estrutural e máximo arrojo que a ortodoxia econômica pode representar.

As várias tentativas de integração de um regime cambial para o mercado comum europeu já estavam sendo ensaiadas desde a década de 1970 e 1980 com o fim de Bretton Woods. Tais estratégias são apontadas como movimentos genitivos que seguiam um sentido único de formação de uma política econômica comum que teve a sua certidão de nascimento assinada a partir dos acordos de Maastricht em 1992.

A união monetária se tornou aspecto de discussão apenas em âmbito da disputa por poder nos projetos de uma Europa “unificada”, nesse sentido, o projeto que se apresentou hegemônico foi o alemão.

A RFA atuou com grande reserva ao processo de elaboração da união econômica e monetária desde o processo de criação, nesse sentido, a sua estratégia foi a busca pela determinação dos contornos fundamentais do funcionamento da moeda única, a sua proposta foi apresentada como única efetiva, coisa em que foi totalmente bem-sucedida.

A versão de uma determinada visão ou intensão que é apresentada como verdade é explicada como produto de várias coerções causadoras de efeitos regulamentados de poder. Essa “verdade” é produzida com interesses de dominação, seja por projetos de nação ou através de práticas políticas e econômicas em uma sociedade capitalista (FOUCAULT, 1979, p.12).

O jogo de poderes entre os principais atores políticos que conduziram o processo de integração europeia (França e Alemanha) buscaram, aos seus moldes, salvaguardar nos interesses da criação Zona do Euro e do Mercado Comum irrestrito, anseios que se confundiram ao mesmo tempo, com seus próprios objetivos de soberania.

A perspectiva de uma União Europeia teve seu caminho preparado com sucessivas propostas, com raízes a partir de 1975, com o relatório de Tindemans, relativo a uma união política europeia; Declaração de Stuttgart, de 1983, onde se proclamou a necessidade de uma edificação progressiva da União Europeia visando reforçar e prosseguir adicionando novas diretrizes às já consolidadas nos tratados de Paris e Roma, se preocupando com aspectos do Sistema Monetário Europeu e da Política Comercial Comum. E o também importante projeto Spinelli de 1984, sob a forma de um projeto de tratado sobre a UE.

No relatório de Tindemans, se previa uma reorganização profunda onde se dissolveria as três Comunidades Europeias existentes (CEE, CECA, EURATOM). Apenas fariam parte da UE os Estados que acatassem as novas regras. Preparando território para uma união monetária e política.

O Conselho Europeu passaria agora a compor, de maneira integrada, as instituições europeias. O presidente da Comissão passou então a ser nomeado pelo Conselho. O poder legislativo seria executado em partilha pelo Conselho e pelo Parlamento. O Tribunal de Justiça suplantaria os supremos tribunais nacionais, sendo última e derradeira instância deliberativa.

Neste novo projeto não mais se consideraria particularidades dos Estados-Membros (se é que em algum momento houve) o uso da categoria União, como o próprio discurso de Spinelli apontou, se daria com o intuito de pôr fim à pluralidade das Comunidades, cooperação, sistema monetário, colocando o processo como um todo unificado e uníssono.

Os termos da UEM foram redigidos sob a base do Relatório Delors. O relatório foi dividido em três etapas seguindo um cronograma progressivo das modificações:

- 1ª fase, início 1 de julho de 1990: liberalização total dos movimentos de capitais; Interligação entre os Bancos Centrais dos Estados-Membros; livre utilização da ecu, unidade de conta que precedeu o euro; aumento da convergência ou simetria econômica entre os Estados-Membros.

- 2ª fase, início 1 de janeiro de 1994: criação do Instituto Monetário Europeu (IME); proibição do financiamento do setor público pelos Bancos Centrais; maior coordenação das políticas monetárias; reforço da convergência econômica; incremento do processo de desnacionalização da soberania dos Bancos Centrais que seria concluído com a instituição do Sistema Europeu de Bancos Centrais.
- 3ª fase, início 1 de janeiro de 1999: fixação irrevogável das taxas de câmbio; introdução do euro; condução de uma política monetária única pelo Sistema Europeu de Bancos Centrais; novo mecanismo de taxa de câmbio entre os países da União Europeia o MTCII que é um dos critérios de convergência para adoção do euro para a moeda de cada Estado-Membro. Se estabelece uma margem de flutuação de até 15% em relação à uma taxa de paridade frente ao euro que é sustentada por intervenções diretas e ilimitadas pelo Banco Central Europeu (BCE) e os Bancos Centrais dos países-membros; entrada em vigor do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), com o objetivo de incrementar o controle fiscal para o crescimento e estabilidade macroeconômica do projeto franco-alemão. (Relatório Spinelli, 1984; SILVA, 2010).

O Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) constituiu severas regras quanto aos limites para o déficit orçamental e para a dívida pública, estes deveriam se restringir em até 3% e 60% do PIB respectivamente.

No caso desses valores serem ultrapassados, a UE interviria com aplicações de sanções caso fosse determinado que a instabilidade se deu por um equívoco de gestão ou com a prestação de assistência financeira comunitária se as dificuldades escapassem às possibilidades de controle do Estado (SILVA, 2010). Essas possíveis sanções seriam aplicadas pelo Conselho de Ministros das Finanças- ECOFIN- órgão de fiscalização.

Mesmo com a adesão da PEC, os governantes poderiam ter o interesse em se perpetuar no poder, buscando incrementar sua popularidade apelando para ações de crescimento econômico que não respeitassem os limites do Pacto. No caso da formação política grega, altamente baseada em uma espécie de clientelismo mediterrâneo (KOUSOULAS, 1967; MUNN, 1980; PEDALIU, 2016) essa tática se mostrou historicamente muito mais do que possível.

Ademais, esse aspecto por si só não explica a totalidade do processo. Entretanto, isso não nos parece ter sido um *insight* exclusivo dos governantes do país helênico. A diferença está

no equilíbrio das forças de poder para se impor dentro do bloco, dado que a própria inserção dos países se deu em modos assimétricos.

Em 1998, o Conselho Europeu aprovou 11 Estados-Membros que poderiam adotar a nova moeda; Bélgica, Alemanha, Irlanda, Espanha, França, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Áustria, Portugal e Finlândia (PREVIDELLI, 2015, p. 52).

Dinamarca e Grã-Bretanha preferiram manter suas moedas nacionais. A Zona do Euro (ZE), passou a ter uma face definida. O BCE, passou a operar no âmbito das taxas de conversão entre o euro e as moedas nacionais. A Grécia só viria a aderir à moeda única a partir de janeiro de 2001.

Dois aspectos seriam fundamentais para assegurar a materialidade do novo projeto europeu: a estabilidade do Mercado Comum baseado no livre movimento de bens, capital, serviços e trabalho; adicionalmente, a realização da União Econômica e Monetária (UEM). As reformas exigidas no Tratado de Maastricht exibiam ainda um outro sentido muito representativo do que seria essa nova etapa como apontado por P. MC Giffen (2005), que implicaria na transferência dos poderes de soberania nacional para instituições supranacionais simbolizadas em uma política externa e de segurança comum aliada à uma política de justiça e assuntos internos isonômica para todos os países da UE.

4.2 Contextualização do Período de 1991-2001

A agenda do governo do Primeiro-Ministro Andreas Papandreou que governou de 1981-1989 e depois de 1993 até 17 de janeiro de 1996, ano em que viria a falecer, buscou seguir um posicionamento que incidiu sobre as diferenças entre os objetivos políticos da Grécia e dos países da CEE/UE (ainda era muito forte uma discussão nesse período na adoção de um regime propriamente federalista entre os Estados-Membros). O governo do Primeiro-Ministro grego aplicou uma política inicial antieuropeia e antiocidental buscando assegurar interesses nacionalistas frente às diretrizes do bloco e à política externa comum. Processo que começou a ser revertido com a plena aplicação dos Programas Integrados do Mediterrâneo.

De 1986 até 1993, os PIMs foram aplicados com o intuito de criar um ambiente estrutural para efetivação de projetos menores, de cunho regional. No ano de 1988, houve um processo de reforma estrutural nos fundos de financiamento desses projetos dentro da UE,

redirecionando maiores responsabilidades e intercomunicação entre as autoridades regionais e nacionais buscando evitar quaisquer tipos de fraudes ou desvios.

Durante o período de 1994-99, a condução dos programas buscou dar mais ênfase a projetos de infraestrutura nacional e de ligação da Grécia a outros países-membros da UE, um exemplo interessante foi a criação da rodovia que ligava Patra-Athenas-Thessaloniki-Evzoni (PATHE) e Egnatia. Buscou-se melhorar as estruturas urbanas e a competitividade do país, com reformas nos portos e investimento em vias para transporte.

Durante este período, a melhoria global na economia, os ajustes macroeconômicos exigidos pela UE e as mudanças estruturais do fluxo advindo dos fundos, que foram remanejados para criação de um fundo de coesão,⁵¹ foram dando os caminhos para a preparação do país para sua entrada na União Econômica Monetária.⁵²

Entretanto, um episódio interessante já ao final da Guerra Fria em 1991 – que remete às disputas territoriais na Europa tal como as relações étnicas e identitárias – se refere ao uso do nome, pela Grécia para se referir à Antiga República Iugoslava, como “Antiga República Iugoslava da Macedônia”, esse nome acabou se cristalizando nos órgãos internacionais pelo argumento grego de que ao se referir simplesmente à Macedônia poderia suscitar reclamações territoriais em solo grego já que o termo se refere a uma região do seu domínio.

Essa disputa não foi bem-vista dentro da UE. A questão da Macedônia tornou a Grécia um membro ainda mais marginal. Jaques Delors, o presidente da Comissão Europeia nesse período, enviou uma carta a Andreas Papandreou avisando-o para pôr fim ao seu comportamento antiético em relação à Macedônia, afirmando que caso contrário, a Grécia seria levada ao Tribunal Europeu. Delors chegou a mencionar que ficaria feliz em ver a Grécia saindo da UE (GÜRZEL, 2004, p.24).

Essas ações demonstram o caráter de tensão e embate de interesses, o que dá margens interpretativas para pensar esse processo de integração como algo muito mais difuso e contraditório do que a documentação oficial induz a acreditar.

Segundo Pedaliu, as reformas que a Grécia aplicou para se encaixar nos critérios de convergência no âmbito da adesão do euro se mostraram superficiais e baseadas em um mecanismo de aplicação de curto prazo e com intenções eleitorais. Uma das razões estaria ligada à cultura política dos governantes e a continuidade dos repasses advindos do fundo de

⁵¹ Criado em 1994 com o intuito de reforçar a coesão econômica, social e territorial dos objetivos do bloco. Destinava-se a Estados-Membros com rendimento nacional bruto (RNB) por habitante inferior a 90% da média comunitária.

⁵² Conforme o Information Report. Preparado pelo Ministério Grego de Economia e Finanças, secretário-geral de Investimento e Desenvolvimento e Gerente Geral da Autoridade de Suporte à Comunidade, em 2005.

coesão que criava um ambiente de sustentação baseado em um endividamento público contínuo (PEDALIU, 2016, p.8).

Os dados mostram que o ambiente para o crescimento econômico estaria se montando e se consolidando a partir do ano de 1995. Nos dez anos que sucederam o período de 1995-2004, o PIB do país cresceu a uma taxa anual de 3,7%, significativamente superior em comparação à média da UE. Entretanto, esse crescimento acabou não se refletindo em melhoria de vida para as pessoas o que sugere uma ampliação das disparidades sociais.

4.3 Análise de indicadores no período de 1969-2001

A) Composição setorial do PIB na Grécia, 1969-2001

Pra proceder à análise da estrutura setorial produtiva da Grécia, inicialmente faremos a comparação entre o desempenho dos setores que compõe a riqueza de uma economia nacional, visando observar as alterações produtivas observando três movimentos: (I) O período de 1969-1978, que representa os antecedentes da adesão do país à Comunidade Econômica Europeia; (II) Os ajustes ao longo do período de adesão que vai 1979-1982 que inclui as reformas para entrada do país e o primeiro ano na CEE; e (III) a série que vai de 1984⁵³-2001, sendo subdividida em dois momentos 1984-1991 e 1993 a 2001, quando o país já está integrado no bloco, visando observar também as alterações a partir de 1992, dado a instituição da União Europeia e os ajustes do país para adoção da moeda única.

A Contabilidade Nacional, como um ramo de estudo da economia nos permite analisar e mensurar a riqueza dos países de maneira agregada. É através dela que um país pode ter ideia de sua riqueza, em termos absolutos e relativos (SOUZA, 2007).

Em termos absolutos, teríamos os dados relativos à produção, apropriação de riqueza e abastecimento de estoques para riqueza futura. Já os relativos seriam aqueles ligados a possibilidade de comparação da riqueza de um país em relação a outros países e em relação a si mesmo ao longo do tempo, ou seja, construção de séries históricas (SOUZA, 2007).

A composição do Produto Interno Bruto, identidade que mensura a riqueza nacional é dividida em três macrossetores: 1) Setor agrícola, setor primário; 2) Indústria e manufatura, setor secundário; 3) Setor de comércio e serviços que compõe o chamado setor terciário. O PIB

⁵³ Excluímos os anos de 1983 e 1992 desta série por não dispormos dos dados para aqueles anos.

é a soma das riquezas de um país que é baseado num cálculo que soma a produção em cada setor. Analisar o PIB de maneira setorial permite avaliar as mudanças proporcionais e a importância de cada setor componente para a riqueza total de um país, por isso a metodologia adotada prioriza os dados em proporção em vez de valores absolutos.

O setor primário envolve as atividades que extraem e modificam a matéria prima, está relacionado à agricultura, caça, pesca, extrativismo e mineração. Segundo Gala (2017), esse setor possui ganhos decrescentes em escala, a concentração da riqueza de um país nessa atividade reflete aspecto de subdesenvolvimento. O setor primário é considerado geralmente como o setor de matérias primas ou *commodities*.

Já o segundo setor, o da indústria de transformação e manufatura, é o que mais traz ganhos em escala. Países altamente industrializados geralmente são os mais ricos.

O setor terciário que é o setor de serviços e comércio representa atuação dos mercados financeiros que possuem ganhos especulativos e muitas vezes artificiais e que não são regulamentados. Esse setor abarca também o mercado imobiliário de baixa liquidez e que se sustenta pelo financiamento via empréstimos bancários, muitas vezes com crédito hipotecário, onde a garantia do financiamento é o próprio imóvel. Outra atividade que compõe esse setor é o turismo, que de uma maneira geral, tem salários flexíveis e é ancorado em uma expectativa que pode se realizar ou não.

Tabela 4.1: Composição setorial do PIB em % do total, 1969 a 1978

GRÉCIA	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978
Agricultura	20,3	19,5	-	-	-	21,8	18,7	18,7	17,2	17,3
Indústria	17,7	20,4	-	-	-	23,7	22,4	23,4	20,9	20,4
Serviços	53,5	52,0	-	-	-	48,5	51,8	50,7	53,6	53,3
Construção Civil	8,5	8,1	-	-	-	6,0	7,1	7,2	8,3	9,0

Fonte: Elaboração própria com dados do relatório sobre o ambiente econômico grego da OCDE, 1969-1978.

O desempenho do setor primário na Grécia caiu 3% em comparação à variação total da série estudada que vai de 1969-78, o seu ponto de máximo foi no ano de 1974 onde a atividade correspondia a 21,8% do PIB. A situação da economia na Grécia nesse ano sofreu uma mudança significativa no âmbito da condução da política econômica, afinal o governo civil trouxe uma nova perspectiva para a gestão da governança, marcada no governo ditatorial por uma política fiscal expansionista que visa aumentar gastos públicos para incentivar a produção e reduzir o desemprego e favorecimento de empresas através de redução de impostos ampliando a demanda agregada.

O *boom* de 1973 dado a essa política expansionista foi acompanhado de um rápido crescimento da taxa de inflação. Isso se deu por uma demanda comprimida e um nítido aumento no preço das *commodities* no mercado internacional. A dívida externa no país cresceu substancialmente ainda em 1973, antes mesmo dos impactos da elevação do preço do petróleo serem sentidos.

Essa situação fez com que o Governo civil que assumiu em 1974, ao longo dos 18 meses iniciais, tomasse medidas restritivas, particularmente em se tratando de política monetária, o que resultou em um movimento recessivo.⁵⁴

Seu ano de maior baixa no setor agrícola foi o de 1977. Em relação ao setor secundário, o de indústrias, esse número variou positivamente para 2,7%, atestando um crescimento no setor, seu ano de maior alta foi o de 1974 e o de maior baixa foi 1969, onde registrou 23,7% e 17,7% da riqueza do país respectivamente.

Já o setor de serviços registrou seu melhor desempenho no ano de 1977, com 53,6% do PIB compondo a riqueza total do país, ao passo que o ano de 1974 marcou essa atividade como seu ano de menor desempenho. A variação total da atividade no período foi de 0,2% para menos. A retração do setor de serviços não foi muito expressiva, mas o final do período demonstrou um leve crescimento do setor de maiores ganhos em escala, o secundário.

O ano de 1978 apresentou resultados satisfatórios. Houve crescimento do PIB na ordem de 7,2% em comparação aos três anos anteriores, o relatório da OCDE apontou que isso se deu por um incremento de 19% no volume de exportações de azeite, azeitonas e carnes, além de um crescimento de 34% nos ganhos líquidos do turismo.

O setor de construção civil e que compõe, de maneira agregada, o setor de serviços geralmente é utilizado para verificar o nível de expansão das obras de infraestrutura no país. É um indicador que está ligado ao desenvolvimento pois reflete expansão ou retração da construção de prédios comerciais ou particulares, refletindo, assim, uma melhora nos padrões de vida, criação de empregos etc.

Segundo os relatórios da OCDE, a partir de 1969, esse indicador teve uma variação positiva entre os anos de 1969-78 de 0,5%. Dentro dessa série na qual dispomos dos dados, os anos de 1974 e 1978 registraram ponto de mínimo de 6,0% do PIB e ponto de máximo de 9,0% do PIB, respectivamente. O setor fechou a série com um desempenho positivo, o que reflete indícios de crescimento econômico.

⁵⁴ OECD (1975), *OECD Economic Surveys: Greece 1975*, OECD Publishing, Paris, disponível no endereço, https://doi.org/10.1787/eco_surveys-grc-1975-en. Acesso em 10-11-2018.

Tabela 4.2: Composição setorial do PIB em % do total, 1979 a 1982

GRÉCIA	1979	1980	1981	1982
Agricultura	15,9	17,4	-	18,6
Indústria	20,7	21,1	-	20,1
Serviços	53,4	52,8	-	54,8
Construção Civil	10	8,6	-	6,4

Fonte: Elaboração própria com dados do relatório sobre o ambiente econômico grego da OCDE, 1979-1982.

O período de 1979 a 1982 mostra o desempenho dos setores ao longo dos anos de ajustes para adesão do país à CEE e o primeiro ano da Grécia já como membro efetivo do bloco. Em perspectiva de análise, este demonstrativo se preocupou com as ações de curto prazo que geraram um aumento na variação do primeiro setor que foi de 2,7%, a produção industrial caiu 0,6% e o setor de serviços cresceu 1,4%. Já o indicativo de expansão de infraestrutura recuou 3,4%.

Tabela 4.3: Composição setorial do PIB em % do total, 1984 a 1991

GRÉCIA	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Agricultura	18,5	16,8	-	-	15,8	17,0	15,4	16,3
Indústria	20,2	20,1	-	-	19,4	21,1	20,6	20,8
Serviços	55,0	56,6	-	-	58,6	55,9	57,1	56,3
Construção Civil	6,4	6,4	-	-	6,2	6,0	6,9	6,6

Fonte: Elaboração própria com dados do relatório sobre o ambiente econômico grego da OCDE, 1984-1991

De 1984 a 1991, o setor agrícola seguiu a tendência dos anos anteriores e registrou queda em termos de variação da série. O desempenho dessa atividade registrou uma retração na ordem de 2,2 pontos para baixo. Os pontos de melhor e menor desempenho se apresentaram nos anos de 1984 com 18,5% do PIB sendo composto por essa atividade e o ano de 1990 quando esse número foi de 15,4%. Já o setor industrial apresentou crescimento na ordem de 0,6%, o que se compararmos com os anos analisados anteriormente, foi exatamente quanto o país retraiu nesse setor. Portanto pelo menos de 1979 até 1991, as oscilações não foram capazes de refletir algum indício de um surto industrial, os pontos de máximo e mínimo foram os dos anos de 1989 e 1985, respectivamente.

A tendência de expansão do setor terciário se mostrou firme, o setor chegou ao final da série apresentando crescimento de 1,3%. Já o setor de construção civil atestou crescimento de 0,2 ponto percentuais.

Tabela 4.4: Composição setorial do PIB em (%) do total, 1993 a 2001

GRÉCIA	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Agricultura	10,2	-	8,1	7,2	6,9	6,5	6,4	6,0	5,8
Indústria	15,6	-	28	26,2	23,8	23,4	24,8	24,6	25,8
Serviços	66,7	-	58,4	60,9	63,2	63,6	61,8	62,4	61,4
Construção Civil	7,5	-	5,5	5,7	6,1	6,5	7,0	7,0	7,0

Fonte: Elaboração própria com dados do relatório sobre o ambiente econômico grego da OCDE, e o Eurostat, 1993-2001

O setor primário registrou queda expressiva. A variação do setor nessa série foi de 4,4%. Os pontos de máximo e mínimo são exatamente os anos de início e término da série onde a atividade compunha 10,2% da riqueza do país em 1993, encerrando com 5,8% do PIB em 2001.

Já o setor de indústrias apresentou crescimento considerável. No ano inicial da série registrou desempenho de 15,6% do PIB, seu ponto de mínimo. Em 1995 registrou sua melhor marca que foi de 28%. A variação da série apresentou crescimento do setor em 10,2%.

O setor de serviços apresentou queda de 5,3%, contrariando a tendência anterior. O setor de construção civil encolheu 0,5% e registrou pontos de máximo em 1993 com 7,5% da atividade compondo o PIB e ponto de mínimo no ano de 1995, quando registrou 5,5 pontos percentuais.

Tabela 4.5: Média da composição setorial no PIB da Grécia, por período, 1969-2001, em % do total

Período	Setor Primário	Setor Secundário	Setor Terciário
1969-1978	19,0	21,2	59,6
1979-1982	17,3	20,6	62,0
1984-1991	16,6	20,3	63,0
1993-2001	7,1	24,0	68,8
1969-2001	15,0	21,5	63,35

Fonte: Elaboração própria com dados da base EUROSTAT.

O setor primário, tradicional no país vem perdendo importância significativa desde a sua entrada na CEE, em comparação ao período pré-adesão ao bloco, essa tendência se aprofundou a partir de 1993, ano de início dos ajustes para unificação monetária. Isso poderia se justificar pelas medidas protecionistas tomadas através da Política Agrícola Comum, especialmente as cotas de produção em benefício de outros Estados-Membros e que são determinadas exatamente para tal fim.

A média histórica do desempenho das atividades no país mostra a predominância do setor terciário na composição do PIB e um crescimento muito modesto no setor industrial. Segundo Thirwall (2005) a correlação entre o crescimento do PIB e o crescimento dos serviços é bastante forte, uma vez que é crível que a direção da causação pode ser inversa à que vai do crescimento do PIB para o crescimento dos serviços, afinal, a demanda de muitos serviços deriva da demanda própria da produção manufatureira. O ponto principal é entender em que nível as atividades relacionadas aos serviços possuem existência “autônoma” e se detêm caráter produtivo, que induza ao crescimento.

Para autores como Chesnais (1996), uma das razões explicativas para esse incremento do setor terciário gravita no circuito da teoria marxista da valorização do dinheiro sem que haja produção ou circulação, o circuito D-D', ou do capital usurário, como é chamado na teoria marxista. O autor aponta que a tendência de investimentos diretos no setor de serviços já se mostrava desde a década de 1970, registrando ascendência e aprofundamento a partir da segunda metade da década de 1980.

Essa tendência de crescimento do setor de serviços se manteve acentuada até o início da década de 2000, especialmente no período estudado em que os dados demonstram que grande parte da riqueza setorial dos países analisados provem do setor terciário, a indústria, hoje, não é mais o grande impulsionador do crescimento, mas seria este um movimento seguro?

B) A Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF) na Grécia, 1969-2001

A formação de capital em um sistema econômico capitalista está ligada a sua própria sustentação. Seria impossível a reprodução dos ciclos produtivos se toda produção fosse consumida. Uma parte do que é realizado no âmbito produtivo anual deve ser destinado à renovação do capital previamente utilizado e, além disso, direcionado a ampliação da capacidade produtiva.

O papel das empresas, nesse sentido, é realizar a poupança destinando parte dos seus lucros a fundos de investimentos ou também pelas famílias ou pessoas físicas que podem separar parte do seu consumo privado para aplicá-lo em uma empresa. Mas isso demandaria que os indivíduos possuíssem poder aquisitivo que não se restrinja apenas ao consumo de subsistência.

Um dos principais problemas de países como a Grécia se refere justamente aos entraves para a formação de capital em países exportadores de matérias-primas e gêneros alimentícios, que se vinculam negativamente à deterioração dos termos de intercâmbio no comércio internacional e a ampliação da dívida externa.

Esse indicador se propõe a medir quanto as empresas aumentaram os seus bens de capital, ou seja, os bens que são adquiridos para produção de outros bens. São basicamente maquinaria, instrumentos, materiais de construção. O FBKF é importante pois revela se a capacidade de produção interna de um país está crescendo e também se há tendência para investimento nesse setor. A tática é analisar as séries históricas e seus devidos desempenhos para perceber as alterações no período pré-adesão, adesão e pós adesão.

Do ponto de vista da economia, o crescimento econômico de uma nação tem relação estreita com a formação bruta de capital fixo que pode ser entendido como investimento na produção nacional, este investimento é uma variável que possui caráter orientado para expectativas de mercado e sua importância está relacionada à formação do capital de maneira agregada. O investimento em capital fixo pode ser considerado ainda um dos principais componentes na determinação da renda, emprego e produto de uma economia, pois um aumento na capacidade produtiva promove expansão do nível de atividade econômica. No longo prazo, o aumento na taxa de investimento alavanca a produção de bens e serviços (MOREIRA, 2016).

Para análise dos dados do crescimento porcentual do investimento privado grego e o crescimento do PIB, buscou-se ferramentas na estatística como a correlação linear simples entre FBKF/PIB. O coeficiente dessa correlação apresentou significância de 55% entre as duas variáveis no período de 1969-2002.

Tabela 4.6: Formação Bruta de Capital Fixo (Investimento líquido) em (%) do PIB e crescimento do PIB (%) na Grécia , 1969-2002

Ano	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Varição do PIB (%)	9,9	7,9	7,8	10,2	8,1	-6,4	6,4	6,9	2,9	7,2	3,3
FBKF em (%) PIB	24,5	27,6	28,8	33,1	33,5	25,7	25,6	26,1	29,7	33,1	35,4
Ano	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Varição do PIB (%)	0,7	-1,6	-1,1	-1,1	2	2,5	0,5	-2,3	4,3	3,8	0
FBKF em (%) PIB	30,6	27,9	25,3	27,1	21,9	23,5	24,5	23,1	23	24,1	24,7
Ano	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Varição do PIB (%)	3,1	0,7	-1,6	2	2,1	2,9	4,5	3,9	3,1	3,9	4,1
FBKF em (%) PIB	24,2	22,8	21,7	20	19,9	20,7	20,1	23,7	24,5	24,6	24,7

Fonte: Elaboração própria com dados do *Banco Mundial*, 1969-2001.

O segundo passo foi a elaboração de um modelo simples que confrontou as seguintes variáveis:

1-Grécia, Produto Interno Bruto, variação anual % em U\$, 1969-2002

2-Grécia, Formação Bruta de Capital Fixo, variação anual % em U\$, 1969-2002

Modelo:

$Y1=f(X2)$ em que:

Y1: Variável 1, variável explicada

X2: Variável 2, variável explicativa.

Ou seja, o crescimento do PIB é explicado pela Formação Bruta de Capital Fixo

Função: $Y = \beta_1 + \beta_2 * X$, onde:

β_1 : 2,3205 (valor p do teste t: 0,006; 0,60%)

β_2 : 0,4774 (valor p do teste t: 0,0120; 1,20%)

F-estatístico: 3,3707

R-Quadrado: 0,5514 (55,14% de poder explicativo)

Coefficiente de Pearson ⁵⁵(correlação simples) :74,6%

Os resultados da equação sugerem que o crescimento do Produto Interno Bruto grego teve uma dependência moderada do nível de investimentos líquidos na sua economia ao longo dos 32 anos estudados, isto significa que há sensibilidade do crescimento do PIB grego. Assim, quando uma unidade a mais de investimento fosse aplicada, induziria um crescimento de 0,55 em uma unidade de PIB.

O modelo não explica tudo, uma vez que o crescimento econômico possui outros determinantes como a demanda efetiva (consumo das famílias e governo), dos investimentos externos diretos, e no caso do país a partir da sua entrada no bloco, dos repasses do Programa Integrado do Mediterrâneo e dos auxílios do Fundo de Coesão.

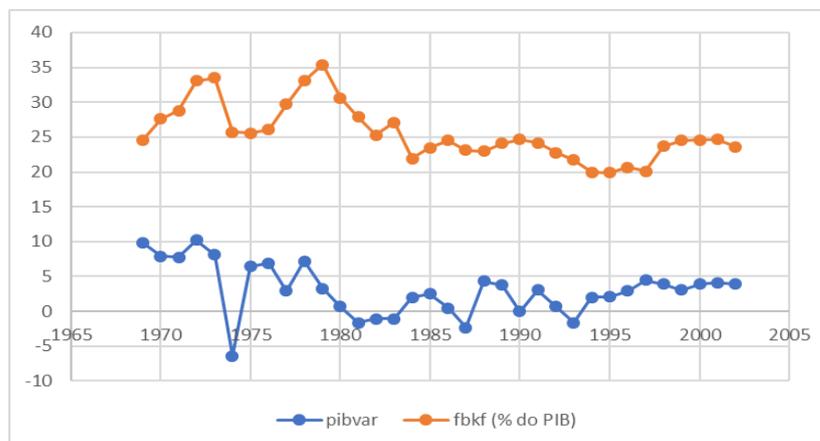
Portanto, a estrutura econômica grega, um país primário exportador e com um crescente grau de endividamento, situado em uma condição periférica frente aos outros países do bloco, geralmente apresenta crescimento econômico muito sensível ao aumento na Formação Bruta de Capital Fixo, uma vez que esta é reduzida a resposta é uma retração do produto.

Países pobres tendem a despendar sua oferta agregada das empresas na demanda dada pelo consumo, privado e do governo, antes de fazer estoques de capital para investimentos futuros. Entretanto, houve uma dependência forte dos investimentos para o crescimento da economia grega, como aponta o Coeficiente de Pearson em relação ao R-Quadrado.

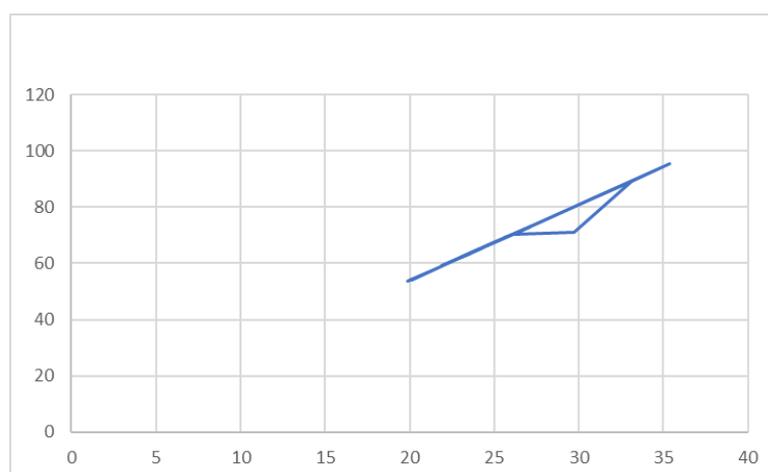
No gráfico 4.1, observa-se que o desempenho individual do crescimento do PIB e do crescimento dos investimentos possuem comportamentos semelhantes. O que chama bastante atenção é o ponto crítico de depressão ocorrido no ano de 1974 onde o PIB retraiu 6,4%, acompanhado de uma queda nos investimentos de 30,3%.

⁵⁵ É um coeficiente de correlação da estatística descritiva que relaciona o produto momento e mede o grau dessa correlação podendo assumir valores entre -1 e 1, onde -1 significa uma correlação negativa perfeita entre as duas variáveis e 1 significa uma correlação perfeita positiva entre as duas variáveis.

Gráfico 4.1: Desempenho isolado das variáveis, 1969-2002.



Fonte:Elaboração própria a partir dos dados do Banco Mundial.

Gráfico 4.2: Função de Regressão Linear $Y(X)=\beta_1 + \beta_2 * X$ 

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial.

No Gráfico 4.2 podemos observar o comportamento da função de Regressão linear composta pelo Modelo elaborado, há uma forte tendência progressiva dado que a inclinação da reta é positiva. Logo, quanto mais alto o X, que representa o investimento líquido, maior crescimento teremos no PIB, Y.

C) Desempenho do comércio externo da Grécia, 1969-2001

A análise do comércio externo ao longo dos 32 anos do período segue a mesma metodologia da sessão anterior. Através dos dados apresentados na tabela 4.7 e 4.8, visualizamos primeiramente o montante em valor absoluto e posteriormente em proporção do

PIB. Levando em consideração todo o período (32 anos), a média de exportações gregas foi de 74 bilhões de dólares.

Já as importações, ou seja, o indicador que mensura os movimentos de aquisição de bens estrangeiros, demonstrou uma média para todo o período, na ordem de 209,8 bilhões de dólares. O volume de produtos vendidos para os outros países, não superou os 35,2% em comparação às entradas de produtos de fora.

Tabela 4.7: Evolução do Comércio Externo Grego, média história, valores absolutos em bilhões de dólares

GRÉCIA	1969-1978	1979-1982	1983-1991	1992-2001
Exportação	20,1	22,9	61,8	94,1
Importação	37,2	31,7	112,7	247,0
Saldo da Balança Comercial	-17,1	-8,8	-50,9	-152,9

Fonte: Elaboração própria com dados do Banco Mundial.

Em proporção do PIB, as exportações sofreram um encolhimento na ordem de 1,1%. O melhor desempenho das exportações foi no período de ajustes do país para sua entrada na CEE, onde registrou que 10,4% do PIB era composto da venda de produtos para países terceiros. O seu pior desempenho está localizado na série que vai de 1992-2001, momento de preparação para as novas regras do mercado comum irrestrito e ajustes para unificação monetária. Apesar do desempenho, este não caiu muito além da média histórica na série estudada.

Tabela 4.8: Evolução do Comércio Externo Grego, média histórica, proporção do PIB (%)

GRÉCIA	1969-1978	1979-1982	1983-1991	1992-2001
Exportação	8,2	10,4	9,8	7,1
Importação	15,0	14,5	17,9	18,7
Saldo da Balança Comercial	-7,0	-4,1	-8,1	-11,7

Fonte: Elaboração própria com dados do Banco Mundial.

As importações, por outro lado, demonstraram um crescimento em termos de variação na ordem de 3,7%. O ponto de mínimo se deu no período de ajustes para entrada do país no bloco 1979-1982, mesmo período em que houve o maior pico de exportações, onde as importações registraram a cifra de 14,5% em relação a composição do PIB. O ponto de máximo se deu no período de preparação para adesão do euro, 1992-2001, onde as importações registraram 18,7%. Esse crescimento está diretamente relacionado aos termos do tratado que focalizaram nessa estrutura.

A Balança Comercial é a diferenciação entre as exportações e importações de um país. Quando as exportações são maiores que as importações, o país apresenta superávit e torna-se credor. Entretanto, quando as importações superam as exportações, o país está em dívida com o estrangeiro e apresenta um déficit em sua Balança Comercial. A situação grega foi de déficit crescente na média de todos os períodos, com exceção dos anos de preparação para entrada no bloco. Sendo o ponto mais crítico o período de pré adesão ao euro.

Observando a taxa de variação da série trabalhada na tabela 4.8, o período que vai até o ano de 1982, que marca os antecedentes e a preparação para adesão no bloco, registrou uma queda de 41% no volume das exportações de produtos. Para o ano final da série, esse valou registrou queda de 44,4% em comparação ao período que vai de 1983-1991.

Já a tabela 4.9 traz os dados para a pauta de exportação por produtos de maneira mais detalhada. Para o setor de agroalimentares que incluem azeites, trigos, frutas, peixes, vegetais e queijos, setor tradicional de exportação da economia grega, antes do país entrar na CEE, representava 19% do volume de exportações, logo nos primeiros anos de ajustes para adesão ao bloco houve queda de 14,7 nesta atividade.

O período que compõe a série e que vai de 1983-1991, registrou um crescimento no volume de exportações desse setor, apresentando elevação de 5,9% em comparação aos anos de preparação para a entrada no bloco, entretanto não superou o desempenho agregado.

A série seguinte que representa o desempenho do país já bem estabelecido no bloco e inclui também os ajustes para adesão ao euro, apresentou queda de 13,8% do volume de exportações no setor, tendo como base a série anterior. De modo geral, o desempenho da pauta de exportação de produtos agroalimentares ao longo dos 32 anos analisados desta atividade demonstrou retração de 7,9%.

Produtos como algodão, tabaco e especiarias que são geralmente utilizados nas indústrias de transformação tiveram um crescimento de 2,6% ao longo de todo o período. Sendo as séries de 1983-1991 e 1992-2001 as que registraram melhor crescimento, 103% e 58,2%, respectivamente.

Produtos de cerâmica e utilidades domésticas tiveram um crescimento o longo dos 32 anos estudados de 1,2%, esta porcentagem refletiu uma saída do volume de exportações registrados na série anterior a adesão que era de 99 milhões de dólares para 1,1 bilhão de dólares nos anos de 1992-2001, não significando um ganho muito expressivo em termos absolutos. A exportação de materiais químicos e petrolíferos, por exemplo, iniciou a série exportando um volume de 2,0 bilhões de dólares e finalizou o período estudado com um total de 11,0 bilhões

no seu volume de exportações para esse setor, registrando desempenho total de 91,6% para mais.

Máquinas, materiais de transporte e acessórios que incluem a venda de aviões, peças de aviões, veículos blindados, armas de fogo, máquinas não elétricas, caminhões e vans, motores, peças de telecomunicação, pneus grandes para veículos de transporte, tijolos refratários entre outros, registrou volume absoluto de 935 milhões de dólares (3,9% da variação absoluta). Essa é uma cifra bem singela, levando em consideração que os itens que compõe essa pasta geralmente possuem um valor agregado elevado. Na série seguinte essa cifra subiu timidamente para 985,5M/US\$, mas em termos de porcentagem do total representou um decréscimo de 3% para a atividade. Na última serie analisada, esse volume já era de 8,6 bilhões de dólares. Em termos de crescimento proporcional, registrou-se um aumento de 8,6% nas exportações desses produtos.

Madeiras, peles, couro e papel, incluindo papel reciclado, apresentaram crescimento no volume das exportações desde os seus primeiros anos de preparação para adesão ao bloco até o final do período estudado. Na série de 1979-82, o crescimento foi de 2%, nos anos de 1983-91, esse desempenho foi de 14%, nos anos finais o volume de exportações cresceu em 19,1%.

Minérios e materiais registraram volumes de exportação crescentes nas duas primeiras séries. Antes da adesão ao bloco, as exportações de minério registravam 8,6 bilhões de dólares, ao final da série esse número era de 13,4 bilhões. Embora a variação total mostre um decréscimo de 46,1% desta atividade, este foi o setor de maiores ganhos em bilhões de dólares⁵⁶ para a economia grega em âmbito do comércio internacional, apesar de reforçar o seu papel de um país exportador de matéria prima bruta.

⁵⁶ 48 bilhões US\$ ao longo de todas as séries estudadas.

Tabela 4.9: Composição da Pauta de Exportações da Grécia por tipo de produto, períodos selecionados em dólares.

Exportação	1969-1978	1979-1982	1983-1991	1992-2001
Agroalimentares	19	4,3	24,9	11,1
Algodão, tabaco e especiarias	8	3,3	6,7	10,6
Cerâmica e utensílios domésticos	0,4	0,4	1,0	1,6
Máquinas, materiais de transporte e acessórios	3,9	3,0	5,7	12,5
Madeira, peles, couro e papel	5,0	7,0	14,0	19,1
Minérios e materiais	36,4	51,2	18,6	19,6
Navios e barcos	1,0	0,5	2,0	0,8
Produtos acabados diversos	0,7	0,5	1,2	1,6
Químicos e petrolíferos	8,4	12,3	16,0	16,1
Têxteis e vestuário acabado	16,9	17,2	9,5	6,5

Fonte: Elaboração própria com dados do *treemapping* da OCDE, 1969-2001.

Analisando a composição da pauta de produtos importados, os agroalimentares, máquinas, materiais de transporte e acessórios, madeira, peles, couro e papel, navios e barcos, químicos e petrolíferos e vestuário acabado foram os produtos com maior volume de compra no estrangeiro. Destes, o que teve crescimento mais expressivo no volume de importações foi o de máquinas, materiais de transporte e acessórios, que chegou ao valor de 220%, tendo como base a variação ao longo de toda a série estudada.

Antes da entrada do país na CEE, a Grécia importava 5,8 bilhões de dólares de produtos cuja fabricação requer alto investimento em pesquisa e desenvolvimento, esse setor se configura enquanto produtos que possuem um alto conteúdo tecnológico o que justifica seu elevado valor agregado. No período de ajustes, o volume de importações mais que dobrou, chegando aos 12,2 bilhões de dólares, nas séries que representam a permanência do país no bloco e ajustes para unificação monetária, as cifras foram de 27,2 bilhões (1983-91) e 80,1 bilhões (1992-2001), respectivamente.

Todavia, essa grande oferta de produtos no mercado externo a partir da adesão ao bloco pode por um lado ter estimulado o consumo, mas que se deu às custas de um aumento crescente no déficit da Balança Comercial como visto na tabela 4.8. Isso gestou uma dependência cada vez mais forte do comércio externo, aprofundando seu quadro de dívida pública. Exatamente semelhante à experiência portuguesa como nos aponta Previdelli (2016, p. 139).

Tabela 4.10: Composição da Pauta de Importações da Grécia por tipo de produto, períodos selecionados em (%) do total

Exportação	1969-1978	1979-1982	1983-1991	1992-2001
Agroalimentares	7,7	6,6	9,2	8,2
Algodão, tabaco e especiarias	1,6	1,6	1,8	1,9
Cerâmica e utensílios domésticos	1,7	1,4	1,5	1,6
Máquinas, materiais de transporte e acessórios	19,5	35,4	25,8	32,8
Madeira, peles, couro e papel	13,8	13,3	17,6	13,5
Minérios e materiais	14,8	5,8	6,4	5,8
Navios e barcos	7,0	12,2	5,5	4,0
Produtos acabados diversos	0,96	0,8	1,8	2,0
Químicos e petrolíferos	28,2	18,6	22,5	22,1
Têxteis e vestuário acabado	4,7	4,0	7,3	7,6

Fonte: : Elaboração própria com dados do *treemapping* da OCDE, 1969-2001.

O desmonte da estrutura produtiva no país que se refletiu na falta de um projeto que revolucionasse as bases do seu papel primário exportador dada a sua entrada no bloco, apenas reforçaram a opção política e econômica planejada para a economia grega. Para os países centrais da CEE a Grécia só interessava do lado da demanda e a sua possibilidade de fornecer *commodities* a preços vantajosos.

Desde antes da sua adesão ao bloco, a Grécia já tinha uma estreita ligação comercial com os países da CEE, majoritariamente a Alemanha e RFA, a Itália, a França e o Reino Unido que juntos representavam 61,6% do mercado externo grego.

No período antes de aderir ao bloco esses países compravam majoritariamente tabaco, artigos de vestuário acabado, fios de algodão (Alemanha e RFA); azeite, legumes, frutas, óleos combustíveis, produtos químicos (Itália); alumínio, zinco, chumbo, frutas, artigo de vestuário, óleos leves (França); frutas, ferroligas, equipamentos e peças de aeronaves (Reino Unido).

Ao longo do período de atuação do país no bloco, os produtos vendidos para a Alemanha pouco se modificaram, a não ser o desempenho do tabaco que em 1969 registrava 24% dos produtos comprados pelas duas Alemanhas, ao passo que em 2001, a venda desse produto se reduziu a 3,2%.

No caso da Itália, um produto que entrou na pauta foi o trigo, registrando 22% em 1991 e peixe fresco (7,4%) em 2001, mostrando pouca variação nos produtos comprados da Grécia.

A França passou a ter o consumo de óleos lubrificantes de petróleo grego como um dos itens predominantes na sua pauta de importação bilateral, de resto não houve muita modificação. No caso do Reino Unido, a única modificação expressiva se deu na compra de medicamentos gregos que registrou 16% em 2001.

Tabela 4.11: Taxa de variação do volume exportado por país de destino, países selecionados, 1969-2001

Exportação	1969-1978 Variação (%)	1979-1982 Variação (%)	1983*-1991 Variação (%)	1992-2001 Variação (%)
Alemanha(*)	7,4	-1,9	42,6	-22,5
RFA(**)	7,0	-5,9	-	-
Itália	-10,0	1,5	30,9	-8,0
França	37,0	27,7	21,7	-14,1
Reino Unido	-35,0	1,4	77,4	33,3
Bélgica	64,8	0	-5,4	110,0
Países Baixos	54,5	-26,1	-2,3	15,3
Espanha	-64,5	110,0	129,4	78,0
Portugal	75,0	0	77,7	233,3
Irlanda	91,6	0	12,9	152,9

Fonte: : Elaboração própria com dados do *treemapping* da OCDE, 1969-2001. (*)República Federal da Alemanha. (**) Os dados para a Alemanha a partir de 1984 são calculados com base no processo de anexação

Tabela 4.12: Taxa de variação do volume importado por país de origem, países selecionados, 1969-2001

Importação	1969-1978 Variação (%)	1979-1982 Variação (%)	1983*-1991 Variação (%)	1992-2001 Variação (%)
Alemanha (**)	-0,3	6,1	23,3	-16,4
RFA(*)	-5,1	6,4	-	-
Itália	25,2	-10,5	74,4	5,1
França	4,1	5,7	31,0	-2,3
Reino Unido	-35	-40,0	50,0	2,2
Bélgica	-10,8	-5,1	22,4	1,7
Países Baixos	8,1	54,5	4,0	0,9
Espanha	209,0	-21,7	10,0	91,4
Portugal	0	-25,0	200,0	-4,7
Irlanda	158,3	-40,9	156,4	70,0

Fonte: Elaboração própria com dados do *treemapping* da OCDE, 1969-2001. (*)República Federal da Alemanha. (**) Os dados para a Alemanha a partir de 1984 são calculados com base no processo de anexação

Os países de origem majoritária dos produtos que a Grécia importou ao longo da série estudada são basicamente os mesmos antes e depois da adesão do país ao bloco. Com exceção dos Países Baixos que a partir da adesão grega ao bloco, se tornou novo parceiro predominante. No período de antecedência, estes países eram Alemanha, RFA, Itália, França, Reino Unido que detinham juntos 86,1% da oferta de produtos que a Grécia adquiria no mercado externo europeu. Na última série estudada, esses países eram Alemanha, Itália, França, Reino Unido e

Países Baixos e Espanha que compunham 84,9% da oferta. Um outro aspecto interessante foi o crescimento expressivo na oferta de produtos advindos de Portugal e Irlanda na variação de 1983-1991 e da Espanha na variação de 1992-2001, como apontamos na tabela 4.12.

A adesão da Grécia ao bloco intensificou o volume de importações originárias dos países mais ricos do bloco, Alemanha, Itália, França, Reino Unido. No caso deste último, o período de 1983-1991 significou um incremento de 50% da venda dos seus produtos para o mercado grego.

Os principais produtos comprados pela Grécia tanto da Alemanha quanto da RFA antes da adesão ao bloco, eram carros, caminhões, máquinas têxteis, navios e barcos. E isso não mudou ao longo do período de atuação do país no bloco.

No caso da Itália, além dos materiais de transporte, a Grécia comprava óleos combustíveis, eletrodomésticos e derivados do petróleo refinado, antes do período de adesão ao bloco. Isso pouco mudou ao longo do período de atuação da Grécia na CEE.

Os Países Baixos registraram como principais itens de importação, a carne bovina, carne suína, leites e derivados, queijos. Só a partir de 1997, peças e acessórios para computadores e afins começaram a ter preponderância no comércio bilateral entre a Grécia e os Países Baixos.

A França exportava material de transporte e maquinários, navios e barcos, leites conservados e ferro bobinas preponderantemente para a Grécia antes do período de adesão. O único setor que foi se agregando à demanda grega dos itens franceses pós adesão à CEE foi o de medicamentos e perfumaria.

Antes da adesão ao bloco, a Grécia comprava predominantemente do Reino Unido barcos e navios, materiais de transporte e máquinas têxteis. A partir da adesão ao bloco, itens como ferro pré-fabricados, licores e medicamentos passaram a compor a pauta de importação grega do Reino Unido.

4.4 Emprego e Desemprego

A população economicamente ativa na Grécia apresentou crescimento na ordem de 7,6% ao final do período. Conforme se observa na tabela 4.4. Em termos comparativos, tendo como base o ano de 1997 onde podemos comparar o desempenho da Grécia e da UE, no país helênico o crescimento da população economicamente ativa foi de 3,2%, já os demais países da União Europeia apresentaram crescimento na ordem de 2,06%.

Tabela 4.13: Emprego e desemprego na Grécia e UE-15 (%), de 1993 a 2001

		1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
População ativa	Grécia	58,8	59,5	60,2	60,8	61,3	63,2	63,8	63,8	63,3
	UE-15					67,9	68,4	68,8	69,2	69,3
Emprego	Grécia	53,5	53,9	54,4	54,7	54,9	56,0	55,9	56,5	56,4
	UE-15					60,6	61,5	62,4	63,4	64,1
Desemprego	Grécia						11,1	12,0	11,2	10,7
	UE-15			10,2					7,9	

Fonte: Elaboração própria com dados do relatório sobre o ambiente econômico grego da OCDE, e o Eurostat, 1993-2001

A oferta de emprego se elevou nos países da UE e registrou um crescimento de 5,7%. Essa tendência foi acompanhada na Grécia onde se registrou um incremento de 5,4%, ainda abaixo do desempenho dos outros países do bloco. Já com relação à taxa de desemprego só dispomos de dados para analisar de maneira comparativa o ano de 2000, onde a Grécia apresentou uma taxa de 11,2% de desemprego da população ativa em enquanto para os 15 outros países do bloco com 7,9%.

4.5 Distribuição de renda e indicadores sociais

A evolução do PIB per capita pode ser observada na tabela 4.14. Tal indicador é importante pois mostra uma média de distribuição de todo o produto produzido por um país, atestando o seu grau de crescimento econômico, o que, entretanto, não implica desenvolvimento e maior distribuição de renda.

Tabela 4.14: Evolução do PIB per capita da Grécia e UE-15, em milhares de euros, 1990-2001

	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Grécia	9.700	10.381	11.341	10.505	11.124	9.900
UE-15	19.382	20.153	21.520	19.723	27.019	20.031
	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Grécia	10.800	11.900	12.000	13.000	13.200	14.000
UE-15	20.981	22.000	22.906	24.488	26.338	27.225

Fonte: Elaboração própria com dados do Eurostat.

Constatou-se que, o país se manteve ao longo do período exposto num patamar que corresponde a cerca de 50% do índice dos demais países do bloco. A única baixa mais expressiva se deu no ano de 1994 onde o PIB per capita grego correspondia a 41% da UE-15.

Para analisar o grau de distribuição de renda na Grécia, utilizamos o índice de Gini que busca analisar a assimetria dessa distribuição. Assume-se como parâmetro, valores entre 0 (quando todos os indivíduos possuem a mesma renda) e 1 (quando tudo que foi produzido está nas mãos de um único indivíduo). Segundo os dados do Pordata, base estatística portuguesa, a Grécia apresentou coeficiente igual a 0,35 em 1995 e 0,33 em 2001, registrando um tímido avanço no âmbito distributivo, chegando ao mesmo patamar da Espanha. Porém ainda longe da realidade de países como a Alemanha que apresentou coeficiente equivalente a 0,25 em 2001.

As despesas públicas direcionadas à seguridade social entre 1995-2001 sofreram uma diminuição. O país gastava 19,1% do PIB nessa rubrica em 1995. Nesse mesmo ano, os demais países da UE gastavam ao todo 26,5% do PIB em auxílios sociais. Ao final da série esse número foi reduzido para 18,5% dos gastos públicos da Grécia, num processo de redução da importância dada aos gastos públicos com pensões por invalidez, morte, auxílio a desempregados ou por doença e etc. Possivelmente efeito de uma política de austeridade mais incisiva no período de preparação para adoção da moeda única.

4.6 Algumas Considerações

Os dados trabalhados nessa seção demonstram uma queda de desempenho nos indicadores da economia grega de modo geral. Comportamento muito semelhante com a trajetória de Portugal nos primeiros vinte anos do país no bloco, como demonstrado por Previdelli (2016).

No caso grego, a série analisada que vai de 1969-1978, e que representa o período de antecedência do pedido de adesão ao bloco, registrou um desempenho de crescimento do setor industrial tal qual o setor de construção civil que também apresentou funcionamento positivo. Ambos indicariam o caminho para um desenvolvimento sustentado do país. Há de se destacar, entretanto que, de 1969 até 1973, a política de condução econômica no país esteve subordinada à administração da Ditadura dos Coronéis, que aplicaram uma política econômica expansiva baseada grandemente em empréstimos, especificamente dos EUA. O ano final da série apresentou crescimento satisfatório de 7,2% do PIB, mas a sua variação total no período foi um encolhimento da economia grega em 2,7%.

Todavia, já na série seguinte, o período de ajustes, o quadro produtivo grego de 1982 apresentou retração no setor industrial e de construção civil e crescimento no setor agrícola e de serviços.

Em 2001, a economia grega dependia 61,4% da sua riqueza do setor de serviços e o setor agrícola representou 5,8% da composição do PIB do país, uma modificação profunda na sua estrutura produtiva tradicional, efeitos da PAC e medidas de proteção para salvaguardar os setores agrícolas da França e Itália. Por outro lado, foi se incentivando cada vez mais o desenvolvimento do setor de turismo no país. A partir de 1979 a Grécia não cresceu mais do que 4,5%, em comparação ao período de antecedência da entrada do país ao bloco onde nos anos de governo civil, especificamente a partir de 1974, chegou a registrar desempenho de 7,2%.

A correlação entre o investimento líquido e o crescimento do produto mostrou que o decréscimo no primeiro levaria ao decréscimo no segundo, esta proporção é conhecida e se deu na ordem de 55%, o que implicou os estraves condicionados para realização de estoques futuros de capital fixo em função da retenção do produto. O modelo não consegue explicar tudo, mas isto está condicionado a outras variáveis que compõe a estrutura de crescimento econômico de um país. Ademais, ergue-se um questionamento a ser explicado sobre a relevância do papel dos investimentos externos no país. A hipótese é de que assim como em Portugal, na Grécia o volume do investimento estrangeiro no país superaria o investimento grego no exterior.

Houve aprofundamento no déficit da Balança Comercial como consequência da inserção grega no Mercado Comum Europeu; consolidação do seu papel de exportador de materiais primários e importador de alimentos e produtos tecnológicos de alto valor agregado; desestruturação e perda da importância do tabaco no mercado internacional, produto tradicional da economia grega e que foi um dos alvos prioritários dos nazi germânicos ao longo do período de ocupação durante a Segunda Grande Guerra, isso foi possível de se observar analisando a

pauta de exportação disponibilizada pela OCDE e também pelo artigo 87 do tratado de adesão da Grécia a CEE que sugere reformas que culminaram na destruição da importância dessa atividade através do mecanismo de “preços de intervenção” como apontamos no capítulo 3.

O mercado de trabalho apresentou aumento da população economicamente ativa, a taxa de emprego, entretanto, se manteve abaixo da média dos países da UE. Em média, a taxa de desemprego no ano 2000 foi 3,3% mais alta na Grécia do que nos países componentes do bloco.

Os gastos públicos destinados à seguridade social mostraram que o país ficou abaixo do desempenho dos outros componentes do bloco.

Assim, a Grécia não foi inserida na CEE/UE como um país competitivo. Mas como mercado consumidor. Adicionalmente aponta-se que, por sua localização geográfica, os gastos públicos com armamentos e proteção de fronteira foram agravados ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990 impulsionados pela situação tensa com a Turquia herdada do regime dos coronéis a partir de 1974, tal como a instabilidade criada nas fronteiras com a Terceira Guerra dos Balcãs em 1991, pela independência dos países que compunham a Iugoslávia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No começo da década de 1940, a Grécia foi ocupada por forças nazi germânicas e teve sua atividade econômica direcionada para suprir as necessidades do Terceiro Reich.

Com o auxílio de empresários que viram na ocupação oportunidade de auferir lucros e futuros ganhos políticos, uma vez que se acreditava que a campanha de Hitler sairia vitoriosa, as forças nazistas conseguiram aparelhar o Estado e consolidar o seu projeto para o país naquele momento.

De 1941 a 1944, a Grécia serviu como um entreposto colonial para os germânicos e toda a sua atividade produtiva foi direcionada para este sentido. A resposta da Grã-Bretanha foi um embargo comercial que vetou a exportação de alimentos para a Grécia, que desde esse período já era um grande importador de agroalimentares. O resultado para as camadas mais pobres veio com os eventos do rigoroso inverno de 1942, ocasionando a Grande Fome que matou cerca de 300 mil pessoas.

Já ao final do período de ocupação, nos anos de 1943 e 1944, quando a tendência da derrota das potências do Eixo ficou mais evidente, as elites empresariais articularam um sistema de reestruturação das atividades econômicas e políticas que visaram a consolidação do sistema capitalista, havia um medo das elites de que a opção comunista poderia se instaurar no país; adicionalmente, era necessária a criação de meios para a proteção individual daqueles que haviam contribuído com as autoridades nazistas.

Vários órgãos institucionais se articularam para contribuir e financiar associações de extrema direita com o intuito de frear qualquer popularidade que as ideias de uma sociedade mais justa, horizontalmente pensada e igualitária viriam a ter, após os horrores vividos ao longo da ocupação e da Segunda Grande Guerra.

A “libertação” só veio oficialmente no dia 12 de outubro de 1944, com a atuação da ELAS que estava comprometido com um projeto de desenvolvimento a partir do fortalecimento da soberania nacional e superação da dependência do capital estrangeiro. Entretanto, nesse processo não houve grandes discontinuidades, uma vez que as autoridades gregas que contribuíram com a administração germânica se mantiveram nos seus cargos sem demais prejuízos. Adicionalmente não houve número expressivo de empresários condenados por terem contribuído e lucrado com a espoliação do país ao longo do período de ocupação.

A nível internacional, a intervenção direta inglesa passou a ser legítima em solo grego após o casamento e o estreitamento diplomático do Príncipe Philip da Grécia e a Rainha Elizabeth II do Reino Unido em 1947.

A forte polaridade política herdada desse período gestou os condicionantes para eclosão de uma guerra civil que estourou nos anos de 1946-1949, e que teve como resultados a consolidação da opção capitalista, bem como a crescente dependência da Grécia pelos Estados Unidos.

A nova ocupação ocorreu no período de 1947 a 1952, agora pela Grã-Bretanha, que se justificou pela suposta luta contra os ideólogos do comunismo reforçando um ambiente de bipolaridade política que seria caracterizado pela intensificação da perseguição àqueles que eram suspeitos de serem adeptos das ideias do comunismo.

A década de 1950 marcou algumas outras ações que intensificaram o processo de alinhamento grego ao ocidente. O governo de Papagos fundou uma subsidiária da CIA em solo grego com o intuito de criar uma agenda de inteligência nacional e internacional a serviço dos interesses dos EUA.

No ano de 1952, o país se tornou membro efetivo da OTAN, como uma estratégia de impossibilitar aproximações diplomáticas com a URSS. O processo de reestruturação da economia demonstrou bons resultados com a estabilização monetária sob tutela estadunidense, uma vez que o dracma grego ficou ancorada no dólar nos anos entre 1950 e 1960.

Os anos do final da década de 1960 até meados da década de 1970 – período que marcou os antecedentes do processo de adesão da Grécia à Comunidade Econômica Europeia – se caracterizaram como um período de violação intensa dos direitos civis, perseguições ideológicas legitimadas pelo Estado, e condução de um projeto comprometido com um crescimento econômico alicerçado em uma política expansionista que conduziu o milagre econômico grego, onde o PIB do país chegou a registrar um incremento na ordem de 10,2% no ano de 1972, mas que foi seguido por uma inflação de 27,16% em 1974 e uma retração de 6,4% do PIB naquele mesmo ano.

Adicionalmente, a conjuntura de favorecimentos ilícitos a empresas como o caso do grupo Litton, socialização de dívidas e incorporação dos débitos de grupos empresariais pelo governo, retroalimentaram a acumulação de dívidas no setor público.

A situação do Balanço de Pagamentos e o enfraquecimento da atividade industrial aceleraram uma situação deficitária nos anos de 1974-1978, logo após o fim do governo dos coronéis.

Uma outra fonte de gastos públicos herdada pelo regime ditatorial foi o crescente dispêndio com a defesa de fronteiras. Após a invasão de parte do território chipreano pelas tropas turcas em 1974, evento este que inclusive culminou na perda de legitimidade da Junta.

Depois do retorno dos civis ao governo da Grécia, o movimento do presidente Konstantino Karamanlis foi uma tentativa de adesão do país à CEE. O discurso oficial apontava que esse seria um movimento que traria modernização e maior dinamismo para a economia. Entretanto, um dos primeiros efeitos que se pôde apontar foi que as reformas impostas para integração no bloco implicariam em uma desestruturação do setor agrícola do país. Isso se deu porque a Grécia foi considerada um país concorrente da França e da Itália.

Os efeitos da Política Agrícola Comum implicaram em uma elevação no índice dos preços de importação de 3,8% para 5,0%. Assim, houve aumento de 1,2% nos preços de importação com o conseqüente resultado de encarecimento dos produtos agroalimentares que a Grécia importava. Os preços do produtor para produtos agrícolas também aumentaram em consequência da PAC. Por último, a variação líquida do rendimento agrícola foi de 6,5%.

Grandes montantes de fundos comunitários da CEE e depois da UE foram repassados para a Grécia sob a forma dos Programas Integrados do Mediterrâneo, Quadros Comunitários de Apoio e o Fundo de Coesão. O objetivo de tais repasse, pelo discurso oficial, era facilitar a “convergência” e levando ao desenvolvimento de regiões pobres do país buscando criar um ambiente de coesão frente aos outros Estados-Membros.

Entretanto, esses financiamentos acabaram sendo utilizados na sustentação do clientelismo e na criação de um setor privado dependente do investimento estatal, que ganhou contratos por meios nada transparentes.

A Grécia acabou elevando o seu grau de endividamento superdimensionando o setor público onde o PASOK e a Nova Democracia (ND) alocaram funcionários não por necessidade mas por outros interesses.

A Grécia não conseguiu se beneficiar com quaisquer efeitos da adesão ao bloco. O seu PIB ficou aquém das taxas de crescimento médio da CEE/UE e qualquer tentativa de reforma econômica aprofundada foi moldada em um sistema de “*stop-go*”⁵⁷ para se ajustar aos ciclos eleitorais internos. Assim, o programa de ajustes de meados da década de 1980, proposto por Costas Simitis, não se efetivou e o ministro nacional da economia acabou sendo dispensado em 1987.

⁵⁷ Ajustes na política econômica que priorizavam o curto prazo e que estavam interessados em manter os ciclos eleitorais domésticos.

Tal tática se arrastou até a década de 1990, momento em que a administração estatal teve que lidar com os problemas dos déficits orçamentais, empréstimos, sustentabilidade das provisões de seguros nacionais, bem como a incapacidade de lidar com o cumprimento fiscal sobretudo a partir de 1992 com a instituição das regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento, além da evidente estagnação econômica do país.

Ao longo desse período, as autoridades da CEE/UE assumiram papel secundário e não houve sanções ou pressões incisivas nos governantes gregos, talvez fosse interessante para os dirigentes do bloco a manutenção de uma situação de aprofundamento da dependência externa daquele país.

Do ponto de vista da produção, a análise dos setores permitiu perceber que ao longo dos 32 anos estudados, houve uma intensificação no desmonte e na perda de importância do setor agrícola. Ocorreu um certo estímulo na indústria, mas predominantemente na indústria leve e de vestuário. A comercialização e produção do tabaco sofreu um sério processo de desmonte que ocasionou a criação de um mercado clandestino moralmente aceito pelos cidadãos gregos, país de maior consumo desse produto em se tratando de Europa.

O setor terciário foi o grande protagonista no âmbito do crescimento da participação na composição da riqueza nacional. Sobretudo os setores bancários e financeiros. Incluímos nesse nicho o setor de construção civil, sobretudo na expansão imobiliária e na infraestrutura de transportes. Com o maior grau de rentabilidade desse setor, houve um incremento das arrecadações, o que aparentemente evoca a ideia de que a adesão ao bloco foi uma boa opção. Entretanto, o efeito por trás desse ganho resultou em um constante grau de endividamento público e um decréscimo do investimento na formação bruta de capital fixo que, a partir de 1983, não representou mais do que 24,7% do PIB.

Não houve muita mobilidade no que diz respeito aos parceiros comerciais predominantes dentro da Europa entre o período antes e depois da adesão, no entanto, o volume de importação dos produtos desses países se intensificou. A desestruturação dos setores produtivos para consumo interno, aliada aos mecanismos do Mercado Comum criaram um modelo de realização da demanda interna pelo mercado externo. No período que vai de 1992 a 2001, as importações registraram aumento de 18,7% enquanto as exportações mantiveram-se em queda de 7,1% no mesmo período. O Saldo da Balança Comercial se manteve negativo ao longo das quatro séries estudadas.

No âmbito social, o crescimento da população economicamente ativa grega foi maior na média comparativa aos outros países do bloco, isso pelo menos a partir de 1997.

No caso do desemprego, só pudemos comparar o ano de 2000, onde a situação de desempregados gregos era 3,3% acima da média dos outros países do bloco. Já a diferença da variação da taxa de empregados foi de 0,3% abaixo da média para a Grécia.

Houve crescimento lento do PIB per capita, mas este se manteve pouco abaixo dos 50% em comparação com a média dos demais países do bloco. Houve uma tímida redução na concentração de renda mas que foi acompanhada de uma diminuição no investimento público na área social.

A partir do processo de adesão grega ao bloco que se deu em 1981, a tendência da economia no país foi de oscilação entre retrações e crescimentos a taxas não muito significativas; o PIB foi refreado, a FBKF diminuiu e o setor produtivo perdeu força.

No período estudado, a economia grega não apresentou sinais de crescimento ou desenvolvimento. O país passou a ocupar papel consolidado de satélite dos países centrais com a função básica de mercado consumidor para produtos de alto valor agregado dessas mesmas potências com facilitação de oferta de crédito para que tal consumo se mantivesse, efetivou-se a eliminação de qualquer possibilidade de concorrência dos produtos gregos que tinham alto potencial antes da adesão e se reconfigurou uma exportação orientada para insumos primários.

A adesão à CEE visava modernizar as estruturas econômicas e tornar a sociedade grega mais próxima dos padrões de vida, valores identitários e culturais da Europa central, o que obteve foi uma inserção coadjuvante em um bloco de economias totalmente assimétricas tendo que orientar a sua política econômica para manter a estabilidade monetária interna no mesmo ritmo dos outros países da comunidade, isso só pôde se dar às custas da redução do papel do investimento do Estado.

Os determinantes expostos apontam para um encolhimento e uma perda de soberania da Grécia. O país, berço dos valores ocidentais parece ter traçado um caminho, a partir das últimas décadas do século XX, que o levaria cada vez mais perto de uma cova rasa.

Encoraja-se estudos para o período posterior a 2001, de preferência para que se aproxime da crise de 2008 e da posição crítica em que o país se viu após tal crise.

No entanto, pode-se perceber que a trajetória grega de 1962 a 2001, foi um caminho quase que inabalável em direção ao aumento da subordinação aos interesses externos, um desmonte de sua economia interna e a constante absorção de financiamentos que, em algum momento, seriam cobrados. Tal se deu pós 2008.

REFERÊNCIAS

Documentação:

Carta dos direitos fundamentais da União Europeia;

Commission Communication to the Council on the Greek Government Memorandum, 19.03.1982.

Evaluation of SME Global Loans in the Enlarged Union de 2005.

EL PAÍS. 27.05.1979. Madrid. "Grecia firma mañana el tratado de adhesión a la Comunidad Económica Europea", auteur: Vilaró, Ramon. Disponível: http://www.cvce.eu/obj/greece_to_sign_treaty_of_accession_to_the_european_economic_community_tomorrow_from_el_pais_27_mai_1979-en-d345f2d2-fc03-492bb4e2-37dafcc81243.html. Acesso: 23 de outubro de 2018.

GAK, Archive of the Royal Palace, Φ. 439: "Markenzinos-Zalokostas Reports 1944-1946. Top secret, "Note or public order of 6 July [1946] (By Chr. Zalokostas)

GREECE, Ministry of Coordination. Public Relations Service, The Revolution of 21st April Builds A New Greece. Athens: Ekdotiki Ellados, S.A., December 1970.

Information Report. Preparado pelo Ministério Grego de Economia e Finanças, secretário geral de Investimento e Desenvolvimento e Gerente Geral da Autoridade de Suporte à Comunidade, em 2005.

Lazaros Arseniou, Hi Thessalia stin Antistasi, Vol B, 3º edição, "Hella" publication, Larisa 1999, p.48-56

Relatório Especial nº 4/90 sobre os programas integrados mediterrânicos (PIM);

Tratado de Atenas de 18 de Maio de 1979;

Tratado de Adesão da Grécia à União Europeia de 1 de Janeiro de 1981;

Tratado de Maastricht de 7 de Fevereiro de 1992;

Tratado de Lisboa de 13 de Dezembro de 2007;

Tratado de Paris, 26 de julho de 1952

Tratado de Roma 25 de março de 1957;

Banco de dados:

Base de dados estatística oficial da União Europeia, EUROSTAT.

BANK OF GREECE

OECD (2018), Government reserves (indicator). doi: 10.1787/1edb11ee-en (Acesso em 06-09-2018)

OECD (1962-1993), *OECD Economic Surveys: Greece 1962-1993*, OECD Publishing, Paris, disponível no endereço: https://www.oecd-ilibrary.org/economics/oecd-economic-surveys-greece_19990286. Acesso em 10-11-2018.

WORLD BANK

Dicionários

PEREIRA, S. J. Isidro. Dicionário Grego-Português e Português-Grego. 4ª ed. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1999.

SANDRONI, Paulo. (Orgs). Novíssimo Dicionário de Economia. São Paulo: Círculo do Livro, 1969.

Literatura de Guerra:

KRAUS, Karl. Os últimos dias da humanidade. Tradução Antonio Sousa Ribeiro. Rio de Janeiro: Travessa, 2003.

REMARQUE, Erich Maria. Nada de novo no front. Tradução Helen Rumjanek. Porto Alegre: L&PM, 2004.

HEMINGWAY, Ernest. Adeus às armas. Tradução Monteiro Lobato. Rio de Janeiro: 10ªed. Travessa, 2013.

Bibliografia:

AUGÉ, Marc. O sentido dos outros. Petrópolis: Editora Vozes. 1999.

AVDELA, Efi; GALLANT, Thomas, PAGADOGIANNIS, Nikolaos, PAPASTEFANAKI, Leda & VOGLIS, POLYMEDRIS. (2018). The social history of modern Greece: a roundtable. *Social History*, 43:1, 105-125, DOI: 10.1080/03071022.2018.1394037

BARBOSA, Wilson. A História econômica como disciplina independente. Universidade de São Paulo, Departamento de História, 1988.

BASTOS, Talysson B. G. A estrutura produtiva na Zona do Euro: Desempenho do PIB setorial (2006 a 2013). In: PREVIDELLI, Maria de Fátima Silva do Carmo; SOUZA, Luís Eduardo Simões. (Orgs). A Zona do Euro sob a égide da mundialização do capital. São Luís: EDUFMA, 2018. P. 149-172

- BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: Barbosa Lima Sobrinho *et al.*, Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público, São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- BECKT, James. Barbarism in Greece. New York: Walker and Co., 1970.
- BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BISSIAS, Ilias; PAPAKONSTANTINO, Katerina. Interests groups, the media and politics: Revisiting the Greek ship-owners association's strategic version towards the media in the 1970's. IN: AGRIANTONI, Christina et al. (Orgs) Markets and Politics Private Interests and Public Authority (18th-20th centuries), Volos: University of Thessaly Press, 2016. p. 323-334.
- BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 7-16.
- BRAUDEL, Fernand. El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II, tradução W. Roces, México, Fondo de Cultura Económica 1959.
- _____. Gramática das civilizações. –São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- BUTTNER, Frederick W. “Greece and the European Economic Community.” Unpublished Master Thesis, California, Naval Postgraduate School, 1978.
- CARCANHOLO, M. D. Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidades. Crítica e sociedade: revista de cultura política, v.1, n.3, edição especial, p. 73-84, dez. 2011.
- CARVALHO, Patrícia Nasser de. A Política Agrícola Comum da Europa: Controvérsias e Continuidades. Brasília: IPEA, 2016.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; PEREZ, Hector. Os métodos da história –Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.
- CHAUNU, P.; Histoire Quantitative, Histoire Serielle. Paris: Armand Colin, 1978.
- CHANG, Ha-Joon. Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- CHESNAIS, F.; A mundialização do capital; tradução Silvana Finzi Foá.—São Paulo: Xamã, 1996.
- CLOGG, R.; Yannopoulos, George, (Orgs). Greece under military rule. New York: Basic books, Inc. Publishers, 1972.
- CLOSE, D.; 1995. *The Origins of the Greek Civil War*. London: Longman.

- COSTA, C.G.; A moeda única europeia: Entre a construção monetária e a desconstrução europeia. Boletim regional, urbano e ambiental- IPEA, p. 19-38, 14 jun, 2016.
- COSTA, M.J.P.; Desenvolvimento econômico: controvérsias em torno de um conceito --.Maceió; EDUFAL, 2009, 95 p.
- COLLARD, A.“Investigating Social Memory in a Greek Context.”In: *History and Ethnicity*, ed. Elizabeth Tonkin, 89-103. London: Routledge. 1989.
- DEDMAN, Martin J. The origins and development of the European Union 1945-95: a history of European integration. London: Routledge, 1996.
- DELAPORTA, ELEFThERIA. The Role of Britain in Greek Politics and Military Operations: 1947-1952. PhD Thesis Submission— University of Glasgow, 227 f. 2003
- DETSIOU, E.; The great greek famine during the occupation (Social and political dimensions/ relations to the present greek depression.). On: Meal, dishes, nutrition, an introduction to food history. (Term paper). University of Siegen, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/11674421/The_Great_Greek_Famine_during_the_Occupation_social_and_political_dimensions_relations_to_the_present_Greek_Depression. Acesso: 5 de julho de 2018.
- DIEKEMPER, J.V.; The financial impact of shipbuilding claims upon Litton industries. Master Thesis— California, Naval Postgraduate School, 271 f. 1978.
- DREIFUSS, R.A.; 1964: A Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe.Petrópolis: Editora Vozes LTDA, 1987.
- ELEPHANTIS, A.; [1997]. “He Oktovriani Epanastasi ki 'Emeis' ” (The October Revolution and “Us”). In *Angelos Elefantis: Enthemata, Emvoliasmoi, kai Strateuse: Paremvasis gia ten Aristera* (Angelos Elefantis: Insertions, Inoculations, and Commitment: Interventions on the Left), ed. Yiorgos Stathakis, 39-46. Athens: He Avge. 2008.
- FARAKOS, Gregores (Orgs). *Dekemvres tou '44: Neotere erevna— Nees Proseggiseis* (December of 1944: Latest Research— New Approaches), Athens: Philistor, 2000.
- FERRAZ, D.& MORALLES, H. & OLIVEIRA, F. & REBELATTO, D. (2017). Complexidade econômica e desenvolvimento humano: uma análise econométrica. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/321670736_Complexidade_economica_e_desenvolvimento_humano_uma_analise_econometrica. Acesso: 11 de novembro de 2018.
- FERREIRA, I. F. S.; BUGARIN, M.S.; Transferências voluntárias e ciclo político-orçamentário no federalismo fiscal brasileiro. Rev. Bras. Econ., Rio de Janeiro , v. 61, n. 3, p. 271-300, Sept. 2007 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402007000300001&lng=en&nrm=iso>. access on 29 Dec.2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71402007000300001>.

- FOUCAULT, M.; *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M.; *História Econômica*. In: CARDOSO, C.F.; VAINFAS, R.; (Orgs) *Domínios da História: ensaios da teoria e metodologia*, Rio de Janeiro: Editora Campus LTDA, 1997.
- FURTADO, C.; *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.
- GALA, P.; *Complexidade econômica: uma perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações*.—Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2017.
- GEORGE, S. *Politics and Policy in the European Community*, 2nd ed, Oxford: Oxford University Press. 1992.
- GITLIN, T.; 1967. "Counter-Insurgency: Myth and Reality in Greece." In: *Containment and Revolution: Western Policy Towards Social Revolution, 1917 to Vietnam*, ed. David Horowitz, 140-82. preface by Bertrand Russell. London: Anthony Blond.
- GOUBERT, P.; *Beauvais et le Beauvaisis de 1600 a 1730*, Paris, SEVPEN, 1961 (2 vols).
- GÜRZEL, G.A.; *Greece's accession to the EU and its Integration process*. Master Thesis—Ankara, Bilkent University, 109 f. 2004
- HAAS, E. B. *The uniting of Europe*, London: Stephens. 1958.
- HART, J.; *New Voices in the Nation: Women and the Greek Resistance*. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press. 1996.
- HATZIVASSILIOU, E.; *Greece and the Cold War: Frontline State, 1952-1967*, London: Routledge, 2006.
- HOBBSBAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. Lisboa: Perspectiva, 1995.
- _____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- IATRIDES, J.... 2005. "Revolution or Self-Defense? Communist Goals, Strategy, and Tactics in the Greek Civil War." 7, no. *Journal of Cold War Studies*, 7, no. 3 (Summer): 3-33.
- LADURIE, E.Le R.; *Les paysans de Longuedoc*, Paris: SEVPEN, 1966.
- LIPGENS, W. *A history of European Integration*, vol. 1, 1945-47, Oxford: Clarendon Press. 1982.
- LAZARETOU, S.; *Money supply and Greek historical monetary statistics: definition, construction, sources and data*. Athens: Bank of Greece. 2009.
- _____. *Banking and central banking in pre-WWII Greece: Money and currency developments*. Athens: Bank of Greece, 2008.

- _____. The drama, foreign creditors and the international monetary system: Tales of a currency during the 19th and the early 20th century. Athens: Bank of Greece, 2004.
- _____. Greek monetary economics in retrospect: The adventures of the drachma. Athens: Bank of Greece, 2003.
- MANOUSAKIS, V.G. The Economic Elites of occupied Europe and the end of Nazi “New Order”: The examples of Greece and Belgium. IN: AGRANTONI, Christina et al. (Orgs) *Markets and Politics Private Interests and Public Authority (18th-20th centuries)*, Volos: University of Thessaly Press, 2016. p. 309-322.
- MAZOWER, M.; *Inside Hitler's Greece: The Experience of Occupation, 1941-44*. New Haven, Conn.: Yale University Press. 1993
- MELLO, P.C. *Crises Financeiras: quebras, medos e especulações do mercado—3ed* São Paulo: Saint Paul Editora, 2010.
- MILWARD, et al. *The frontier of national sovereignty: History and Theory 1945-92*, London: Routledge, 1993.
- MOREIRA, A.D.; Os fatores macroeconômicos associados a formação bruta de capital fixo de empresas não financeiras no Brasil no período de 1995 a 2014. Trabalho de conclusão de curso. Minas Gerais, Universidade Federal de Alfenas. 38f. 2016.
- MUNN, D.C. *Military dictatorship in Greece (1967-1974): The genesis of greek anti-americanism*. Master Thesis— California, Naval Postgraduate School, 239 f. 1980.
- NACHMANI, A.; 1990. *International Intervention in the Greek Civil War: The United Nations Special Committee on the Balkans, 1947-1952*. New York: Praeger.
- NORBERT, E.; *A sociedade de corte: Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed; 2001.*
- NUNES, R.F.S, PREVIDELLI, M.F.S.C.; Sobre o comércio exterior dos países da Zona do Euro, 2008-2015. Disponível em:
http://www.sep.org.br/trabalhos_aprovados/Trabalhos%20para%20o%20site/Aea%202/28.pdf. Acesso: 24 de novembro de 2018.
- KALAITZIDIS, A.; NIKOLAOS, Z.; Greece’s trouble with European Union Accession. *Cahiers de la Méditerranée*, Nice, N^a 90, 2015, p. 71-84. Disponível: <https://journals.openedition.org/cdlm/7951>. Acesso em 07 de agosto 2018.
- KALLIVRETAKIS, L. (2014). Greek-American relation in the Yom Kippur War concurrence. *The Historical Review/ La Revenue Historique*, 11, 105-126. Doi: <http://dx.doi.org/10.12681/hr.327>
- KALYVAS, S.N. (2018). *Polarization in Greek Politics: PASOK’s First Four Year, 1981-1985*.

- _____. “Poioi Fovountai ten Epistemonike Ereuna tes Historias mas?” (Who Are Those Who Are Afraid of the Scientific Study of Our History?) *Vivliodromio Ta Nea*, 31.) November 8, 2003.
- _____. *The Logic of Violence in Civil War*. Cambridge: Cambridge University Press. 2006.
- KALYVAS, S.N., MARANTZIDIS, Niko. Greek comunism, 1968-2001. In: *East European Politics and Societies*, vol. 16, no. 3, p. 665-690. ISSN: 1533-8371. 2003.
- KOUSOULAS, G.D.; “Greek Politics”. *Balkan Studies* 8 (1967); p. 407-420.
- KUZNETS, S.; "Economic Growth and Income Inequality." *The American Economic Review* 45, no. 1 (1955): 1-28. <http://www.jstor.org/stable/1811581>.
- KRUGMAN, P. E, OBSTFELD, M. *Economia Internacional—Teoria e política*. 6ª. Ed. São Paulo: Pearson, 2005.
- PANOURGIÁ. N.; *Dangerous citizens : The greek left and the terror of the state*. New York, Fordhan University Press, 2009. Disponível em: <https://dangerouscitizens.columbia.edu/>. Acesso em: 6 de julho de 2018.
- PAPANDREOU, A.; “Greece: An American Problem.” *Massachusetts Review* 12 (Autumn 1971): p. 655-671.
- PEDALIU, E.; (2016). “Greece and the crisis: Am Historical Perspective,.” [http://www.cidob.org/en/articulos/monografias/grecia/greece and the crisis a historical perspective](http://www.cidob.org/en/articulos/monografias/grecia/greece%20and%20the%20crisis%20a%20historical%20perspective)
- PESMAZOGLU, J.; “The Greek Economy Since 1967.” In: *Greece under military rule*, pp. 75-108. Orgs CLOGG, Richard; Yannopoulos, George. New York: Basic Books, Inc., Publisher, 1972.
- PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI* – Rio de Janeiro: Editora Intrínseca; 2014.
- PREBISCH, R.; *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais* In: *Cinquenta anos de pensamento na Cepal/Organização*, Ricardo Bielschowsky; tradução de Vera Ribeiro.—Rio de Janeiro: Record, 2000, p.69-135.
- PREVIDELLI, M.F.S.C.; *Expansão e crise na União Europeia. Um olhar para a economia da zona do euro: 2000-2010*. Saarbrücken, Deutchland: NEA, 2015.
- _____. *Afundando as caravelas: Os primeiros vinte anos de Portugal na União Europeia*. São Paulo: LCTE Editora, 2016.
- RAFFESTIN, C.; *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- RIGHETTI, R.C.; MICHEL, M.; *O comércio internacional como fonte geradora de desenvolvimento econômico e social do país*. Revista científica eletrônica de administração, São Paulo, Editora FAEF, ano VIII, Nº 12, 2007. Disponível:

http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/jojw3knzkuga25w_2013-4-29-17-13-54.pdf. Acesso em 6 de setembro 2018. ISSN:1676-6822.

ROGOFF, K. (1990). Equilibrium political budget cycles. *The American Economic Review*, 80(1), p. 20–36.

ROSTOW, W. W. *Politics and the Stages of Growth*. Cambridge: the University Press. 1971.

_____. *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 6ª edição, 1978.

SERETIS, S.A.; TSALIKI, P.V.; Absolute Advantage and International Trade: Evidence from four Euro-zone economies. *Review of Radical Political Economics*, on-line, United States, v.48 (3), 2016. Disponível: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0486613415603160>. Acesso em 14 setembro 2018. DOI: 10.1177/0486613415603160

SILVA, A.M.; *História da Unificação Europeia: Integração comunitária (1945-2010)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

SOARES, A.G.; *Euro: e se a Alemanha sair primeiro?* Temas e Debates, Lisboa, 2016.

SOUZA, L.E.S.; *A arquitetura de uma crise: História e Política Econômica na Argentina, 1989-2002*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 339f. 2007a

_____. *Contas Nacionais*. São Paulo: LTCE, 2007.

_____. *Revista REPHE: São Paulo, Núcleo de Economia Política e História Econômica*—número 01, ano 05, abril de 2008.

_____. O lugar das crises: reflexões sobre meio ambiente e população a partir da perspectiva territorial. In: GUEDES, Gilvan Ramalho; OJIMA, Ricardo. *Território: mobilidade populacional: ambiente*.—Governador Valadares: Ed. Univale, 2012. p. 59-70.

_____. Condições históricas de um território e o lugar das ideias: O caso da integração europeia. In: PREVIDELLI, Maria de Fátima Silva do Carmo; SOUZA, Luís Eduardo Simões. (Orgs). *A Zona do Euro sob a égide da mundialização do capital*. São Luís: EDUFMA, 2018. p. 11-26.

SCHUMPETER, J.A.; *The theory of economic development*. Cambridge, Harvard University. 1957.

SMITH, O.; “The Memoirs and Reports of the British Liaison Officers in Greece, 1932-1944: Problems of Source Value.” *Journal of the Hellenic Diaspora*, 11, no. 3 (Fall): 9-32. 1984.

SVORONOS, N.; *Episkopise tes Neohellenikes Historias (Survey of Modern Greek History)*. Trans. Aikaterine Asdraha. Athens: Themelio. 1982.

- THIRLWALL, A.P.; A natureza do crescimento econômico: Um referencial alternativo para compreender o desempenho das nações; tradução: Vera Ribeiro; ver. técnica: Marcelo Piancastelli de Siqueira.- Brasília: Ipea, 2005. 112 p.
- VARELA, C.A.; Resenha: Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. Há-Joon Chang. IN: Revista de Economia Política, vol. 26, nº 4 (104), pp. 627-633 outubro-dezembro/2006
- VASILIS, K.; “The Greek under the dictatorship (1967-1974): An overview.” Journal of the Hellenic Diaspora 2 (3) (1975): 40.
- VILAR, P.; Desenvolvimento Econômico e Análise Histórica. Lisboa: Presença, 1992.
- TSOUCALAS, C.; *The Greek Tragedy*. London: Penguin. 1969.
- THEODORACOPULOS, T.; The greek upheaval: Kings, Demagogues, and Bayonets (New Rochelle, NY. Caratzas Brothers, Publishers, 1978.
- THOMPSON, E. P.; Costumes em comum. Cia das Letras. São Paulo, 2011.
- WILSON, F.L.; (Orgs). The european center-right at the end of twentieth century. New York: Library of Congress, 1998.
- YANNOPOULOS, G.N.; Greece and the EEC: Integration and convergence. New York. St. Martin’s Press, Inc. 1986.